



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Mafalda Frias Neves

**JOVENS NEET:
NOVAS TRAJETÓRIAS, NOVOS DESAFIOS.
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
SINTRA.**

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação –
Especialidade em Educação, Desenvolvimento Comunitário e Formação
de Adultos, orientada pelo Professor Doutor Joaquim Luís Medeiros
Alcoforado e pelo Professor Doutor António Manuel Rochette Cordeiro
e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2022

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra

**JOVENS NEET:
NOVAS TRAJETÓRIAS, NOVOS DESAFIOS.
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
SINTRA.**

Ana Mafalda Frias Neves

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação – Especialidade em Educação,
Desenvolvimento Comunitário e Formação de Adultos, orientada pelo Professor Doutor Joaquim
Luís Medeiros Alcoforado e pelo Professor Doutor António Manuel Rochette Cordeiro e
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2022



Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da atribuição da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/131426/2017.



ASAS

*Nós nascemos para ter asas meus amigos.
Não se esqueçam de escrever por dentro do peito: nós nascemos para ter asas.*

No entanto, em épocas remotas vieram com dedos pesados de ferrugem para gastar as nossas asas assim como se gastam tostões. Cortaram-nos as asas como se fôssemos apenas operários obedientes, estudantes atenciosos, leitores ingénuos de notícias sensacionais, gente pouca, pouca e seca.

Apesar disso, sábios, estudiosos do arco-íris e de coisas transparentes, afirmam que as asas dos homens crescem mesmo depois de cortadas, e, novamente cortadas de novo voltam a ser. Aceitemos essa hipótese, apesar de não termos dela qualquer confirmação prática.

Por hoje é tudo. Abram as janelas. Podem sair.

José Fanha, 1985, Cartas de Marear

Agradecimentos

Ainda que o percurso de investigação represente, em grande medida, uma jornada solitária, pautada por uma longa espiral de pensamentos e emoções, avanços e recuos, há contributos de uma importância imensurável e sem os quais todos os esforços teriam sido em vão. Neste sentido, expresso o meu reconhecimento e genuína gratidão a quem, direta ou indiretamente, brindou este meu caminho com o seu apoio, disponibilidade, tempo, sabedoria, experiência e espírito de missão em prol do sucesso desta produção científica e do meu desenvolvimento pessoal e profissional.

- À minha família, esse grande portal, por todo o suporte, vivências e amor, essenciais à descoberta e criação de quem hoje sou. Dedico uma palavra especial ao meu pai que, mesmo fisicamente ausente, é a estrela que mais brilha no céu e que continua a guiar-me e a sussurrar o quão orgulhoso está da minha jornada e da mulher em que me tornei;
- Ao Pedro, a minha pessoa-Sol, o meu porto de abrigo, por estar ao meu lado nesta caminhada e me dar, diariamente, a oportunidade de crescermos juntos, por me ter incentivado a escolher a coragem todos os dias, por ser um exemplo de determinação e resiliência, e por me ensinar que o amor é sempre o caminho;
- Aos meus amigos, por me demonstrarem o valor da amizade e da partilha, por terem ouvido todas as minhas inquietações e expectativas nos tempos de maior desafio, por todo o encorajamento e pelos momentos de alegria e cumplicidade que possibilitaram que este caminho fosse percorrido com mais leveza. Um agradecimento especial à Tatiana pelo apoio dado na tradução de alguns textos;
- Ao professor Luís Alcoforado, pela inspiradora sabedoria e genuíno entusiasmo com que sempre me brindou ao longo do meu percurso académico, por ter sempre acreditado e confiado na minha capacidade enquanto investigadora, pelas constantes palavras de encorajamento, pelo incentivo à construção do meu próprio caminho e pelos desafios que me foi lançando e tanto me permitiram expandir;
- Ao professor António Rochette, pelo apoio incondicional nas diferentes etapas de investigação, pela disponibilidade, pelos diálogos e conselhos que me permitiram apaziguar algumas das minhas inseguranças e receios, pela leitura atenta de cada palavra escrita e pela atenção ao desenho de um presente orientado para o futuro;

- Aos jovens, pelo contributo inestimável dado a este estudo, pela participação nas diferentes fases deste projeto, desde o preenchimento dos questionários aos relatos autobiográficos e *focus group*, pela receptividade e autenticidade demonstrada nas suas partilhas, num momento tão desafiante das suas vidas, por me fazerem acreditar e reafirmar o valor e propósito deste trabalho, e por serem a voz que nos relembra que a mudança é possível se, juntos, abraçarmos verdadeiramente esta missão;
- Aos parceiros locais do município de Sintra, em representação da Câmara Municipal, do IEFP, da Startup Sintra, do Agrupamento de Escolas, da Fundação AgaKhan e do Projeto *Bytes4Future* e, também, ao Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Social (ISCTE) pela disponibilidade, interesse e valiosa cooperação ao longo das distintas fases do estudo, em especial, na etapa final, que tanto contribuíram para acrescentar novos sentidos à minha investigação;
- À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entidade financiadora deste projeto, por todo o suporte e recursos atribuídos ao longo da bolsa de investigação, os quais me possibilitaram trilhar este caminho com mais segurança e responsabilidade;
- À Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Coimbra, a casa que me recebeu e me permitiu cumprir todo o percurso académico desde a licenciatura até ao doutoramento, na qual se encontram todos os professores, alunos e funcionários que cruzaram o meu caminho e que tanto contribuíram para a minha evolução;
- Ao CEIS20, entidade de acolhimento, por todo o suporte dado ao nível da tradução de textos essenciais ao processo de submissão e publicação dos artigos que compõem este trabalho;
- Aos meus colegas de doutoramento, em especial à Olga, pela generosidade e apoio dado ao longo do meu trabalho, pelas palavras de encorajamento, pelos momentos de partilha, por ser uma referência de persistência e me demonstrar, através do exemplo, que nunca é tarde para abraçar uma nova aventura quando nos movemos pela fé em nós próprios;
- À VIDA, pelas pessoas que tem colocado no meu caminho, pelos desafios e oportunidades que me tem confiado, por me ensinar o valor real da palavra “resiliência” e me permitir aproximar cada vez mais de mim.

Resumo

A evolução dos mercados atuais, perante cenários sociais de crescente flexibilização das relações laborais e precarização do emprego, contribuiu para preocupantes repercussões no modo como os jovens acedem ao trabalho e constroem os seus projetos de vida. As vias tradicionais de transição escola-trabalho, outrora sequenciais e quase simultâneas, estão, agora, longe de coincidir, dando lugar, muitas vezes, a trajetórias labirínticas e a uma alarmante dessincronização dos distintos eixos de emancipação profissional e pessoal dos jovens. Desta conjuntura resultou um quadro particularmente complexo para a geração jovem, com inegável centralidade no debate político europeu – o fenómeno NEET (*not in employment, education or training*). Reconhecida a complexidade desta problemática e tendo em consideração a importância de uma abordagem a partir da realidade local, o estudo de caso afigurou-se a perspetiva metodológica mais adequada à caracterização e compreensão do fenómeno NEET no município de Sintra, enquanto suporte ao delineamento de ações estratégicas locais facilitadoras de transições escola-trabalho bem-sucedidas e de construção de projetos de vida realistas e desafiantes. Desenvolvido ao longo de quatro etapas, acopladas a questões de investigação concretas, às quais os quatro artigos elaborados e apresentados nos distintos capítulos procuraram responder, o presente estudo integrou diferentes técnicas de recolha de dados (questionário, relatos autobiográficos e *focus group*), envolvendo os jovens NEET e, também, um grupo de agentes locais. O processo de revisão da literatura inicial, com base em relatórios internacionais, legislação e trabalhos científicos, permitiu estabilizar uma base de conhecimento essencial à caracterização global da problemática NEET, considerando a pluralidade de características, fatores de risco e efeitos psicossociais envolvidos. A caracterização dos 121 jovens NEET de Sintra (17-29 anos) que responderam ao questionário possibilitou reunir um importante conjunto de indicadores delatores dos grandes desafios experienciados pelos jovens, designadamente, contrastes de género, circunstâncias limitadoras da liberdade de planeamento e concretização de projetos de vida, impacto da conjuntura socioeconómica dos contextos familiares na predição da trajetória NEET, dificuldades no acesso a emprego digno mesmo para aqueles que possuem níveis de qualificação mais elevados, tendências em termos de apropriação do espaço e do tempo, e descontentamento dos jovens em relação às políticas para as novas gerações. De acordo com a abordagem compreensiva subsequente, para quem já enfrentava uma posição de maior vulnerabilidade aos efeitos de flutuações estruturais, o impacto da Covid-19 veio adensar as dificuldades dos jovens no acesso ao mercado de trabalho, com preocupantes repercussões nos seus projetos de vida, assentes em dificuldades financeiras, adiamento de projetos pessoais e profissionais, redução dos níveis de bem-estar e saúde mental, entre outros. Porém, ficou também demonstrada a coexistência de efeitos positivos firmados numa verdadeira oportunidade de aprendizagem, autoconhecimento e metamorfose pessoal. A constatação de que os jovens não se reveem no modo como o atual sistema educativo se encontra organizado foi perceptível na revelação

de um modelo pedagógico estandardizado e demasiado centrado no cumprimento de metas e programas curriculares, inibidor da plena apropriação de instrumentos culturais, competências e atitudes essenciais à sua afirmação pessoal e social nas sociedades contemporâneas. O notório descontentamento dos jovens em relação às dinâmicas do mercado de trabalho e políticas públicas, face aos obstáculos experienciados ao longo do seu processo de transição, sublinha a prevalência de fatores de caráter estrutural, reforçando a necessidade de rutura com perspectivas unilaterais que apenas invocam as atitudes e escolhas, muitas vezes condicionadas, dos próprios jovens na predição da situação NEET. A discussão de resultados partilhada e triangulada com um grupo de agentes locais com reconhecida atuação no domínio da educação e do trabalho, permitiu construir uma visão alargada das dinâmicas que caracterizam os jovens NEET de Sintra, viabilizando a estabilização de uma base de conhecimento local passível de consolidar uma recomendação comprometida com o sucesso das trajetórias e projetos de vida dos jovens.

Palavras-chave: jovens NEET, transição escola-trabalho, emprego, Covid-19, políticas públicas.

Abstract

The evolution of current markets, in the face of social scenarios of increasing flexibility in labor relations and precarious employment contributed to worrying impacts on how young people access to work and build their life projects. The traditional ways of school-work transition, once sequential and almost simultaneous, are now far from coincide, often giving rise to labyrinth paths and an alarming desynchronization of professional and personal emancipation of young people. This situation has resulted in a particularly complex framework for the young generation, which is undoubtedly central to the european political debate – the NEET phenomenon (not in employment, education or training). Recognizing the complexity of this problem and taking into account the importance of an approach based on local reality, the case study was the most appropriate methodological perspective for characterizing and understanding the NEET phenomenon in the municipality of Sintra as support for designing local strategic actions facilitating successful school-work transitions and building realistic and challenging life projects. Developed over four steps, coupled with specific research issues, to which the four articles drawn up and presented in the different chapters sought to respond, this study has integrated different data collection techniques (questionnaire, autobiographical accounts and focus group), involving young NEET and also a group of local agents. The initial literature review process, based on international reports, legislation and scientific works, has enabled a key knowledge base to be stabilized for the overall characterization of the NEET problem, considering the plurality of characteristics, risk factors and psychosocial effects involved. The characterization of the 121 young NEET from Sintra (17–29 years old) who responded to the questionnaire made it possible to gather an important set of indicators from the major challenges experienced by young people, namely, gender contrasts, limiting circumstances of the freedom to plan and implement life projects, impact of the socio-economic environment of family contexts on the prediction of the NEET trajectory, difficulties in accessing decent employment even for those with higher qualification levels, trends in space and time ownership and discontentment of young people with regards to policies for new generations. According to the following comprehensive approach, for those who were already facing a position of greater vulnerability to the effects of structural fluctuations, the impact of Covid-19 has highlighted the difficulties of young people in accessing the labor market, with worrying repercussions on their life projects, based on financial difficulties, postponement of personal and professional projects, reduction of welfare and mental health levels, among others. However, the coexistence of positive effects on a real opportunity for personal learning, self-knowledge and metamorphosis has also been demonstrated. The finding that young people do not see themselves in the way in which the current educational system is organized has been seen in developing a standardized educational model and too focused on meeting curricular goals and programs, inhibiting full ownership of cultural instruments, skills and attitudes essential to their personal and

social affirmation in contemporary societies. The clear discontent of young people with regard to labor market dynamics and public policies, in view of the obstacles experienced throughout their transition process, underlines the prevalence of structural factors, by strengthening the need for break-up with unilateral prospects which only point to the often conditioned attitudes and choices of young people themselves in the prediction of the NEET situation. The discussion of results shared and triangulated with a group of local agents with recognized action in the field of education and work, has led to the building of a broad vision of the dynamics characterizing young NEET in Sintra, by enabling the stabilization of a local knowledge base to consolidate a recommendation compromised to the success of trajectories and youth life projects.

Keywords: young NEET, school-work transition, employment, Covid-19, public policies.

Índice

| | |
|--|----|
| Agradecimentos | 5 |
| Resumo | 7 |
| Abstract | 9 |
| Índice | 11 |
| Introdução | 13 |
| 1. Motivações para uma investigação..... | 13 |
| 2. (Re)configurações sociais e novos perfis de transição escola-trabalho | 14 |
| 3. Questões de investigação | 19 |
| 4. Metodologia | 19 |
| 4.1. Contexto de Investigação | 21 |
| 4.2. Participantes, instrumentos e procedimentos | 22 |
| Capítulo I. O caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios | 31 |
| 1. Introdução | 32 |
| 2. Origem e evolução do acrónimo NEET | 35 |
| 3. NEET, um fenómeno heterogéneo: características, fatores de risco e efeitos psicossociais. | 37 |
| 4. Limitações e controvérsias em torno do conceito NEET | 42 |
| 5. Um olhar pelas principais tendências: dados estatísticos..... | 43 |
| 6. Iniciativas políticas para a qualificação e o emprego dos jovens | 47 |
| 7. Considerações finais | 51 |
| 8. Referências..... | 53 |
| Capítulo II. The NEET phenomenon and dynamics of school-to-work transition: characterisation as support to the definition of local strategic actions | 61 |
| 1. Introduction..... | 61 |
| 2. Methodology | 64 |
| 2.1. Characterisation of the research context..... | 64 |
| 2.2. Respondents, instruments and procedures | 65 |
| 3. Results | 66 |
| 4. Discussion and conclusion..... | 71 |
| 5. References..... | 74 |
| Capítulo III. Young NEETs – Portrait of a “holding pattern”. Daily activities and perceptions about the current moment in life | 79 |
| 1. Introduction..... | 79 |
| 2. Methodology | 84 |
| 2.1. Participants | 85 |

| | |
|--|-----|
| 3. Results | 86 |
| 3.1. Young people and uses of time/space | 86 |
| 3.2. Reasons for not getting involved in educational/training experiences | 88 |
| 3.3. Managing the “holding pattern” and perceptions of current life..... | 89 |
| 4. Discussion..... | 91 |
| 5. Conclusion | 96 |
| 6. Bibliography | 98 |
| Capítulo IV. Transições escola-trabalho em tempos de crise pandémica: contributos para a compreensão a partir das experiências de Jovens NEET | 101 |
| 1. Introdução | 102 |
| 2. Metodologia..... | 104 |
| 3. Resultados..... | 106 |
| 3.1. Motivos que originaram a conjuntura NEET e principais desafios experienciados na tentativa de integração no mercado de trabalho | 106 |
| 3.2. Impacto, vivências e condicionamentos da situação NEET | 107 |
| 3.3. Perceções sobre as áreas da qualificação e do emprego jovem. Que recomendações? | 109 |
| 3.3.1. Qualificação e sistema educativo..... | 109 |
| 3.3.2. Transições e mercado de trabalho | 114 |
| 4. Conclusão | 117 |
| 5. Bibliografia | 119 |
| Capítulo V. Discussão de resultados e conclusão | 123 |
| 1. Discussão de resultados | 123 |
| 2. Outros olhares sobre os resultados | 129 |
| 2.1. Conjuntura socioeconómica e impacto da Covid-19..... | 130 |
| 2.2. Novos perfis de jovens na educação e no trabalho | 131 |
| 2.3. Transformação da escola e desafios atuais | 133 |
| 2.4. Reconhecimento e valorização do ensino profissional..... | 136 |
| 2.5. Reconfiguração do mercado de trabalho e desafios atuais | 137 |
| 2.6. Um olhar pelas políticas públicas | 140 |
| 3. Notas conclusivas..... | 145 |
| Bibliografia..... | 155 |
| Anexos..... | 161 |

Introdução

I. Motivações para uma investigação

A definição do tema de investigação, enquanto primeiro passo de uma longa jornada, pautada por muitas expectativas, desafios, (alguns) desencantos e superações, encontra-se, inevitavelmente, imbuída de um conjunto de inquietudes e interesses muito próprios, despertados pela bagagem pessoal e profissional acumulada ao longo de várias experiências. A escolha da temática dos jovens NEET (*not in employment, education or training*), pedra angular na qual assenta o caminho de investigação percorrido, não é, pois, alheia a este pressuposto.

Numa primeira instância, a experiência de quatro anos como formadora de Cursos de Aprendizagem (entre outras modalidades) e de Unidades de Formação de Curta Duração de Desenvolvimento Pessoal/Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego e, também, como Mediadora Pessoal e Social de Cursos de Educação e Formação de Adultos, possibilitou-me um contacto prolongado e muito próximo com jovens e adultos em situação de desemprego e de abandono escolar precoce. Este contacto tornou evidente a conjuntura desafiante em que as pessoas se movimentavam, desencadeada quer por circunstâncias individuais, quer por uma indubitável permeabilidade às flutuações socioeconómicas que se faziam sentir no nosso país, motivadas por cenários de crescente flexibilização das relações laborais e precarização do emprego. O reconhecimento das repercussões de tal cenário nos projetos de vida de jovens e adultos, que não mais se limitavam a um padrão de baixos níveis de qualificação, despertou uma sensibilidade e atenção especiais à problemática, lançando aquela que seria a primeira semente para a concretização de um trabalho desta natureza.

Mais tarde, uma nova experiência profissional, associada à construção de Projetos Educativos Locais com distintas autarquias portuguesas, possibilitou uma profícua ligação com diferentes contextos, instituições e atores locais (escolas, entidades formadoras, empresas, associações...) e, por conseguinte, a consciencialização do carácter transversal das preocupações e desafios inerentes à relação dos jovens com a educação e o trabalho. Todas estas experiências, a par da inegável centralidade que o fenómeno NEET foi adquirindo no discurso político europeu e, também, da manifesta escassa produção científica sobre esta temática em Portugal, fundamentam o interesse e a aspiração pessoal e científica em querer descrever e compreender melhor estas novas dinâmicas e trajetórias, considerando as necessidades e o potencial da geração jovem para a construção do presente e futuro das diferentes comunidades.

A abordagem da problemática dos jovens NEET e sua relação com as novas configurações de transição escola-trabalho e respetivos projetos de vida, conduz-nos, invariavelmente, a recuperar

algumas âncoras teóricas problematizadoras dos grandes desafios enfrentados por esta geração, apresentadas na secção seguinte.

2. (Re)configurações sociais e novos perfis de transição escola-trabalho

Independentemente da perda de centralidade do trabalho anunciada por diferentes teses (Gorz, 1997; Méda, 1999), a sua importância enquanto fator de criação é inequívoca, ao cooperar, de modo determinante, para a construção da identidade do indivíduo e para a promoção do seu bem-estar pessoal e social, enquanto “espaço de autodeterminação, de intervenção e de autorrealização” (Kovács, 2006, p. 44; Estanque, 2005). Nesta linha de pensamento, é importante ressaltar o seu contributo para “um autoconceito pessoal mais elevado”, pois, não só viabiliza novos contactos sociais, como também potencia a autonomia do indivíduo e a sua capacidade de tomar decisões, impulsionando novas experiências e competências (Alcoforado, 2014, p. 20).

Porém, ainda que o trabalho permaneça como “espaço e tempo mais importante de reconhecimento social” (Alcoforado, 2008, p. 181), propaga-se, na agenda das relações e sistemas de emprego, um conjunto de proposições consentâneas com as características e exigências dos novos tempos, associadas a crescentes dinâmicas de globalização, descentralização, desregulação, flexibilidade e individualização das condições laborais (Beck, 2000; Rebelo, 1999). A consciência partilhada de que os locais e relações de trabalho se defrontam com mudanças significativas, fundamenta-se no perceptível declínio do emprego padrão outrora dominante, assente numa regulação económica que ao invés de servir as pessoas, numa distribuição de recursos mais justa e equitativa, opera “uma nova linha de atuação mais conforme com as necessidades de um novo capitalismo global de índole neoliberal” (Patacho, 2021, p. 82; Hewison, 2016). Assim, em confluência com a reestruturação do processo produtivo, a ideia de um trabalho para a vida, norteado por princípios de previsibilidade e segurança, caminha para uma gradual diversificação e heterogeneidade, não estando em causa o fim do trabalho, mas sim, o fracionamento da sua organização e a disseminação de “formas flexíveis de emprego”, usualmente precárias (Kovács, 2004, p. 34).

A globalização da economia e a flexibilidade excessiva desencadeiam condições de grande instabilidade e insegurança para a força de trabalho, expondo os indivíduos a uma “incerteza crónica” (Standing, 2014, p. 20) e a elevados níveis de insegurança no que diz respeito aos seus direitos, em prol dos interesses e necessidades de um tecido produtivo que, perante uma gradual volatilidade do mercado, uma crescente concorrência económica e um decréscimo das suas margens de lucro, vai recorrendo a modalidades altamente precárias (e.g. desempregados ocasionais, subcontratados, entre outros) (Pais, 2016). Esta conjuntura desenrola-se, assim, num clima de ansiedade, frustração e medo, espelhados nos olhos de quem experiencia situações laborais

profundamente instáveis, escassas oportunidades de progressão profissional e sérios obstáculos ao planeamento da vida privada.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que estas formas flexíveis de emprego se enquadram numa certa ambiguidade, já que consoante as particularidades dos indivíduos e respetivos trilhos profissionais percorridos, lhe estão associadas consequências diferenciadas, imersas em riscos e oportunidades, a nível individual e societal. Coexiste, assim, uma matriz opcional e imposta do trabalho flexível, na medida em que, nestas condições, estão implicados: indivíduos que, numa situação transitória, aguardam oportunidades profissionais mais adequadas aos seus interesses, necessidades e expectativas; trabalhadores para quem o trabalho flexível é uma escolha, determinada pelo seu estilo de vida; e aqueles que, não vislumbrando qualquer alternativa, se encontram perante uma situação totalmente imposta, uma verdadeira “armadilha” que os aprisiona a condições de trabalho marcadas pela precariedade e pela ausência de perspetivas profissionais (Kovács, 2004, p. 63).

Naturalmente, estes persistentes desafios e retrocessos têm implicações para as áreas da educação, formação e respetivas políticas, dada a lealdade das mudanças empreendidas a modelos institucionais standardizados, sustentados por uma abordagem economicista “quer do ponto de vista da gestão dos sistemas educativos quer no que respeita à progressiva subordinação desses sistemas aos imperativos económicos da globalização e da sociedade do conhecimento” (Alves, 2006, p. 7). Neste contexto, ao enaltecer a educação e a formação como influentes chaves de transformação, o processo de globalização “reforça os fundamentos da teoria do capital humano, em que se acentua a visão da educação como processo de formação social, orientada para mercados competitivos, clamando que as organizações educativas devem responder a desafios imediatos do mundo económico” (Pacheco, 2009, p. 109).

Impulsionada por princípios de igualdade democrática, a massificação do ensino mascara uma desigualdade preocupante e persistente, nomeadamente, a nível económico. Com efeito, não sendo possível proporcionar aos indivíduos a desejável igualdade económica, a ação das políticas educativas tem vindo a fomentar uma suposta igualdade educativa (Pais, 2016). Na procura de mecanismos de padronização, este movimento global objetiva o conhecimento como um autêntico recurso económico, baseado numa conceção técnico-instrumental da educação, totalmente orientada para a produção cognitiva de saberes. Por outras palavras, a escola e o currículo distanciam-se da sua missão educacional integral, que considera a multidimensionalidade do ser humano, e aproximam-se das necessidades concretas da economia (Stoer, 1986, Pacheco, 2009; Alves, 2006; Moore & Young, 2001). Inquestionavelmente, a escola não poderá circunscrever-se a um propósito hermético de capacitação para o mercado de trabalho, amplamente difundido pelos discursos políticos dominantes, pois, neste caso, a resignação à lei do mercado representaria um “investimento mais financeiro do que cultural” (Sue, 1999, p. 115). Ao invés de um entendimento

de educação enquanto mero instrumento de mobilidade social, o caminho deverá passar pela criação de oportunidades de “enriquecimento pessoal e de dignificação da pessoa” (Pais, 2016, p. 42).

Indiscutivelmente, o desemprego e a fixação dos ideais neoliberais têm vindo a potenciar a vulgarização do conceito de empregabilidade nos discursos políticos, educativos e económicos, reflexo de uma mudança de paradigma assente numa retórica de responsabilização dos indivíduos e de “privatização dos problemas sociais” (Alves, 2007, p. 60). Portanto, considerando um complexo quadro de desemprego estrutural e, em simultâneo, uma clara incapacidade em gerar emprego, os governos, não podendo tomar uma ação direta sobre a oferta, acabam por enveredar por uma atuação limitada à vertente da procura, mediante políticas de emprego e de educação/formação. Julgar e culpabilizar os indivíduos pela sua exígua empregabilidade representa uma autêntica dissimulação dos efeitos socioeconómicos de um modelo capitalista, ao camuflar um problema de complexidade superior, “cuja resolução não se compadece nem com medidas compensatórias nem com medidas paliativas” (Alves, 2007, p. 63).

Ainda que a escola e outras instituições educativas assumam um papel crucial em termos de preparação e apoio aos cidadãos na sua demanda pelo “bem-estar económico em condições de liberdade e dignidade” (UNESCO, 2022, p. 40), a educação não pode neutralizar os efeitos negativos desencadeados por fatores de índole política, como é o caso dos problemas de desemprego estrutural. Aliás, não raras vezes, assistimos a um movimento sincrónico de aumento dos níveis de qualificação e do desemprego jovem, um descompasso revelador de uma persistente conjuntura de subemprego e dificuldade em alcançar um lugar no mundo do trabalho consentâneo com as aspirações, competências e qualificações dos jovens, mesmo entre os altamente qualificados, com graves consequências para os seus projetos de vida.

Se é verdade que o século XXI encaminha os jovens para complexos desafios pessoais, profissionais e culturais, imunes a qualquer previsão, em virtude da celeridade das mudanças empreendidas, é igualmente reconhecida a inevitabilidade da transformação da escola, num movimento de rutura com a reprodução de cenários de desequilíbrio e injustiça e, também, com modelos organizacionais inflexíveis e uniformes, no sentido da criação de ambientes educativos mais democráticos e congruentes com as exigências da contemporaneidade, onde crianças e jovens possam caminhar rumo à sua realização plena (UNESCO, 2022; Lima & Cosme, 2018). Assistimos, atualmente, a um paradoxo verdadeiramente alarmante, pois, em pleno século XXI, a escola que (ainda) temos perpetua um modelo de organização e funcionamento que remonta o século XIX, alicerçado na “trilogia da racionalidade pedagógica do paradigma da instrução” – escola do ensino (heterónimo), da transmissão (unidirecional) e do conteúdo (prescritivo) (Coelho, 2021, p. 31).

Este inadiável processo de mudança exige um entendimento do ato educativo muito além da mera transmissão de conhecimento, preconizada pelo retrógrado e decrépito paradigma da instrução. Urge conceber a aprendizagem como um processo de coconstrução do conhecimento e de interação entre múltiplos saberes e competências essenciais à concretização dos projetos vida de

cada um, evocando uma nova visão do trabalho pedagógico à luz do paradigma da comunicação, assente na tríade dialógica professor – aluno – saber (Trindade & Cosme, 2010). As exigências dos novos tempos evidenciam a premência de uma decisão ética de mudança, ancorada na criação das bases de uma nova construção social da aprendizagem e da educação, considerando os três grandes contextos educacionais – família, escola e sociedade – que apenas se concretizará se, no presente, forem dados passos firmes e audazes, “sem adiamentos, tibiezas, recuos ou tristes cedências políticas” (Coelho, 2021, p. 129).

Perante estas novas (re)configurações societais e consequentes assimetrias, os jovens, concebidos como seres inacabados, “alguém em processo de construção e de conquista de espaços de participação e de confiança” (Albuquerque, 2014, p. 322), foram dos primeiros a sentir os efeitos das transformações em curso, dada a sua alta sensibilidade e permeabilidade a flutuações estruturais como, por sinal, a recente crise pandémica da Covid-19 veio demonstrar. As profundas transformações que vêm norteando as sociedades modernas repercutem-se, assim, no modo como a geração jovem protagoniza as suas experiências e trajetórias, sobretudo, no que se refere à transição entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, e equacionam projetos de vida futuros, legitimando, deste modo, a centralidade desta dinâmica no seio dos discursos políticos e sociais.

A transição para a vida adulta, enquanto processo de socialização e de constante procura e (re)construção identitária, não poderá ser entendida, na atualidade, como um simples momento de passagem entre dois cenários, mas sim, como um percurso e uma etapa da vida, que envolve múltiplas situações, oportunidades e obstáculos (Almeida, 2007; Drancourt & Berger, 1995). A geração jovem apropria-se, assim, de um estatuto social de elevada ambiguidade e imprevisibilidade, em que a transição escola-trabalho “deixa de ser um acontecimento biográfico instantâneo” (Alves, 2008, p. 301) para dar lugar a percursos altamente individualizados e prolongados, marcados por períodos aleatórios e intermitentes de atividade e de inatividade ao longo do percurso de vida (Pais, 2016; Fonseca, 2014; Furlong & Cartmel, 1997).

A identificação e delimitação das temporalidades sociais que marcam as vias tradicionais de transição para a vida adulta, com todas as suas expectativas, estatutos e eventos – de carácter público (escola-trabalho) e privado (saída da família de origem - criação de uma nova família) – tornam-se profusamente anacrónicas, mediante uma total ausência de linearidade, assente na imprevisibilidade e no risco, e um adiamento dos eventos típicos da idade adulta, fazendo dos projetos de autonomização e emancipação realidades cada vez mais distantes e sinuosas (Pais, 2016; Albuquerque, 2014; Guerreiro e Abrantes, 2007; Furlong e Cartmel, 1997; Galland, 1995; Galland, 1991).

A inconstância e incerteza vivida nos tempos atuais, ao nível das representações do trabalho, enquanto reflexo de percursos profissionais caracterizados pela flexibilidade, insegurança e instabilidade, bem como a crescente dificuldade em assegurar transições satisfatórias, sustentadas por trabalho digno, desencadearam consequências particularmente gravosas para a geração jovem.

Esta conjuntura “de relativa anomia abre um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências” (Guerreiro e Abrantes, 2007, p. 39), dando origem a complexos problemas, nos quais se incluem os jovens NEET (*not in employment, education or training*) (Eurofound, 2012; Eurofound, 2016).

Declinando, neste momento, a pretensão de uma caracterização circunstanciada do fenómeno NEET, dada a sua concretização ao longo dos capítulos seguintes, em especial no capítulo I, é importante mencionar que a categoria NEET, enquanto reflexo do afastamento dos principais subsistemas sociais (emprego, educação e formação), amplamente utilizada para identificar e captar padrões de vulnerabilidade e desvinculação de um número crescente de jovens, anuncia as ameaças decorrentes das trajetórias prolongadas entre a juventude e a idade adulta, particularmente, no que se refere à transição entre o universo escolar e o mundo do trabalho.

Embora os jovens NEET configurem um grupo extremamente heterogéneo, a partilha de certas fragilidades potenciadoras desta complexa conjuntura é inequívoca, constituindo-se como fortes preditores de limitação de oportunidades nas trajetórias de vida futuras dos jovens: abandono escolar precoce, baixos níveis de qualificação, contextos socioeconómicos desfavorecidos, problemas de saúde, imigração, zona de residência, entre outros (Zucotti & O’Reilly, 2019; Eurofound, 2016; Schoon, 2014; Eurofound, 2012). Note-se que embora os baixos níveis de qualificação constituam um fator de risco muito significativo na predição da conjuntura NEET, este fenómeno tem vindo a generalizar-se à população jovem mais escolarizada, asseverando a amplitude desta nova categoria social.

Por esta razão, considerando a extensão e complexidade do fenómeno NEET do ponto de vista das causas, características e impacto psicossocial, é fundamental que o domínio científico e político, numa conjugação virtuosa de esforços, alcance uma sólida base de conhecimento, face à pluralidade de circunstâncias e desafios enfrentados pelos jovens como, aliás, o Eurofound (2012) veio demonstrar com a identificação de cinco subgrupos principais: os desempregados convencionais, os não disponíveis, os desencorajados, os que procuram uma oportunidade e os voluntários.

Assume-se, portanto, a convicção de que uma abordagem compreensiva e contextualizada da problemática NEET, consciente da existência de subgrupos diferenciados, a partir das suas próprias perceções e vivências e do contributo de agentes locais com reconhecida atuação no campo da educação e do emprego, assegurará as condições ideais à reflexão e delineamento de ações estratégicas integradas e concertadas, totalmente alinhadas com as necessidades, expectativas e talentos dos jovens, em prol da sua plena realização pessoal e profissional.

3. Questões de investigação

A ponte estabelecida entre motivações pessoais e âncoras teóricas, alicerces imprescindíveis à definição da temática a estudar e à conceção de um fio propulsor de um percurso congruente, tornou possível a estabilização de um objetivo geral – caracterizar e compreender o fenómeno NEET no município de Sintra, enquanto suporte ao delineamento de ações estratégicas locais facilitadoras de transições escola-trabalho bem-sucedidas e de construção de projetos de vida realistas e desafiantes. Para responder a este grande desígnio partiu-se para a formulação de quatro questões de investigação que sustentam o modelo de caracterização e compreensão intencionado:

1. Como se caracteriza o fenómeno NEET, a nível global, atendendo à heterogeneidade de contextos, características e fatores de risco dos jovens envolvidos?
2. Que características predominantes se observam nos jovens NEET de Sintra, considerando os seus percursos e experiências educativas e profissionais?
3. Como é que os jovens NEET de Sintra percecionam a escola e o mundo do trabalho a partir dos seus interesses e das suas próprias vivências de transição e construção de projetos de vida?
4. Até que ponto os agentes locais se mostram sensíveis às perceções dos jovens e à necessidade de repensar os seus contributos para novas políticas e práticas de socialização profissional?

4. Metodologia

Tendo em consideração a crescente valorização das abordagens interpretativas e críticas no campo das ciências sociais e humanas, em especial no domínio da educação, bem como a importância desde logo atribuída a um exercício compreensivo da realidade dos jovens NEET do município de Sintra, o estudo de caso afigurou-se a perspetiva metodológica mais adequada ao cumprimento deste desígnio, face à intenção de estudar um fenómeno que, tal como demonstrado pela literatura, é situado e contém uma vasta complexidade de variáveis para a sua descrição e compreensão.

O estudo de caso compreende a combinação de distintos processos investigativos, fundindo-se com a importância do “destaque à pessoa presente em cada agente social, consentindo, desse modo, que a voz de cada um, reveladora de angústias, não se dilua no silêncio monótono, dormiente e seco das estatísticas” (Amado, 2014, p. 71). Reconhecendo a pluralidade de abordagens metodológicas existentes e respetivas orientações epistemológicas, o estudo de caso, consentâneo com o estudo em profundidade de um determinado fenómeno no seu contexto natural, procura compreender o que lhe é específico e, de algum modo, determinado pelo contexto em causa, captando, assim, as suas próprias dinâmicas (Amado & Freire, 2014; Amado, 2010). Pressupõe,

portanto, a focagem das realidades a estudar dentro de um determinado contexto (social, cultural, institucional e temporal), refletindo, naturalmente, a perspectiva dos seus participantes, com base na análise do carácter evolutivo e complexo dos fenómenos sociais.

O propósito do estudo de caso não se situa em saber *o quê* e *o quanto*, sendo apropriado e aconselhado quando o principal enfoque da investigação incide no *como* e no *porquê* de determinados fenómenos (Yin, 1994). A opção pelo estudo de caso denota o valor concedido ao contacto e análise do fenómeno e toda a complexidade e diversidade intrínsecas, em detrimento da representatividade estatística que não se consegue obter por esta via. Estamos, pois, perante “um problema de investigação, uma perplexidade, uma necessidade de compreensão global” (Stake, 2007, p. 19), onde o estudo de um caso, em particular, resultará num conhecimento mais profundo da problemática e, ainda que estejam presentes aspetos que se prendem às idiosincrasias do caso estudado, espera-se alcançar características e dimensões que os aproximem a outros casos. Logo, o estudo do caso possibilitará, dentro das suas limitações, a compreensão de outro(s) fenómeno(s). Importa mencionar, ainda, o carácter crítico do estudo de caso, dada a implicação de uma abordagem que permite confirmar, modificar ou ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo, contribuindo para a construção teórica do respetivo domínio do conhecimento (Gomez, Flores & Jimenez, 1996).

Neste sentido, partindo de um contexto particular – município de Sintra – o fenómeno NEET constitui a pedra angular deste trabalho e, conseqüentemente, o caso a investigar, envolvendo não só os próprios jovens NEET, enquanto indivíduos que experienciam na primeira linha as dificuldades motivadas pela conjuntura, mas também, outros agentes locais com particular relevância para a análise da problemática, quer pela posição estratégica que assumem na área da qualificação e do trabalho, quer pelo comprometimento e envolvimento que, desejavelmente, deverá ser convocado num trabalho desta natureza. Fica, desta forma, demonstrado que o caso deverá ser sempre perspectivado como uma entidade potencialmente agregadora de múltiplos contextos, integrando numerosas subsecções, grupos e situações providas de atributos muito peculiares.

Considerando a amplitude da problemática NEET, bem como a preocupação e interesse desde logo demonstrados pelo município em cooperar num projeto deste cariz, dada a necessidade de caracterização e compreensão da conjuntura, enquanto alicerce para a construção de uma estratégia diferenciadora e concertada, o estudo de caso surge, inequivocamente, como a abordagem metodológica com maior potencial heurístico. Esta convicção adquire especial significado ao percecionarmos o estudo de caso como um passo para ação e para a tomada de decisões (Walker, 1983) que, no presente contexto, se direciona para a estabilização de estratégias que sustentem a construção de um território verdadeiramente comprometido com o sucesso dos percursos, transições e projetos de vida dos jovens. Indubitavelmente, o conhecimento profundo de uma dada realidade é preponderante quando se ambicionam projetos de mudança, daí que o

envolvimento de diferentes agentes do território e a estreita colaboração entre investigadores, participantes e respetivos contextos nos quais se inserem, represente uma influente chave para a consecução do objetivo e questões de investigação delineadas.

4.1. Contexto de Investigação

A opção pelo território de Sintra, enquanto contexto de investigação, coaduna-se, numa primeira instância, com o contacto prolongado obtido aquando da construção do seu Projeto Educativo Local (PEL), intitulado “Sim(tra): Aprender e Viver Melhor num Território Inteligente e Sustentável (2018-2025)”, enquanto elemento da equipa técnica da Universidade de Coimbra, instituição que, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra, cooperou na concretização deste projeto. Ao longo da construção do PEL, particularmente, numa fase inicial de diagnóstico, a interação com um amplo grupo de atores locais de diferentes esferas territoriais (e.g. educativa, formativa, empresarial, associativa, entre outras), ilustrativa do carácter participativo de um trabalho deste cariz, a par da recolha de um vasto conjunto de indicadores locais, tornou perceptível uma certa inquietude sobre a relação dos jovens com a educação e o trabalho e, particularmente, sobre os jovens que não estudavam nem trabalhavam.

O motivo da escolha do município de Sintra conflui para um dos fatores de risco mais significativos referenciados pela literatura, o qual anuncia um risco acrescido de os jovens se tornarem NEET perante contextos socioeconómicos desfavorecidos, como é exemplo, a residência em zonas periféricas de grandes áreas urbanas (Schoon, 2014; Eurofound, 2012). Sendo o segundo território mais populoso do país e o maior da Área Metropolitana de Lisboa (AML), Sintra caracteriza-se por uma extrema heterogeneidade social e multiculturalidade (residem neste território cidadãos de mais de 130 países), daí resultando um conjunto de mosaicos territoriais muito pouco comum num país como Portugal (Projeto Educativo Local de Sintra, 2018).

Reconhecido como um território com poder de compra per capita muito elevado (93.61), esta relação estatística não deixa transparecer as profundas desigualdades observadas quando se efetua uma análise de maior pormenor (INE, 2019). Se não deixa de ser inequívoca essa riqueza nos espaços urbanos, habitualmente associados ao Turismo e à residência de classes sociais privilegiadas, o território é também marcado por um setor rural, caracterizado por bairros socialmente deprimidos e uma enorme comunidade estrangeira de baixos rendimentos, associados a trabalho de baixa qualificação (Projeto Educativo Local de Sintra, 2018).

Se é verdade que todos estes indicadores¹ legitimam, até certo ponto, a importância e necessidade de uma investigação sobre a problemática dos jovens NEET neste território, é

¹ Uma caracterização mais circunstanciada dos indicadores municipais poderá ser consultada no Volume I do Projeto Educativo Local de Sintra, disponível em: <https://cm-sintra.pt/atualidade/educacao/projeto-educativo-local-de-sintra>.

igualmente reconhecida a influência que o atual cenário de transferência de competências do poder central para as autarquias, nomeadamente, ao nível da educação, vem desencadeando nas dinâmicas locais. Na verdade, os municípios portugueses têm vindo, progressivamente, a ser convocados a assumir o planeamento estratégico da sua política e ação educativas, assegurando as condições mais adequadas à concretização dos projetos de vida dos munícipes, num movimento indutor de desenvolvimento integrado e sustentável com o meio em que vivem e partilham.

O leque de competências e responsabilidades assumidas pelos municípios, a par dos complexos desafios com que se vão defrontando, viabilizam o incremento de políticas locais no sentido de uma resposta integrada e concertada às problemáticas e especificidades territoriais. Esta premissa concorre para o posicionamento deste trabalho de investigação como um importante contributo e apoio às decisões que têm de começar a irromper a nível local, no âmbito das transições escola-trabalho e dos projetos de vida dos jovens. Não obstante a relevância do projeto alocado ao eixo estratégico “Trabalho, Qualificação e Inovação” do PEL – assente na criação de oportunidades para que os jovens NEET e que abandonaram precocemente o sistema de ensino, concluam um percurso qualificante, por via do ensino profissional ou superior, implementando estratégias que promovam transições bem-sucedidas entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho – o estudo de caso sobre os jovens NEET de Sintra possibilitará uma caracterização mais circunstanciada e uma compreensão mais significativa, essenciais ao processo de tomada de decisão e consequente intervenção.

4.2. Participantes, instrumentos e procedimentos

Importa, neste momento, clarificar alguns aspetos que caracterizam o processo de seleção dos participantes do estudo, assumindo, à partida, que um estudo de caso não se apoia numa amostragem, uma vez que “não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso” (Stake, 2007, p. 4). Logo, a constituição da amostra é sempre intencional, tendo por base critérios pragmáticos em vez de critérios probabilísticos, não procurando a uniformidade, mas sim, as variações máximas (Bravo, 1998). O processo de amostragem poderá, assim, ser definido como: um processo dinâmico e sequencial, já que pode ser alterado ao longo do desenvolvimento do estudo, de modo a completar os dados; um processo de ajuste automático da amostra sempre que surjam novas hipóteses que fundamentem um reajustamento às novas condições de análise; e um processo que só se dá por finalizado quando se esgotar toda a informação passível de ser obtida no confronto das várias fontes de evidência (Guba & Lincoln, 1994; Yin, 1994; Bravo, 1998).

Reconhecida a natureza multidimensional do fenómeno NEET e a perceptível escassez de produção científica neste âmbito, particularmente em Portugal, fez parte das convicções deste estudo a priorização de uma abordagem metodológica que valorizasse a interação com os próprios

jovens e, posteriormente, a articulação com outros agentes locais com responsabilidade e interesse nos domínios da educação e do trabalho. O compromisso assumido para com a caracterização e compreensão desta desafiante conjuntura, enquanto catalisador de implicações práticas para os processos de transição dos jovens, jamais poderá ancorar-se numa abordagem estanque na qual os agentes envolvidos atuam de forma isolada. Pelo contrário, é fundamental situarmo-nos num processo verdadeiramente dinâmico e colaborativo, na medida em que a mobilização e a interação entre o *know-how*, as vivências e perceções dos distintos atores da comunidade se afiguram cruciais para o alcance de uma meta comum, ambicionada e partilhada por todos.

Tendo em consideração uma das dimensões basilares do estudo de caso, recorreu-se a diversas fontes de evidência, isto é, à estratégia da triangulação, dado viabilizar a inclusão de um conjunto mais diversificado de tópicos de análise e, em simultâneo, desenvolver linhas confluentes de investigação, conferindo a esta abordagem uma grande validade científica (Yin, 1994). A figura 1 sistematiza a estrutura global e sequencial das quatro etapas do estudo e respetivos procedimentos metodológicos, em total alinhamento com as questões de investigação previamente definidas.



Figura 1. Estrutura global do estudo, etapas e procedimentos metodológicos.

A primeira etapa do estudo compreendeu um extenso e imprescindível processo de enquadramento e caracterização do fenómeno NEET, a nível global, mediante a análise de um conjunto de relatórios internacionais, legislação, artigos científicos, entre outras fontes de conhecimento. Este processo inicial materializou-se, de forma circunstanciada, no primeiro artigo da tese e, transversalmente, nos artigos subsequentes, dada a importância da contextualização teórica e da permanente atualização de novas bases empíricas de suporte aos resultados alcançados ao longo da investigação. Este artigo, de carácter introdutório e de enquadramento da problemática dos jovens NEET, encontra-se integralmente exposto no capítulo I.

Posteriormente, caminhando para a segunda etapa do estudo, o âmbito da investigação circunscreveu-se a procedimentos de base local, com vista à caracterização dos jovens NEET do município de Sintra, através da recolha de um conjunto de indicadores alusivos aos seus percursos

educativo e profissional. Embora o universo NEET envolva jovens desempregados e inativos, facto que determinou a ambição inicial de integrar participantes que experienciassem ambas as circunstâncias, *a posteriori*, a dificuldade em lograr tal propósito foi notória, especialmente ao nível da captação de jovens inativos ou desencorajados, pelo facto de não se encontrarem identificados ou sinalizados. Assim, considerando os entraves no alcance de jovens NEET desempregados, em geral, e de jovens NEET inativos, em particular, a cooperação e apoio de organizações como o Serviço Público de Emprego de Sintra, e outras entidades locais (e.g. associações e autarquia), revelou-se profícua para a consecução das diferentes etapas do trabalho de campo.

Com efeito, considerando a intenção de caracterizar os jovens NEET sintrenses, procedeu-se à construção e aplicação de um questionário *online* (Anexo 1), organizado em diferentes secções temáticas – características sociodemográficas gerais, contexto familiar, percurso educativo e expectativas, percurso profissional e expectativas, usos do espaço e do tempo e impacto das políticas públicas. Previamente ao seu encaminhamento, o questionário foi alvo de análise por parte de especialistas e de um grupo de jovens, cujas opiniões possibilitaram o firmamento da sua legibilidade e coerência.

Tendo como principal intermediário o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Sintra (IEFP, IP), o questionário foi encaminhado aos jovens que, à data (segundo semestre do ano 2019), se encontravam afastados dos três principais subsistemas sociais (emprego, educação ou formação) e integrados na base de dados desta estrutura local. Deste procedimento, cumulativamente com a participação de um grupo de jovens NEET que se encontrava em processo de pré-seleção para o projeto-piloto *Code For All_Sintra*², resultaram 172 respostas. Todavia, em virtude de uma presumível desatualização da base de dados do IEFP, 51 respostas não foram consideradas pelo facto de os jovens terem indicado estar integrados numa oferta de educação/formação ou emprego.

Esta etapa estabilizou-se, por conseguinte, numa amostra de 121 jovens NEET com idades compreendidas entre os 17 e os 29 anos que, pelas idiosincrasias do fenómeno em estudo e, conseqüentemente, pela complexidade do processo de seleção, aduziu fragilidades em termos de dimensão e, também, de heterogeneidade ao nível da dualidade de situações de desemprego e de inatividade, a princípio ambicionada. Importa proferir que a insistência na participação dos jovens para responderem, voluntariamente, ao questionário, constituiu uma prática continuada e intensiva, tendo os resultados em termos de representatividade ficado aquém do desejado, apesar de todos os esforços empreendidos. A falta de representatividade da amostra e a consecutiva impossibilidade

² Projeto-piloto que teve início no final de 2018, desenvolvido entre a Câmara Municipal de Sintra, a Fundação Aga Khan e a Academia de Código, com o objetivo de proporcionar aos jovens NEET uma formação gratuita intensiva em programação, tornando-os aptos a entrar no mercado de trabalho e iniciar carreira como “*Junior FullStack Software Developers*”. Em 2021, este projeto-piloto transformou-se no projeto *Bytes4Future*.

de generalização de resultados (validade externa) leva-nos a recuperar os pressupostos da abordagem metodológica do estudo de caso que, ao corporizar o estudo de algo singular, traduz finalidades de particularização e não de generalização, estando à partida justificadas pela sua unicidade (Stake, 2007). Trata-se, portanto, do interesse pelo conhecimento e pela descrição do idiossincrático e específico como legítimo em si mesmo (Walker, 1983). Os primeiros resultados de base local alcançados nesta fase do estudo deram origem à produção do segundo artigo da tese, apresentado no capítulo II e, também, a um poster – Fenómeno NEET e dinâmicas de transição escola-trabalho – ao qual, no âmbito da III Mostra de Doutoramento em Ciências da Educação (2021), pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, foi atribuído o prémio de melhor comunicação (Anexo 2).

A terceira etapa da investigação, conduzida em pleno período pandémico (primeira metade do ano 2021) afigurou-se essencial para a compreensão de alguns significados atribuídos pelos jovens às suas circunstâncias de vida atuais, tendo por base os novos contornos que a gestão do tempo e do espaço foi assumindo no seu quotidiano, face ao seu afastamento dos basilares subsistemas sociais de educação/formação e emprego. Deste modo, com base num conjunto de pressupostos e critérios de seleção decorrentes dos resultados da etapa anterior, foram facilitados dois relatos autobiográficos com duas jovens que, na sequência da pandemia de Covid-19, imergiram numa situação NEET. Apesar das tentativas constantes e prolongadas de captação de jovens que se voluntariassem para participar nesta fase do estudo, por intermédio do IEFP que, novamente estabeleceu a crucial ligação entre investigadora e participantes, a ambicionada cooperação dos jovens revelou-se bastante diminuta, ficando muito aquém da aspiração inicial. Todavia, não obstante a participação limitada, da profundidade e riqueza das narrativas compreendidas pelas jovens resultaram contributos muito significativos para a compreensão do fenómeno NEET, particularmente, em período de pandemia.

Em confluência com os pressupostos do estudo de caso, a natureza dos dados autobiográficos possibilitou, de facto, a edificação de pontes entre o lado racional das participantes, o modo como se situavam perante as situações de vida experienciadas, atendendo às suas convicções, e as estratégias desenvolvidas em função da interpretação das circunstâncias que as envolviam (Amado & Ferreira, 2014; Peneff, 1990; Passeron, 1990). Enquanto modelo que visa obter o significado atribuído pelo indivíduo às suas experiências de vida, aos relatos autobiográficos associa-se a convicção de que narrar não é descrever, mas sim, reescrever, assumindo-se que “interpretar a narrativa experiencial não é interpretar objetivamente o presente como um encadeamento causal de um passado: é subjetivá-los para os projetar no futuro” (Correia, 1996, p. 25).

De referir que, em virtude dos constrangimentos associados às medidas de afastamento social e de restrição de circulação provocados pela pandemia de Covid-19, os relatos autobiográficos foram conduzidos *online*, via *zoom*, gravados (premissa aceite pelas participantes),

e totalmente transcritos e, conseqüentemente, objeto de uma análise de conteúdo, essencial à sistematização dos dados obtidos. Note-se que para esta comunicação intencional foram definidas, antecipadamente, simples linhas orientadoras, decorrentes dos resultados das etapas precedentes, firmadas na premissa da flexibilidade e liberdade de narrativa, com a mínima interferência possível. A impossibilidade de contacto presencial esteve longe de prefigurar um obstáculo à concretização das intenções da investigação, pois tendo presente que as memórias representam uma combinação das dimensões seletiva e afetiva, procurou-se sempre, em cada um dos relatos autobiográficos, gerar um ambiente propício à sua ocorrência, conquistando a confiança das jovens que se disponibilizaram para fazer parte desta importante fase do estudo. Os dados alcançados com esta dinâmica cooperaram na assunção de linhas de investigação convergentes e complementares aos dados provenientes do questionário aplicado anteriormente, tendo resultado na concretização do terceiro artigo da tese, onde a análise dos dois relatos autobiográficos foi complementada com um conjunto de dados provenientes da etapa anterior. Este artigo apresenta-se integralmente no capítulo III.

A exígua recetividade e participação dos jovens nos relatos autobiográficos decretaram um novo rumo para a investigação, traduzido no envolvimento de um grupo de jovens num momento de reflexão e partilha sobre as suas vivências de (não) educação, formação e emprego. Com efeito, a terceira etapa do estudo culminou, no início de 2022, com a facilitação de um *focus group* (presencial) com oito jovens integrados no projeto *Bytes4Future*, o qual resulta de uma parceria entre a Fundação Aga Khan e a Câmara Municipal de Sintra. Enquanto resposta pública direcionada a jovens NEET entre os 18 e os 29 anos, residentes no concelho de Sintra, em contextos sociais de maior vulnerabilidade, o *Bytes4Future* compreende um programa de *upskilling* para as competências digitais, focado no desenvolvimento de *softskills* e competências de multimédia e programação, com o objetivo de contribuir para a efetiva integração destes jovens, assegurando a sua permanência no mercado de trabalho e potenciando percursos de vida facilitadores da sua inclusão social³.

A compreensão dos significados atribuídos pelos participantes à situação NEET experienciada, no sentido da obtenção de uma posição consensualizada ou não consensualizada sobre um conjunto de indicadores decorrentes das etapas de investigação precedentes, constituiu o grande objetivo da dinamização do *focus group*. Importa clarificar que a opção por este grupo em particular se deveu à reconhecida dificuldade de captação de jovens NEET, daí a necessidade

³ Este projeto integra duas tipologias de respostas, nomeadamente, o *Power Up* que constitui um programa de aceleração, no qual durante 7 semanas (4 horas diárias) é proporcionado um primeiro contacto com uma grande diversidade de temáticas centradas no desenvolvimento de soluções digitais e artísticas (multimédia, imagem e comunicação audiovisual, iniciação à programação, inglês, *Soft Skills*, *Hackaton* e preparação para o mercado de trabalho) e o Programa Avançado, com uma duração de 10 semanas (8 horas diárias), orientado para o desenvolvimento de competências *Junior FullStack Developer*.

constante de estabelecer pontes com distintas entidades locais, de modo a facilitar o profícuo contacto com a voz dos protagonistas deste fenómeno. De igual forma, é importante transmitir o especial cuidado empreendido neste processo, ao contactar o grupo numa fase preliminar do projeto em que estavam inseridos, de modo a acautelar potenciais efeitos de “contaminação” pela formação⁴.

O *focus group*, enquanto prática *sui generis* das entrevistas de grupo tem vindo a manifestar um progressivo interesse nas dinâmicas de investigação qualitativa em educação, especialmente, como metodologia de análise, compreensão e construção de bases de conhecimento, a partir de realidades socioeducativas e sociolaborais (Ortega, 2005; Callejo, 2001). Enquanto análise em profundidade de um determinado fenómeno, a opção pela técnica do *focus group* prendeu-se com a possibilidade de reunir participantes com características comuns e relevantes face ao tema em estudo e, também, com a importância de aceder, mediante um processo interativo, às experiências, atitudes, sentimentos e crenças de quem vivencia, na primeira linha, todos os desafios desencadeados pelo fenómeno NEET.

Na verdade, a técnica do *focus group* concorre para o alcance de uma pluralidade de perspetivas, bem como de importantes processos emocionais gerados no seio do grupo (Gibbs, 1997). Nesta linha ideias, a interação estabelecida representa um excelente meio e fonte de produção de dados, reconhecendo-se que o carácter produtivo desta interação contribui para ampliar o leque de respostas possíveis, despertar particularidades esquecidas da experiência, desbloquear eventuais constrangimentos dos participantes face às declarações emanadas e, ainda, identificar pontos de vista diferenciados sobre a conjuntura em análise (Amado, 2014).

Mediante um processo interativo, esta prática tem como principal desígnio alcançar “uma opinião convergente ou um desacordo generalizado, manifestados na situação discursiva que se cria e recria pelo grupo e dentro do grupo, ao fazer emergir reflexões individuais e coletivas, numa criação intersubjetiva de significados e sentidos” (Alcoforado, 2008, p. 312). O intercâmbio de reflexões, vivências e conceções reportadas pelos participantes representam uma inegável “fonte de representatividade do *focus group*” (Callejo, 2001, p. 114) e embora os resultados reunidos não sejam passíveis de uma generalização, à luz dos preceitos da abordagem quantitativa, é possível impulsionar a sua validade através do recurso a estratégias de triangulação.

Admitindo que o sucesso desta técnica dependerá de uma boa preparação da dinâmica a empreender, foi necessário abrir espaço a uma sistematização dos principais resultados obtidos nas fases anteriores do estudo, para que, mediante meras linhas orientadoras, a dinamização do *focus*

⁴ É importante clarificar que, no momento do *focus group*, os participantes frequentavam o início do *Power Up*, um programa de aceleração que, para além de constituir uma etapa basilar para evoluir para o programa seguinte, também representa uma forma de os jovens refletirem e decidirem se, de facto, o seu perfil e motivações se enquadram numa oportunidade formativa com as características e conteúdos do Programa Avançado.

group fluísse e favorecesse partilhas livres, autênticas e sem sombras de qualquer condicionamento, fazendo emergir um conjunto de categorias temáticas ilustrativas das vivências percecionadas pelos participantes. A interação estabelecida entre os jovens ao longo do *focus group* foi áudio registada (premissa, mais uma vez, anuída por todos os participantes), conduzida e totalmente transcrita pela investigadora, sendo esta combinação favorável ao rigor metodológico desejado, ao proporcionar uma maior fidelidade e, concomitantemente, uma maior proximidade entre o investigador e o conteúdo explorado aquando do *focus group*.

Efetivamente, o processo de transcrição do *focus group*, preparado e conduzido pelo investigador, abre um importante caminho para uma produção teórica de grande relevância, pois o simples ato de transcrição corporiza “uma nova experiência de pesquisa”, através da recuperação de um leque de importantes componentes da comunicação não verbal (e.g. gestos, tom de voz, silêncios) e do aprofundamento do significado de determinados conceitos narrados pelos participantes (Girardello, 2008; Queiroz, 1991, p. 88). Após o longo processo de transcrição, a leitura atenta e ativa das partilhas foi crucial, ao cooperar na eclosão de tópicos relevantes, essenciais à consolidação de categorias temáticas norteadoras das possíveis rotas de análise. Seguiu-se, assim, um processo de análise de conteúdo, enquanto técnica basilar e potenciadora de um exercício inferencial interpretativo, assente numa lógica explicitada sobre as narrativas cujos atributos foram objeto de inventariação e sistematização, visando a explicação e compreensão das mesmas (Amado, 2000; Vala, 1986; Krippendorff, 1990).

Importante será referir que, na senda desta análise de conteúdo, prosseguiu-se um processo interativo entre as esferas empíricas e teóricas, evocando assim, o efetivo movimento dialético na busca do significado e particularidades dos dados. Com efeito, a fase interpretativa, decorrente deste processo, permitiu captar as representações dos participantes e os seus significados mais profundos, sem nunca esquecer a relação com os dados das etapas anteriores da investigação, com o conhecimento existente sobre o fenómeno em estudo e, obviamente, com o cenário global de pandemia que ampliou e adensou as dificuldades dos jovens nos seus processos de transição. Quer isto dizer, que a etapa da interpretação deve alicerçar-se não só no trabalho precedente, como também, nas conjunturas sociais atuais, contribuindo para o estabelecimento de relações entre os distintos temas, face às opções metodológicas tomadas.

Todos os significados e representações geradas ao longo do *focus group*, a par da observação e do contacto pessoal com os participantes que esta técnica implica, possibilitou interpretar o que está para além dessas conceções e, conseqüentemente, uma visão mais holística e compreensiva do fenómeno em estudo (Patton, 1990). O carácter compreensivo do *focus group* revelou-se particularmente adequado à diferenciação da situação dos jovens NEET, ao conceder a oportunidade de compreensão da pluralidade de características e experiências vivenciadas por detrás do rótulo, dando origem à produção do quarto artigo da tese, refletido no capítulo IV.

Por fim, a quarta etapa do estudo, numa inequívoca intenção de resposta à última questão de investigação enunciada, estabilizou-se a partir de um novo *focus group* (via *zoom*) mediante o envolvimento de um influente grupo de agentes locais com responsabilidades e interesses no domínio da qualificação e do emprego (segundo trimestre de 2022). Este momento obrigou, assim, à sistematização dos resultados mais significativos e reveladores do estudo, para que pudessem ser apresentados a um painel de especialistas, viabilizando a abertura de um espaço de debate construtivo e de partilha de representações e propostas de intervenção no âmbito do processo de transição escola-trabalho.

Este *focus group*, no qual participaram cinco elementos – um representante da Câmara Municipal de Sintra (Divisão de Educação e Juventude), um representante dos estabelecimentos de ensino do município (Diretor de Agrupamento de Escolas), um representante da Estrutura Empresarial do município, um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e um Investigador – teve como propósito alargar a discussão dos principais resultados do estudo a um conjunto de agentes com elevado potencial reflexivo e interventivo, no quadro de uma ação política local atenta e comprometida com o sucesso dos percursos e projetos de vida dos jovens. Note-se que os resultados obtidos por intermédio deste debate compreendem uma forma de triangulação de dados, conduzindo a linhas de investigação convergentes, imprescindíveis ao delineamento de uma proposta integrada. Esta quarta e última etapa do estudo de caso foi direcionada e integrada no capítulo V – discussão de resultados e conclusão.

Capítulo I. O caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios⁵

The NEET Youth case: new trajectories, new challenges

El caso de los Jóvenes Ni Ni: nuevas trayectorias, nuevos desafíos

Mafalda Frias

Universidade de Coimbra – Portugal

Luís Alcoforado

Universidade de Coimbra – Portugal

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra – Portugal

Resumo: A participação dos jovens no mercado de trabalho constitui uma dimensão significativa do seu desenvolvimento pessoal e social, da construção da identidade e do desenvolvimento equilibrado e integrado das sociedades. Sendo o trabalho, ainda, o tempo social dominante, na contemporaneidade, ele é, também, a maneira mais óbvia de, permitindo o acesso a um rendimento, incrementar a autonomia e estruturar a vida quotidiana. Contudo, da evolução global dos mercados e dos sistemas económicos, derivaram consequências particularmente severas para os jovens que, experienciando percursos de carreira mais individualizados e menos previsíveis, enfrentam crescentes dificuldades na concretização dos seus projetos de vida. O progressivo aumento das taxas de desemprego, acompanhado de outras conjunturas desfavoráveis, conduziram à emergência do fenómeno NEET (not in employment, education or training), o qual assume, presentemente, grande centralidade no debate político europeu. Perante o desafio de absorver e integrar os jovens no trabalho, educação ou formação, urge conhecer, refletir e compreender as especificidades desta problemática, marcada pela heterogeneidade de contextos, características, necessidades, fatores de risco e efeitos, com vista ao delineamento de ações estratégicas concertadas que facilitem as transições entre o sistema educativo ou formativo e o mercado de trabalho. Neste artigo, caracterizamos, de forma circunstanciada o fenómeno NEET, recenseamos algumas respostas que têm vindo a ser pensadas e refletimos sobre a necessidade de despertar novos olhares e novas soluções.

Palavras chave: Jovens Nem Nem. Políticas públicas. Transição escola-trabalho.

⁵ Artigo publicado na *Revista Práxis Educativa* | <http://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i42.7348>.

Abstract: The participation of young people in the labor market is the main reality for the social and personal development, the construction of the identity and the balanced and incorporated development of the societies. Furthermore, work is still the dominant social time, in contemporaneity, it is also the most obvious way of allowing access to income, increasing autonomy and structuring daily life. However, from the global evolution of markets and economic systems, there have been severe consequences for young people who experiencing a more individualized and less predictable career paths, face growing difficulties in achieving their life projects. The increasing of unemployment rates, followed by other adverse circumstances, has led to the emergence of the NEET (not in employment, education or training) phenomenon, which is now a major focus of the European political discussion. Faced with the challenge of integrate young people into work, education or training, it is urgent to know, reflect and understand the specificities of this problem, marked by the heterogeneity of contexts, characteristics, needs, risk factors and effects, where the main goal is redesign strategic actions, concentrate efforts to facilitate transitions between the education or training system and the labor market. In this article, we define, in a detailed way the NEET phenomenon, enumerate some answers that have been thought and reflect on the need to awaken new views and solutions.

Keywords: NEET young. Public policies. School-work transitions.

Resumen: La participación de los jóvenes en el mercado laboral es una dimensión importante de su desarrollo personal y social, de la construcción de identidad y del desarrollo equilibrado e integrado de las sociedades. Dado que el trabajo sigue siendo el momento social dominante en los tiempos contemporáneos, también es la forma más obvia de permitir el acceso a los ingresos, aumentar la autonomía y estructurar la vida cotidiana. Sin embargo, a partir de la evolución global de los mercados y los sistemas económicos, han surgido consecuencias particularmente graves para los jóvenes que, experimentando carreras profesionales más individualizadas y menos predecibles, enfrentan dificultades crecientes para lograr sus proyectos de vida. El aumento progresivo de las tasas de desempleo, acompañado de otras circunstancias desfavorables, ha llevado a la aparición del fenómeno de NEET (no en el empleo, la educación o la formación), que actualmente ocupa un lugar central en el debate político europeo. Ante el desafío de absorber e integrar a los jóvenes en el trabajo, la educación o la formación, es urgente conocer, reflexionar y comprender las especificidades de este problema, marcado por la heterogeneidad de contextos, características, necesidades, factores de riesgo y efectos, para delinear acciones estratégicas que facilitan las transiciones entre el sistema de educación o formación y el mercado laboral. En este artículo, caracterizamos, de manera detallada, el fenómeno NEET, reconsideramos algunas respuestas que han estado pensando y reflexionamos sobre la necesidad de despertar nuevas soluciones.

Palabras clave: Jóvenes Ni Ni. Políticas públicas. Transiciones escuela-trabajo.

I. Introdução

A geração jovem afigura-se essencial ao presente e futuro das diferentes comunidades, enquanto importante fonte de competências, criatividade e dinamismo, particularmente no trabalho, entendido como “espaço e tempo mais importante de reconhecimento social” e de exercício de

cidadania, nas sociedades com índices mais aceitáveis de desenvolvimento humano, integrado e sustentado (ALCOFORADO, 2008, p. 181). Neste sentido, o emprego jovem prefigura uma influente chave para o desenvolvimento económico e social, com todos e por mais tempo, mormente, num contexto de profundas alterações demográficas e conseqüente envelhecimento da população. Porém, tal como refere Blanch (2014, p. 356), se nos anos 60 e 70, nos países considerados socioeconomicamente desenvolvidos, a pergunta “Estudas ou trabalhas?” era entendida como um eficaz recurso para uma primeira classificação social dos jovens, atualmente, tendo em consideração as novas dinâmicas do mercado de trabalho, a total rutura desta dicotomia é perceptível, alargando os termos desta categorização para “Estudas, trabalhas ou estás desempregado?”.

A maioria das evidências demonstra que a crise económica e financeira, atravessada por diversos países, aprofundou a dificuldade dos jovens em identificar e garantir um lugar no mercado de trabalho, dada a sua alta sensibilidade às mudanças sociais e ao contexto da economia global (GAUDET, 2015). A evolução da relação entre os jovens e o emprego constitui, assim, a preocupação central de grande parte dos Estados-Membros da União Europeia (UE), a qual se justifica não só pela maior vulnerabilidade dos jovens aos efeitos da crise, em comparação com os adultos, mas também pelo facto de essas conseqüências apresentarem um carácter mais duradouro para o segmento mais jovem da população (O’HIGGINS, 2012).

Esta conjuntura leva-nos, incontornavelmente, a refletir sobre as trajetórias dos jovens nos dias que correm, na medida em que a transição da escola para o trabalho compreende um processo de passagem de uma condição de dependência para uma situação de autonomia e independência, enquanto fator preponderante de crescimento e maturidade pessoal, no qual está implícito um processo de estruturação social (MIRANDA, 2015, p. 64). A importância basilar da etapa da juventude para o percurso do indivíduo é evidente, pois nela operam as grandes transições para a vida adulta em termos de educação, formação e emprego. Tal facto, vem apelar à reflexão, compreensão e intervenção inadiáveis, mediante os novos contornos que caracterizam as etapas transitórias dos jovens, dado que as conseqüências do sucesso ou fracasso e do tempo e ordem das transições influenciam, substancialmente, as oportunidades de vida de um indivíduo (ELDER, KIRKPATRICK & CROSNOE, 2004).

Na verdade, os jovens do séc. XXI têm vindo a enfrentar profundas alterações e incertezas no seu processo de transição para a vida adulta, decorrentes da combinação de um conjunto de fatores socioeconómicos e políticos. A complexidade e a competitividade, características do atual mercado de trabalho, deram origem a percursos educativos mais extensos e a “inserções laborais mais tardias e instáveis”, a par do adiamento de um conjunto de tarefas típicas do início da idade adulta (MENDONÇA, ANDRADE & FONTAINE, 2009, p. 147). A este respeito, Arnett (2000) introduz o conceito de “adulter emergente”, referindo-se a um período mais alargado da experiência educativa e a um atraso no acesso ao trabalho remunerado. Nesta etapa, os jovens defrontam-se

com a contradição de já não serem adolescentes, mas, ao mesmo tempo, não usufruírem do estatuto e atributos habituais da idade adulta. O período de vida situado entre a adolescência e a idade adulta encontra-se imbuído de complexidade, não só porque se tem alargado, mas também porque se diversifica, tornando-se “cada vez menos unidimensional e unívoco” (GAUDET, 2015, p. 33).

Portanto, ainda que a integração na sociedade tenha sido, tradicionalmente, imaginada como uma sequência de fases da escola para o trabalho, é agora reconhecido que essas transições lineares estão a ser, cada vez mais, substituídas por longas trajetórias do sistema de ensino para o mercado de trabalho, totalmente diversificadas e individualizadas, tendo em linha de conta os percursos e características de cada indivíduo (EUROFOUND, 2012). De igual forma, sabe-se que, à medida que os contextos sociais mudam, cada grupo enfrenta distintas barreiras e oportunidades que moldam os seus futuros (BYNNER & PARSONS, 2002). Com efeito, a não integração nos principais subsistemas sociais – emprego, educação e formação – constitui um forte indicador de falhas graves relativamente a esta transição, razão pela qual os jovens NEET (*not in employment, education or training*)⁶ têm atraído, nos últimos anos, grande centralidade no debate político europeu (EUROFOUND, 2012). A dificuldade em assegurar transições satisfatórias, alicerçadas em trabalho digno, abrange outros problemas, igualmente reveladores do fracasso destes novos processos, designadamente, a geração *freeter*, a geração canguru e a geração *boomerang*⁷ (REIKO, 2006; STONE III, 2014).

Indubitavelmente, o desvio do modelo básico de transições da escola para o trabalho, pautado por percursos cada vez mais diversificados, nos quais se insere a questão do abandono escolar precoce e a consequente inatividade, é verdadeiramente inquietante. A relação entre o fenómeno NEET e os baixos níveis de qualificação escolar e profissional dos jovens tem vindo a desencadear crescentes e complexos desafios aos Estados-Membros da União Europeia, obrigando ao delineamento de estratégias concertadas que contribuam, por um lado, para a superação de um quadro marcado pelo défice de criação de emprego e pelo desemprego de longa duração e, por outro lado, para o combate ao expressivo desalinhamento entre as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e as competências e qualificações dos jovens, bem como as suas expectativas e representações da escola e do mundo laboral.

Reconhecendo o carácter multidimensional da problemática dos jovens que não estudam nem trabalham, e a complexidade de todos os aspetos a ela associados, através da literatura disponível e dos relatórios oficiais mais recentes, neste trabalho, apresentaremos a problemática

⁶ Em conformidade com a literatura internacional, numa lógica de unificação, neste trabalho adotamos o termo inglês NEET.

⁷ Geração *freeter*: jovens que vagueiam por trabalhos precários e mal remunerados; geração canguru: jovens que vão adiando a saída de casa dos pais até idades tardias; geração *boomerang*: jovens que apesar das tentativas de autonomização, regressam à casa dos pais, face à incapacidade de rendimentos adequados.

NEET, enquadrando-a em termos conceituais e teóricos. Neste seguimento, propomo-nos caracterizar e compreender os fatores de risco e os efeitos psicossociais inerentes à situação NEET, assim como identificar e descrever algumas das respostas políticas desenvolvidas no âmbito da qualificação e promoção do emprego para estes jovens, finalizando com uma análise crítica às principais dimensões deste fenómeno tão complexo.

2. Origem e evolução do acrónimo NEET

O acrónimo NEET surgiu, pela primeira vez, a nível político, no Reino Unido, em finais dos anos 90, numa publicação governamental – Bridging the Gap Report (SEU, 1999), visando a identificação de novos critérios de avaliação das vulnerabilidades dos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, que não se encontravam inseridos em qualquer sistema de emprego, educação ou formação, nem eram contemplados nas estatísticas oficiais do desemprego. Posteriormente, em consequência da recessão económica e das estatísticas avançadas por organizações supranacionais, o fenómeno NEET desencadeou, no seio da União Europeia, um progressivo interesse e preocupação, face à necessidade de um indicador adequado à referenciação dos jovens inativos desvinculados do trabalho, educação e formação. A inexistência de um indicador NEET, internacionalmente reconhecido, despoletou uma multiplicidade de definições, levando a que Organizações Internacionais⁸ implementassem a sua própria definição de NEET, de forma a estabelecer um padrão que viesse facilitar qualquer abordagem à problemática. Então, em 2010, o Comité do Emprego da União Europeia delimitou, na sua definição NEET, jovens entre os 15 e os 24 anos de idade, desempregados ou inativos, tal como aqueles que se encontravam afastados do sistema educativo/formativo, passando esta definição a ser usada no conjunto de indicadores do Eurostat (EUROFOUND, 2012). Importa clarificar que, apesar desta definição mais generalista e para efeitos estatísticos, as faixas etárias poderão assumir uma certa variabilidade, sendo apresentadas, por vezes, informações relativas a grupos etários entre os 15 e os 24, 29 ou 34 anos (EUROFOUND, 2012)⁹.

A sensação de que os indicadores estabelecidos no mercado de trabalho não captavam eficazmente as tendências dos mercados contemporâneos, revelando-se insuficientes para a caracterização dos jovens no domínio laboral e, conseqüentemente, pouco eficazes no que concerne ao direcionamento de políticas promotoras da sua entrada no trabalho, desencadeou a introdução

⁸ Comissão Europeia (CE) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (EUROFOUND, 2016; OCDE, 2018).

⁹ Embora o principal indicador NEET (de acordo com o Eurostat) se direcione para a faixa etária dos 15-24 anos, este indicador é desagregado por sexo e disponibilizado para diferentes faixas etárias, de modo a possibilitar múltiplas análises.

do termo NEET como indicador estatístico do desemprego e da situação social dos jovens, no quadro da Estratégia de Crescimento Europa 2020, paralelamente à taxa de desemprego juvenil e à taxa de desemprego. A taxa NEET representa, assim, a relação entre a população jovem de um determinado grupo etário que não estuda nem trabalha e a população total de jovens do mesmo grupo etário (EUROFOUND, 2012).

Em comparação com a primeira definição britânica, as aceções que se seguiram ampliaram o horizonte de análise, fazendo com que o indicador europeu captasse um grupo mais heterogéneo do que o indicador inglês (HOLTE, 2017). O objetivo deixa de estar exclusivamente centrado no período imediatamente após a escolaridade obrigatória e no direito e dever à educação/formação, passando a estender-se a toda a juventude e ao processo de transição para o trabalho que, em tempos de crise, tende a prolongar-se no tempo (BATINI, CORALLINO, TOTI & BARTOLUCCI, 2016). A delimitação de faixas etárias mais amplas permitiu explorar um conjunto mais alargado de tendências, nomeadamente, algumas conjunturas familiares (casamento, filhos), conclusão de percursos educativos/formativos e experiências de trabalho. Enquanto a pesquisa britânica obteve os dados através de estudos de coorte e entrevistas com jovens NEET, a abordagem europeia privilegiou dados de estudos padronizados, como é exemplo a pesquisa sobre a força de trabalho, facilitando a comparação entre países (HOLTE, 2017).

A introdução de novos conceitos, como NEET, *Freeter*¹⁰ e *Hikikomori*¹¹ poderá constituir um bom contributo para a captação das condições precárias dos jovens na atualidade, contudo, para que tal suceda é fundamental criar condições que garantam, por parte das políticas governamentais, um efetivo reconhecimento destas situações de maior desfavorecimento, afastando, assim, perceções equivocadas sobre as causas do problema. Só identificando com maior exatidão a situação destes jovens, através da estabilização de novas categorias e métodos de pesquisa mais rigorosos, poder-se-á disponibilizar informação mais ajustada aos decisores políticos, permitindo uma concentração direcionada das intervenções naqueles que mais precisam, adequando-as igualmente às atuais características do mundo do trabalho (INUI, 2005) e criando condições para as transformar progressivamente, no sentido das necessidades e projetos desses jovens. Importa, ainda, salientar que o termo NEET não surgiu com o intuito de descrever a identidade de indivíduos ou grupos, mas sim, com o propósito de obter uma classificação oficial dos jovens, no que ao mercado de trabalho e sistema educativo diz respeito (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2014).

¹⁰ Neologismo introduzido no Japão, no final da década de 80, composto pela palavra inglesa “Free” e pela palavra alemã “Arbeiter” (trabalhador), correspondendo a jovens com idades entre os 15-34 anos que não encontram emprego a tempo integral, permanecendo em trabalhos precários, temporários ou a tempo parcial após deixarem o sistema de ensino (REIKO, 2006).

¹¹ Introduzido no Japão, pertence a uma subcategoria da conjuntura NEET, composta por jovens que não só evitam um envolvimento profissional, como também se desviam da participação social, conduzindo ao extremo isolamento (BATINI *et al.*, 2016).

3. NEET, um fenómeno heterogéneo: características, fatores de risco e efeitos psicossociais

Contrariando o cenário de uma conjuntura bem definida e homogénea, os dados existentes revelam que o fenómeno NEET engloba uma grande diversidade de trajetórias, acompanhadas por distintas características económicas, sociais e pessoais, assim como fatores de risco e efeitos diferenciados (EUROFOUND, 2016). Além de heterogéneo, este grupo assume uma condição dinâmica, dado que, teoricamente, os jovens podem sair e voltar a imergir nesta complexa posição. Não obstante, a análise das transições entre a escola e o mundo laboral mostra que a situação dos jovens NEET não vislumbra um estado temporário, podendo, pelo contrário, persistir por longos períodos de tempo (FLISI, GOGGIO, MERONI & VERA-TOSCANO, 2015; CARCILLO, FERNANDEZ, KONIGS & MINEA, 2015).

Esta ampla categoria abrange não só jovens desencorajados, que abandonaram precocemente a escola, mas também jovens altamente qualificados que, ainda assim, não conseguem alcançar um lugar no mundo laboral. Da mesma forma, deparamo-nos com jovens que se afastam do mercado de trabalho de forma voluntária e jovens que, involuntariamente, são integrados nesta categoria, por várias razões. Neste contexto, considerando a extensão da problemática NEET, e de modo a alcançar um melhor entendimento dos traços deste grupo, encontram-se identificados cinco subgrupos principais¹²: os desempregados convencionais - desempregados de longa e curta duração; os não disponíveis - devido a doença/incapacidade, responsabilidades familiares, entre outros; os desencorajados - jovens inativos que não procuram emprego, educação ou formação; os que procuram uma oportunidade – jovens que, apesar de procurarem ativamente trabalho/formação, aguardam uma oportunidade consentânea com as suas competências e qualificações; e, por fim, os voluntários – jovens que optaram por estilos de vida alternativos (EUROFOUND, 2012). Cada um destes subgrupos apresenta características muito particulares do ponto de vista sociodemográfico, conduzindo a determinados fatores explicativos dos padrões de vulnerabilidade, daí que sejam elencadas duas grandes subcategorias: os NEET vulneráveis, em risco de marginalização e, muitas vezes, desprovidos de capital social, cultural e humano, e os NEET não vulneráveis, que correm pouco risco de marginalização (EUROFOUND, 2012).

Perante um grupo tão heterogéneo e tendo em consideração que tamanha pluralidade poderá interferir na leitura e reconhecimento das barreiras existentes, desviando o foco das políticas, torna-se fundamental compreender, cautelosamente, os fatores que levaram a que diferentes jovens se tornassem NEET, no sentido de impulsionar um conjunto de intervenções

¹² Grupos identificados pela *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions* (EUROFOUND, 2012).

adequadas à multiplicidade de circunstâncias (INUI, 2005). Ainda que caracterizados de maneira diversa, os jovens NEET tendem a partilhar um conjunto de vulnerabilidades associadas à pertença a classes socioeconómicas mais baixas que, por sua vez, ao contribuírem, expressivamente, para o aumento da probabilidade de um jovem se tornar NEET, se constituem como preditor significativo de limitação de oportunidades futuras, nas diferentes esferas dos seus percursos de vida.

Parece existir algum consenso sobre a consideração do nível de qualificação dos jovens, como principal fator preditivo de risco, uma vez que os jovens com baixos níveis de qualificação têm uma probabilidade três vezes maior de enveredar por um quadro NEET, comparativamente aos jovens que concluem estudos de nível superior (EUROFOUND, 2012). E se, por um lado, os jovens com baixos níveis de qualificação se inserem, maioritariamente, na categoria dos que não procuram emprego (inatividade), por outro lado, os jovens com formação superior correspondem àqueles que mais procuram emprego (NEET desempregados) (YUJI, 2005). Importa, neste contexto, enunciar as diferenças existentes entre estas duas dimensões de análise: a inatividade e o desemprego. Enquanto os jovens NEET desempregados se mantêm num processo de procura ativa de emprego, através dos seus próprios meios ou por intermédio de entidades que prestam apoio a este nível, os jovens NEET inativos não procuram trabalho por razões variadas (e.g. indisponibilidade pessoal face a responsabilidades familiares ou doença, desencorajamento, etc), nem estão inscritos nos serviços públicos de emprego, causando graves dificuldades em termos da sua sinalização e posterior intervenção (EUROFOUND, 2012).

Flisi *et al* (2015, p. 24) confirmam o valor do investimento na educação, na medida em que, “em todos os países da UE28, a proporção de NEET é maior entre indivíduos de baixa escolaridade e, para a maioria dos países, esta proporção diminui com o aumento do nível de qualificação”. Ainda que o valor da educação não possa circunscrever-se a uma relação com o emprego, sendo fundamental garantir uma formação mais holística, que tenha em consideração a dimensão pessoal e cultural, mas também social e cívica, não deixa de ser preocupante registar esta relação entre os níveis de escolaridade e as probabilidades de uma socialização profissional com menos direitos e oportunidades. Por outro lado, ainda que os jovens com baixa escolaridade se vejam numa posição nitidamente mais desfavorecida, um nível de educação superior não representa um passaporte para o trabalho e muito menos para situações que configurem o desenho de carreiras suportadas em emprego digno. Efetivamente, jovens NEET que detêm uma qualificação até ao nível 4¹³ estão sobrerrepresentados, ainda que, dando conta de um dos efeitos da mais recente crise

¹³ Quadro Europeu de Qualificações (QE): nível 1 (2º ciclo do ensino básico); nível 2 (3º ciclo do ensino básico obtido no ensino regular ou por percursos de dupla certificação); nível 3 (ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior); nível 4 (ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional de, no mínimo, 6 meses); nível 5 (qualificação de nível pós-secundário não superior com créditos para o prosseguimento de estudos de nível superior); nível 6 (licenciatura); nível 7 (mestrado); nível 8 (doutoramento).

económico-financeira, é possível detetar um aumento de jovens NEET com níveis de qualificação entre 5 e 8 (BĂLAN, 2017). De forma consentânea, o trabalho de Alcoforado, Frias, Cordeiro, Fonseca & Oliveira (2018) aponta para uma sobrerrepresentação de jovens adultos que abandonaram precocemente o sistema educativo e, simultaneamente, para um número crescente e significativo de jovens com nível de ensino superior.

Os problemas de saúde e relativos a diferentes incapacidades concorrem, igualmente, para o aumento da probabilidade de um jovem seguir uma trajetória NEET, quando comparado com outros jovens, sendo vários os estudos a comprovar a associação entre as necessidades educativas especiais e a situação NEET (COLES, B., HUTTON, S., BRADSHAW, J., CRAIG, G., GODFREY, C., & JOHNSON, J., 2002; SEU, 1999). Em termos de saúde mental, constata-se que a condição NEET pode agravar os sintomas depressivos, levando a um maior isolamento social e a uma menor intervenção cívica (O'DEA, B., GLOZIER, N., PURCELL, R., MCGORRY, P., SCOTT, J., FEILDS, K., HERMENS, D., BUCHANAN, J., SCOTT, E., YUNG, A., KILLACKY, E., GUASTELLA, A. & HICKIE, I., 2014). Os jovens NEET são, também, mais propensos ao consumo de substâncias psicoativas e a seguir os caminhos do crime e da violência (HENDERSON, HAWKE & CHAIM, 2017). A imigração reflete, similarmente, outro dos fatores de risco inerentes à conjuntura NEET, estando demonstrado que os imigrantes ou descendentes de imigrantes apresentam maior probabilidade (em 70%) de se tornarem NEET do que um nacional (EUROFOUND, 2012).

O papel dos fatores sociodemográficos, tal como o impacto da precariedade laboral nos contextos familiares, tem sido amplamente citado na literatura, face à acumulação de desvantagens económicas e consequente redução das oportunidades de realização académica e profissional dos jovens. Claramente, ter pais desempregados aumenta a probabilidade de um jovem seguir uma trajetória NEET, em comparação com aqueles com pelo menos um dos pais empregado (ZUCCOTTI & O'REILLY, 2018). Da mesma forma, Schoon (2014) vem demonstrar a significativa relação entre o desemprego dos pais e níveis mais baixos de realização escolar entre os descendentes, além de uma experiência prolongada de NEET entre os 16 e os 20 anos de idade. Um contexto familiar com fracos recursos socioeconómicos contribui, de forma expressiva, para a experiência NEET (EUROFOUND, 2012; BYNNER & PARSONS, 2002; ARCEO & CAMPOS, 2011). De salientar, ainda, que a proveniência de famílias economicamente desfavorecidas, aumenta a predisposição dos indivíduos a condições de trabalho precárias e, posteriormente, ao abandono dos seus postos de trabalho (YUJI, 2005). Se as características da base económica da família afetam a probabilidade de pertencer à categoria NEET, tal condição deverá ser entendida como um caminho de transmissão intergeracional da pobreza, na medida em que a pobreza familiar, vivenciada durante o período da adolescência, representa um elemento potenciador de uma trajetória NEET, durante o início da idade adulta (NOH & JOO LEE, 2017).

Para além da influência dos episódios de desemprego parental, o nível de escolaridade dos pais assume um papel preponderante na predição da trajetória NEET, pois os jovens cujos progenitores apresentam baixos níveis de qualificação são 1,5 vezes mais propensos a tornarem-se NEET do que os jovens cujos pais concluíram o ensino secundário (EUROFOUND, 2012). Em particular, quanto maior o nível de qualificação da mãe, menor será a probabilidade de o seu filho ser NEET (ALFIERI, SIRONI, MARTA, ROSINA & MARZANA, 2015). Evidencia-se, ainda, a consequente incapacidade de os ascendentes apoiarem e aconselharem os seus filhos relativamente ao sistema educacional (RENNISON, MAGUIRE, MIDDLETON & ASHWORTH, 2005). Notoriamente, as atitudes e o apoio dos pais desempenham um papel fundamental na tomada de decisões dos jovens, no que concerne às suas carreiras, uma vez que potenciam o aumento da probabilidade de o jovem prosseguir os seus estudos. Pelo contrário, o capital do lar assente na falta de interesse dos pais na educação dos filhos são fortes preditores da experiência NEET (BYNNER, & PARSONS, 2002).

De igual forma, ressalta a importância do contexto, já que as suas peculiaridades influenciam, significativamente, o percurso de vida dos jovens nos mais variados domínios. A este respeito, Schoon (2014) revela que viver em zonas geográficas altamente desfavorecidas e em casas arrendadas constituem fatores de risco independentes para a situação NEET. O trabalho de Rennison *et al* (2005) sugere que os jovens do grupo NEET tinham duas vezes mais probabilidades de viver em bairros sociais, em comparação com outros grupos de jovens. Igualmente notórias são as divergências entre zonas rurais e urbanas, sendo a taxa NEET menor no setor urbano, comparativamente à média nacional, o que pressupõe a existência de um maior número de NEET no setor rural (ARCEO & CAMPOS, 2011). Tendo em linha de conta todas as características e fatores de risco apresentados, verifica-se que a probabilidade de um indivíduo se tornar NEET não é distribuída de forma aleatória ou idêntica, pois aqueles que já enfrentavam adversidades, como a pobreza, são mais propensos a seguir, em algum momento, percursos determinados pelo afastamento dos principais subsistemas sociais (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2014).

O preocupante retrato do fenómeno dos jovens que não estudam nem trabalham, encaminha-nos, também, a refletir sobre os efeitos produzidos na sua vida pessoal e profissional, os quais apresentam inequívoca interligação com a problemática do abandono escolar precoce¹⁴. Mesmo perante a “geração mais formada a nível académico de sempre” (RODRIGUES, 2016, p. 67), os governos enfrentam, ainda, o grave problema de uma participação elevada de jovens que abandonaram o sistema de ensino sem concluir a escolaridade obrigatória. Entre os principais determinantes do abandono escolar precoce encontra-se um conjunto de condições associadas a

¹⁴ O abandono escolar precoce refere-se, de um modo geral, a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, que não frequentam o sistema educativo/formativo e cujo nível de escolaridade não ultrapassa o ensino básico (EUROPEAN COMMISSION, EACEA, EURYDICE & CEDEFOP, 2014).

diferentes dimensões: a nível familiar, destaca-se o baixo estatuto socioeconómico, o contexto de imigração e o género¹⁵; ao nível da escola, ressalta a retenção (considerada contraproducente), a segregação socioeconómica e os cuidados e experiências proporcionadas na primeira infância, bem como a transição para o ensino secundário; por fim, relativamente à dimensão do trabalho, é de referir a interferência de oportunidades de emprego (muitas vezes sazonais e de baixa qualificação), a nível local, na decisão do aluno de abandonar a escola prematuramente (FLISI *et al*, 2015).

Da saída antecipada do sistema de ensino resulta um quadro altamente desafiador, não apenas para os jovens, mas também para a sociedade, colocando graves dificuldades do ponto de vista da coesão social. Assim, o abandono escolar precoce levará a oportunidades mais reduzidas no mercado de trabalho e a uma maior probabilidade de desemprego, inatividade, pobreza, exclusão social, problemas de saúde e participação limitada em atividades de cariz político, social e cultural, sendo que o impacto destes efeitos negativos na geração seguinte pode perpetuar a ocorrência de abandono escolar precoce (EUROPEAN COMMISSION, EACEA, EURYDICE & CEDEFOP, 2014).

Uma melhor educação poderá facilitar a obtenção de resultados mais positivos em termos de emprego, nível de salários, melhor saúde, menor criminalidade, maior coesão social, menores custos públicos e maior produtividade (OOMEN & PLANT, 2014). Todavia, as dinâmicas educativas não devem priorizar uma função estanque de preparação para o trabalho em detrimento de outras dimensões da vida, individual e coletiva. Se, porventura, a escola se transformasse numa mera formação destinada às necessidades das empresas, gradualmente submeter-se-ia à lei do mercado, assumindo um “investimento mais financeiro do que cultural” (SUE, 1999, p. 115). Neste sentido, torna-se essencial garantir uma visão muito mais aberta, assente numa escola que se concebe, também, como um espaço e tempo privilegiados de educação holística e integrada, problematizadoras e transformadoras da vida.

A não participação em emprego, educação e formação, muitas vezes decorrente de uma circunstância de abandono escolar precoce, vem acentuar e ampliar alarmantes consequências de curto e longo prazo nos percursos dos jovens, incluindo desemprego de longa duração, frágil saúde física e mental, abuso de drogas e álcool, parentalidade em idade precoce e atividades criminosas (COLES *et al*, 2002). A experiência NEET simplesmente agrava uma história de insucesso escolar, reduzindo as perspetivas de emprego ou a aquisição de capital humano através de educação/formação (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2014). Inevitavelmente, tal condição acarreta consequências sociais e económicas específicas, destacando-se a falta de confiança e a descrença nas instituições, a menor participação e interesse a nível social e político, assim como a diminuição da produtividade e retorno económico (EUROFOUND, 2012). Importante será dizer que o

¹⁵ Em todos os países europeus (excepto Bulgária e Turquia), os rapazes são mais propensos a abandonar a escola, comparativamente às raparigas (FLISI *et al*, 2015).

fenómeno NEET encerra duas grandes preocupações, designadamente, a dificuldade acrescida por parte dos jovens em tornarem-se trabalhadores estáveis, com direitos e perspetivas de emprego a longo prazo e a dependência permanente (dos pais) em que muitos destes jovens vivem (REIKO, 2006).

4. Limitações e controvérsias em torno do conceito NEET

A natureza heterogénea do fenómeno NEET, face à multiplicidade de características, fatores de risco e efeitos psicossociais, conduz a um aspeto de crucial importância que jamais poderá ser menosprezado: a relação entre os fatores individuais e estruturais envolvidos em todo este processo. Efetivamente, a precariedade que caracteriza o mercado de trabalho contrasta com uma sociedade do conhecimento altamente qualificada, promovendo a participação na educação e expectativas sociais mais elevadas, mas todas imersas num ambiente crónico de desemprego, subemprego e desigualdade juvenis (SIMMONS & SMYTH, 2016). Nesta linha de ideias, a experiência NEET não deverá ser explicada, somente, em termos dos valores e atitudes dos indivíduos e das escolhas (muitas vezes condicionadas) que eles fazem, nem sequer ser assumido como um problema assente na frágil empregabilidade da população jovem. Ao invés disso, deve ser entendida como o resultado de um descompasso sistémico entre o sistema económico e o sistema educativo que caracteriza o desenvolvimento acelerado do capitalismo nas sociedades contemporâneas (SERGI, CEFALO & KAZEPOV, 2018; THOMPSON, 2011). Indubitavelmente, a reflexão sobre a utilidade e eficácia desta nova categoria assume particular interesse. Com efeito, será este novo conceito capaz de retratar as vulnerabilidades dos jovens no mercado de trabalho e compreender devidamente a sua complexidade? Tratar-se-á de uma categoria eficaz para delinear respostas políticas adequadas?

De acordo com Serracant (2014), a expansão e consolidação deste novo indicador fez-se acompanhar por graves condicionantes que, não tendo, ainda, sido ultrapassadas, muito por força da ausência de linearidade nas trajetórias dos jovens e da pluralidade de fatores e razões que podem concorrer para a situação NEET, não permitem encaixar os jovens numa simples dicotomia de NEET e não NEET (ROBERTS, 2011). Percecionada, por muitos, como uma definição estreita e redutora, ao direcionar todas as atenções para os jovens NEET, os decisores políticos acabam por descurar a posição dos jovens que abandonam a escola e integram de imediato o mercado de trabalho, porém, em empregos efémeros, marcados pela insegurança e precariedade (BENTLEY E GURUMURTHY, 1999). A utilidade do conceito NEET, enquanto categoria, acaba, portanto, por ficar comprometida pelo facto de combinar duas circunstâncias opostas, designadamente, a de jovens desfavorecidos, com escassos recursos, e a de jovens mais privilegiados, com capacidade de exercer escolhas ao longo das suas transições (FURLONG, 2006). Dito de outro modo, para que esta categoria possa revestir-se de maior utilidade e eficácia, em termos de respostas políticas, é

essencial que a classificação usada capture a desvantagem, em vez do movimento voluntário inerente ao modo de vida dos jovens mais favorecidos.

Entre as principais limitações¹⁶ deste novo conceito destacam-se: a heterogeneidade, visto que a abrangência etária do indicador amplia o número potencial de jovens e situações (como é exemplo a situação de jovens mais favorecidos que, voluntariamente, se inserem nesta categoria), enfraquecendo a sua ligação com a exclusão social; a individualização, já que a sua abordagem tende a focar os jovens e as suas limitações, deixando para segundo plano os fatores estruturais associados às desigualdades sociais e às políticas ineficazes; a criação de políticas inadequadas, como consequência de uma abordagem individualizada; o esquecimento de outros grupos e situações de risco (desemprego de longa duração; precariedade laboral), face à centralidade em torno da condição NEET; e por fim, o facto de se tratar de um fenómeno exclusivamente centrado nos jovens, perante uma realidade que ocorre em todas as faixas etárias, envolvendo jovens e adultos (SERRACANT, 2014).

Importa, igualmente, analisar a conotação negativa que o rótulo NEET tem vindo a adquirir, desencadeada, em grande parte, pela abordagem individualizada desta nova categoria. Esta abordagem poderá estar a contribuir para a marginalização e estigmatização dos jovens NEET (THOMPSON, 2011) ao vincular-se a determinados estereótipos, como a ociosidade e o conformismo, fazendo com que o fenómeno NEET seja assumido como um exemplo daquilo que pode ser caracterizado como a culpabilização das vítimas (COLE, 2008). Atendendo a todas as considerações tecidas, urge desenvolver uma abordagem que seja mais sensível às transformações e desigualdades sociais, sedimentando novas formas de capturar a vulnerabilidade dos jovens, além da categoria NEET, já que esta, tal como a conhecemos, não permite fornecer uma base sólida voltada para respostas políticas adequadas e eficazes (FURLONG, 2006).

5. Um olhar pelas principais tendências: dados estatísticos

Em 2015, a União Europeia totalizava quase 90 milhões de pessoas com idades compreendidas entre os 15-29 anos (17% da sua população), encontrando-se estes jovens em situações diversificadas, cujos padrões de qualificação e emprego variavam, substancialmente, entre os Estados-Membros. Na faixa etária em análise, o número total de jovens NEET era pouco menos de 14 milhões, correspondendo a uma taxa NEET de 14,8% (EUROFOUND, 2016). O

¹⁶ Face às limitações apresentadas, e de modo a reduzir a heterogeneidade das situações inerentes ao termo NEET, é proposto um novo indicador – NEET restrito –, que se assume como um complemento e uma alternativa ao indicador NEET da OCDE/Eurostat. Esta nova possibilidade refere-se à população que não trabalha, não estuda, nem deseja fazê-lo, concentrando-se nos indivíduos incluídos em cada uma das seguintes condições: não estão a estudar; não estão a trabalhar; não estão à procura de emprego; e não estão doentes ou incapacitados (SERRACANT, 2014).

período entre os 15-29 anos de idade, deveras extenso, é marcado por inúmeras transformações características das etapas da adolescência e da idade adulta jovem, daí que a sua divisão por grupos etários restritos possibilite uma análise mais eficiente e real das distintas situações em que os jovens se encontram. Presumivelmente, neste intervalo, uma mudança clara e expressiva ocorre da esfera educativa para a esfera do emprego. Se, por um lado, na maioria dos países, a faixa etária dos 15-19 anos corresponde ao final do ensino secundário e, naturalmente, à transição para o mercado de emprego ou para o ensino superior, por outro lado, os períodos entre 20-24 anos e 25-29 anos caracteriza-se por uma maior autonomia financeira, já que, supostamente, os jovens deixam o sistema educativo e ingressam no mercado de trabalho.

Na média dos países da OCDE, o recente relatório *Education at a Glance 2018* (OCDE, 2018) revela que cerca de 40% dos jovens com idades entre os 20-24 anos já não se encontram no sistema educativo e estão empregados, sendo que esta percentagem aumenta para mais de 65% entre os jovens de 25-29 anos. De facto, nem todos os jovens que deixam o sistema de ensino encontram trabalho e, quando tal acontece, muitos são os que se sujeitam a condições de trabalho extremamente precárias, motivadas pela falta de experiência profissional. De acordo com dados de 2017 e, focando o período mais alargado, situado entre os 15-29 anos, nos países da OCDE, em média, 13,4% dos jovens não estudam nem trabalham. Com base na divisão por grupos etários, verifica-se que a taxa NEET sofre um aumento considerável à medida que a idade vai avançando: enquanto a faixa etária dos 15-19 anos apresenta uma taxa NEET de 5,9%, no período entre os 20-24 anos sobe para os 15,6%, atingindo 17,7% na faixa etária entre os 25-29 anos (OCDE, 2018).

Numa análise às tendências de género, na média dos países da OCDE, ressalta uma diferença mínima de 2 pontos percentuais entre o sexo masculino e feminino, ainda que se registre uma variação significativa entre países. As disparidades ganham maior expressão no que aos NEET inativos diz respeito, verificando-se, em quase todos os países da OCDE, uma clara prevalência de jovens do sexo feminino. Em média, em 2017, mais de 65% das mulheres NEET são inativas, enquanto a parcela não atinge 50% entre os homens NEET (OCDE, 2018). Estes dados são consensuais com um resultado padrão verificado na literatura e relatórios internacionais, que indicam uma taxa NEET tipicamente maior para o sexo feminino (OCDE, 2014; Susanli, 2016; Bălan, 2017). Em 2016, quase um quarto (22,7%) das mulheres com idades compreendidas entre os 20-34 anos, na UE28, eram NEET, em comparação com apenas 14% dos homens. De salientar, que as mulheres NEET são mais propensas à inatividade, enquanto os homens tendem a estar desempregados, uma propensão que se justifica pela dedicação da mulher às tarefas domésticas e outras responsabilidades familiares, pois mais de metade vive com o seu companheiro, o que contrasta com a realidade dos homens, já que a maior parte reside com os seus pais (AGUILA, MEJÍA, PÉREZ, RIVERA & RAMÍREZ, 2013). De acordo com a OIT, mais de três em cada quatro (76,9%) dos jovens NEET são mulheres, o que se relaciona fortemente com as normas sociais que

impulsionam os resultados desiguais do mercado de trabalho entre homens e mulheres (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2017).

Analisando o cenário português, de acordo com dados da OCDE (2014), Portugal surgia como um dos países mais afetados pelos efeitos da recente crise económica e financeira, particularmente no que se refere ao setor da educação e da integração dos jovens no mercado de trabalho, apresentando a décima taxa NEET mais elevada entre os países da OCDE e a quinta da Zona Euro. A população NEET representava quase 17% dos jovens entre os 15 e os 29 anos, sendo que, em menos de uma década, o número de jovens NEET aumentou quase 4% (OCDE, 2014). Em 2005 os jovens NEET representavam 12,9% dos jovens entre os 15-29 anos, número que alcançou em 2012, 16,6% dos jovens neste escalão etário, estando 11,8% em situação de desemprego e os restantes inativos.

Dados mais recentes (OCDE, 2018) indicam que, nos países da OCDE, em média, cerca de metade (52,9%) dos jovens entre os 18 e os 24 anos¹⁷ estudam, um terço (32,7%) não estuda mas está a trabalhar, e 14,5% são NEET. No grupo etário em análise, em Portugal, dos jovens com idades compreendidas entre os 18-24 anos, 54,4% encontravam-se inseridos no sistema educativo, 30,4% apesar de estarem fora da educação, mantinham-se integrados no mercado de trabalho e 15,2% eram NEET (6% de inativos e 9,2% de desempregados). Ao observar a atual conjuntura do nosso país, no que se refere ao grupo etário mais alargado (15-29 anos), deparamo-nos com uma taxa NEET de 12,4%, sendo que a divisão deste grupo por escalões mais circunscritos, manifesta claras diferenças: entre os 15-19 anos regista-se uma taxa de 4,3%, aumentando para 17,1% no período etário dos 20-24 anos e descendo para 16% na faixa etária dos 25-29 anos (OCDE, 2018). De salientar, ainda, as dissemelhanças (15-29 anos) da taxa NEET entre os jovens inativos (5,1%) e os jovens desempregados (7,4%).

Dando conta de alguns indicadores portugueses, respeitantes a 2016 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INQUÉRITO AO EMPREGO), constata-se que a taxa de desemprego jovem tem vindo a decrescer a um ritmo superior à do desemprego total do país, tornando-se essa variação mais expressiva no grupo do sexo feminino. Numa comparação entre os anos 2013 e 2016, enquanto a população total registava uma taxa de desemprego de 16,1% e 11%, respetivamente, a taxa de desemprego da população jovem (15-29 anos) passou de 28,5% (2013) para 20,6% (2016). Seguindo a tendência do desemprego jovem, a taxa NEET sofreu, similarmente, uma redução entre o período 2013-2016, atingindo os 12,3% em 2016 (o que representa uma redução de 0,4% face ao ano anterior e 3,6% face a 2013). Sublinha-se que o decréscimo registado

¹⁷ Neste relatório, a análise centra-se nos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, na medida em que, neste escalão, a escolaridade obrigatória não afeta a proporção de inativos ou desempregados, quando uma percentagem considerável de jovens continua os estudos após a escolaridade obrigatória. Esta faixa etária 18-24 anos é, portanto, uma boa referência para captar a transição de jovens adultos da educação para o trabalho (OCDE, 2017a).

assume maior significância no escalão etário 25-29 anos, em que a diminuição face a 2013 é de 3,7% (apesar de se ter registado um ligeiro crescimento relativamente a 2015), enquanto o grupo mais jovem (15-24 anos) registou uma redução de 3,4%.

Quanto ao abandono escolar precoce, assumido como um importante indicador de análise do universo NEET, é de salientar o esforço feito por Portugal, embora em 2016 se tenha observado uma ligeira inflexão na tendência decrescente registada na última década e que, em parte, será justificada pelo aumento das taxas de retenção escolar, potenciadoras de situações de abandono no curto e médio prazo (GARANTIA JOVEM, 2016). Seguramente, o combate do abandono escolar precoce revela-se fundamental para enfrentar o desafio NEET, logo, os governos deverão garantir que todos os jovens concluam, pelo menos, o ensino secundário, no sentido do prosseguimento dos seus estudos ou do desenvolvimento de competências profissionais essenciais a uma integração bem-sucedida no mercado de emprego, paralelamente a uma deteção precoce de situações de risco e posterior intervenção (OCDE, 2016). Ainda que os países da OCDE tenham vindo a registar uma evolução positiva ao longo da última década, no que diz respeito à redução das taxas de abandono escolar precoce, a verdade é que um em cada seis jovens (25-34 anos) não possui qualificações de nível secundário, sendo a taxa substancialmente mais elevada nos países do sul da Europa, onde Portugal se insere (OCDE, 2016).

O Inquérito ao Emprego avançado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao 2º Trimestre de 2018, permite-nos analisar dados mais recentes, constatando-se que, do total de 2 215,9 mil jovens (dos 15 aos 34 anos), 8,9% (197,2 mil) não estavam a trabalhar, nem inseridos no sistema educativo/formativo. Neste período, este amplo grupo etário era constituído, sobretudo, por mulheres (52,8%), indivíduos dos 25 aos 34 anos (57,8%), com um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (45,7%) e desempregados (52,1%). Face ao trimestre anterior, a taxa de jovens NEET registou uma diminuição de 1,6 pontos percentuais. No que se refere ao 2º trimestre de 2017, a percentagem de jovens NEET entre os 15-34 anos obteve uma diminuição de 1,9 pontos percentuais (44,7 mil), a qual resulta, essencialmente, da diminuição do número de jovens NEET do sexo feminino (2,2 p.p.), sendo maior no grupo etário dos 25 aos 34 anos (3,0 p.p.), bem como para aqueles com um nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (2,2 p.p.). Não obstante o conjunto de indicadores, brevemente apresentado, seja demonstrativo de uma evolução otimista, o número de jovens NEET em Portugal requer atenção constante, concretizada através de ações que potenciem o desenvolvimento holístico dos jovens e uma integração de qualidade no mundo do trabalho.

Importa, ainda, destacar algumas conclusões indicativas da relação entre a experiência NEET, em idade mais avançada, e os níveis de competência avaliados pelo Programme for

International Student Assessment (PISA)¹⁸. Conscientes do impacto negativo das baixas qualificações na economia e no acesso dos cidadãos ao mercado de trabalho, os resultados do PISA mostram que, de facto, em muitos países, uma grande parte dos alunos não conseguiu alcançar o nível 2 numa escala de 6 níveis, antevendo uma falha grave, mediante as competências básicas, essenciais para ler e compreender textos simples, ou para dominar conceitos e procedimentos matemáticos e científicos básicos. Neste contexto, e mesmo que os dados provenientes da avaliação PISA sejam, apenas um entre outros indicadores que devemos considerar para equacionar estas problemáticas, os dados disponíveis sugerem a existência de uma relação entre a proporção de alunos com 15 anos de baixa qualificação e com baixo desempenho e a percentagem de NEET entre os 15-19 anos de idade (OCDE, 2017a).

Por último, considerando o recente relatório alusivo à economia portuguesa (OCDE, 2017b), que alerta para a existência de baixos salários e fortes indicadores de trabalho precário dos jovens portugueses e, tendo em linha de conta, um dos objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos – urge não só combater o abandono escolar precoce e reduzir, substancialmente, a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação, mas também, aumentar o nível de qualificações da população, em geral (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2017). É, ainda, essencial garantir o cumprimento de duas importantes conquistas civilizacionais trazidas pela modernidade: “o direito à educação ao longo da vida e o direito a formas de trabalho mais dignas e humanizadas” (ALCOFORADO, 2014, p.14).

6. Iniciativas políticas para a qualificação e o emprego dos jovens

A elevada taxa de desemprego juvenil e a perceção inequívoca das graves consequências desta circunstância, nas esferas económica e social, estiveram na génese de um conjunto de iniciativas políticas levadas a cabo pela Comissão Europeia, constituindo a promoção da empregabilidade dos jovens a grande prioridade. Deste modo, foram fixadas metas e objetivos específicos nos setores da educação, qualificação, emprego e inovação, como ponto de partida para a operacionalização e consolidação de medidas interventivas essenciais à edificação de um futuro tão almejado, conduzindo a distintas ações políticas distribuídas por três categorias principais,

¹⁸ Estudo internacional desenvolvido pela OCDE, cujo principal objetivo assenta na avaliação da capacidade que os alunos de 15 anos, de diferentes países, apresentam para mobilizar os seus conhecimentos nos domínios da Matemática, da Leitura e das Ciências e enfrentar desafios que a transição para a vida adulta lhes coloca (FERREIRA, FLORES & CASAS-NOVAS, 2017).

nomeadamente, medidas educativas, medidas relativas ao emprego e medidas facilitadoras da transição entre a escola e o mercado de trabalho.

Estabelecido o contributo de níveis de qualificação mais elevados para o crescimento de um país, a educação assume-se como uma componente preponderante quando se fala em políticas dirigidas à empregabilidade dos jovens. A este respeito, Alcoforado (2008, p.119) afirma que “sendo a qualificação o principal elemento organizador e minimamente regulador do mercado de trabalho, a educação e a formação terão de se organizar para responder à procura individual e social de obtenção de qualificações e de garantia de mobilidade”. As medidas educativas traçadas neste âmbito incluem tanto a prevenção do significativo abandono escolar precoce, como a reintegração dos jovens, fruto desse abandono, no sistema educativo e/ou formativo. A redução da percentagem de jovens que abandonam a escola precocemente (para uma percentagem inferior a 10%), ao constituir um dos principais desígnios da UE, traduz um alargado consenso em torno da necessidade de aumentar o tempo de permanência e envolvimento na escola (STONE III, 2014). Com base neste pressuposto, muitos países avançaram com a implementação de um conjunto de medidas, destacando-se os percursos curriculares alternativos, planos de assistência escolar e novos programas de formação profissional, assentes na dupla certificação, conciliada com a formação prática em contexto de trabalho (EUROFOUND, 2011).

Note-se que, iniciativas deste cariz, há muito se inscrevem na miríade de preocupações alusivas às transições escola-trabalho dos jovens. Basta recordar Bertrand Schwartz, uma das personalidades incontornáveis do movimento da Educação Permanente que, a par do desenvolvimento de inovadoras experiências pedagógicas, implementou o prestigiado “Nouvelles Qualifications”, um programa destinado a jovens com dificuldades de inserção profissional, associadas às baixas qualificações (ALCOFORADO, 2008).

No que diz respeito às políticas de emprego, temos vindo a assistir ao incremento de uma série de incentivos, baseados na atribuição de apoios financeiros, para incitar o tecido empresarial a recrutar, formar e criar postos de trabalho para os jovens (e adultos), proliferando, ainda, programas impulsionadores da criação do próprio emprego. O período crítico que marca a transição para a vida adulta, mediante os novos contornos, tem vindo a ser acompanhado de diversas iniciativas políticas, facilitadoras de trajetórias bem-sucedidas entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, prosseguindo uma abordagem concertada, na qual se inserem programas de informação, aconselhamento e orientação vocacional, apoio na procura ativa de emprego e acesso a estágios. Em 2012, num contexto de crise internacional, em que um elevado número de jovens não se encontrava a trabalhar nem a estudar, através da Recomendação do Conselho - 2013/C 120/01 - de 22 de abril de 2013, o Conselho da União Europeia recomendou aos Estados-Membros o estabelecimento de uma Garantia para a Juventude.

Portugal deu cumprimento à referida Recomendação, através da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro de 2013 que inclui o “Plano Nacional

de Implementação de uma Garantia Jovem”, enquadrando tal iniciativa numa metodologia de intervenção que visa assegurar, no espaço de quatro meses, uma resposta (trabalho ou continuidade do processo de aprendizagem com vista à melhoria das qualificações) aos jovens até aos 29 anos que não estão a trabalhar, não estão a estudar, nem estão a frequentar formação (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº105/2013). Nesta iniciativa, pretende-se envolver os jovens desempregados e os jovens inativos ou desencorajados¹⁹. Naturalmente, este último grupo representa o foco de maior preocupação, pois o facto de não se encontrarem registados no Serviço Público de Emprego, compromete, seriamente, a sua sinalização.

Numa referência às ações desenvolvidas em Portugal, no âmbito da Garantia Jovem (GARANTIA JOVEM – RELATÓRIO ANUAL 2016), assinalam-se dois níveis de intervenção distintos: Intervenção Precoce e Ativação (sinalização, diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento dos jovens para a medidas de apoio à integração no mercado de trabalho) e Medidas de Resposta/Integração no Mercado de Trabalho (educação e formação, estágios e emprego). No que toca ao direcionamento de políticas públicas a grupos com maiores défices, ao nível da promoção da empregabilidade, é importante ter presente os efeitos, de certa forma limitados, associados a estes investimentos, sobressaindo, por parte dos estados, o fraco interesse em compreender que, no sucesso e acesso ao mercado de emprego, a formação conjectura um requisito necessário, mas jamais será suficiente. Efetivamente, a condição social dos agentes envolvidos, os jogos de interesses e de poder em que eles se encontram e as dinâmicas que caracterizam as economias serão, perpetuamente, fortes determinantes em todos estes processos (ALCOFORADO & FERREIRA, 2011).

Ainda que reconhecido o impacto considerável das decisões de política nacional nas oportunidades proporcionadas aos jovens em termos de qualificação e emprego, muito poderá ser feito a nível das políticas locais, pelo que a coordenação e a coerência entre os papéis e ações das autoridades existentes deverão constituir uma das valências a otimizar. Nesta linha de ideias, uma ação precoce poderá potencializar, em larga medida, o papel das autarquias locais e das instituições educativas, já que a estas deverá ser atribuída a incumbência e o compromisso de trabalharem em prol da equidade de todas as crianças, jovens e famílias (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2014). Embora comprovada a eficácia da implementação de um conjunto de medidas preventivas, torna-se irrealizável impedir que alguns jovens atravessem circunstâncias de afastamento da educação e do mercado de trabalho, daí que as próprias autarquias locais devam assegurar e responsabilizar-se

¹⁹ Identificada a dificuldade em sinalizar os jovens inativos, cujo peso no universo NEET tem sido crescente, Portugal teve o apoio da OIT para desenvolver um trabalho de caracterização deste público e definir uma estratégia integrada de sinalização e apoio aos jovens NEET não registados no Serviço Público de Emprego. A implementação desta estratégia constituiu um dos objetivos para o ano 2017, que se prolongará até 2020 (Garantia Jovem – Relatório Anual 2016).

pela disponibilização de programas específicos reservados àqueles que se tornaram NEET, no sentido de promover melhores condições de vida.

Perante o grande desígnio da diminuição do número de jovens NEET, o trabalho concertado com o tecido empresarial local, que privilegia a comunicação entre empregadores, autoridades locais e escolas, assume particular importância, sobretudo, quando se fala de planeamento da oferta educativa e formativa, de modo a que sejam consideradas e conciliadas, em todo este processo, as necessidades das empresas e os interesses e aspirações dos próprios jovens, visando o aumento das oportunidades de emprego após a conclusão de um percurso educativo ou formativo (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2014).

Tendo por base exemplos de boas práticas, neste trabalho limitamo-nos a mencionar alguns princípios comuns que poderão ser considerados no desenho de políticas e projetos de intervenção com jovens NEET (ou em risco de se tornarem). Em primeiro lugar, é imprescindível garantir que as ofertas formativas apresentadas sejam, de facto, apropriadas e projetadas de forma a atrair os jovens que estão alienados, potenciando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de competências essenciais à sua integração no sistema educativo/formativo ou no mercado de trabalho. De salientar que embora um número expressivo de jovens tenda a manifestar, de um modo geral, maior interesse por competências mais relacionadas com o trabalho (técnicas), jamais poderá ser minorizada uma formação mais transversal, nomeadamente de natureza sociocultural, a qual, para além de igualmente valorizada nos processos de transição (OFSTED, 2010), garantirá, a médio prazo, uma menor probabilidade de desfasamento entre os processos de desenvolvimento pessoal e as idiossincrasias do trabalho e do emprego.

Outro ponto de interesse prende-se com o acesso a uma certificação, dado constituir um recurso atrativo para os jovens, promotor da sua autoconfiança e empregabilidade e, conseqüentemente, da redução dos níveis NEET (OFSTED, 2010). O facto de os jovens NEET se sentirem menos atraídos pelo sistema escolar, devido às situações negativas anteriormente experienciadas, dificulta em grande medida a sua reintegração, sendo esta mais provável se a oferta disponibilizada não for semelhante àquela que era proporcionada (DAVIES, 2005 & PAYNE, 2002 cit in SACHDEV, HARRIES & ROBERTS, 2006). Assim, a aposta em ambientes educativos não formais (associações juvenis/centros sociais), conjugada com programas flexíveis e adaptáveis, em função das necessidades e interesses dos participantes, poderão concorrer para bons níveis de comprometimento e retorno à atividade educativa (DEPARTMENT FOR CHILDREN SCHOOLS AND FAMILIES, 2008). Os incentivos financeiros, garantindo um rendimento estável e permitindo uma gestão mais autónoma da vida, afiguram-se, igualmente, como um importante estímulo para os jovens permanecerem nos programas educativos/formativos, dado impulsionarem a superação de alguns dos obstáculos à participação e aumentarem as taxas de vinculação (MAGUIRE, 2013).

Apresentadas algumas recomendações de intervenção junto do público NEET, baseadas na sinalização de boas práticas, gostaríamos de finalizar esta secção com algumas considerações

relativas às percepções dos próprios jovens, face ao seu envolvimento em iniciativas desta índole, pois acreditamos que dar-lhes voz será, certamente, um passo importante neste longo caminho de descoberta e consolidação das melhores respostas à problemática. É, sem dúvida, indispensável explorar e compreender as reais necessidades dos jovens quanto ao processo de transição para a vida adulta, em especial, na fase de procura de emprego. Neste sentido, a título de exemplo, destaca-se o trabalho desenvolvido por Seddon, Hazenberg & Denny (2013), cujos resultados apontam para grandes benefícios de programas e iniciativas desenvolvidas neste âmbito, nos quais se incluem: a influência ambiental positiva, associada a uma rotina diária e novas atividades, bem-estar psicológico, maior receptividade a novos desafios e sentimento de inclusão social; e o aumento do capital pessoal, determinado pelo desenvolvimento de competências sociais, autoconfiança, motivação e uma clara mudança de atitude em relação ao futuro, traduzida na capacidade de traçar planos mais focados e realistas para as suas carreiras.

7. Considerações finais

O cenário europeu, ao qual Portugal não é alheio, tem vindo a manifestar uma complexidade imensa no que às elevadas taxas de desemprego diz respeito, atingindo, especialmente, o segmento mais jovem da população. Esta ocorrência transformou-se num grave problema de política social, na maioria das sociedades industrializadas, nos últimos anos, caracterizado por profundas divergências entre as qualificações, competências e experiências dos jovens e as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais volátil e global, daí que as taxas de desemprego juvenil sejam, consistentemente, mais expressivas do que as da população adulta (NOH & JOO LEE, 2017).

Mesmo que estejamos perante a geração mais qualificada de sempre, assiste-se a uma dificuldade acrescida “no acesso ao mercado de trabalho, o qual se encontra saturado e mal regulado. A regulação, quando existente, tem lacunas e subterfúgios que propiciam situações de exploração e trabalho precário, lançando a instabilidade no espaço pessoal dos jovens e no próprio tecido económico da sociedade em que se inserem” (RODRIGUES, 2016, p. 67). Neste contexto, o mercado de emprego não poderá continuar a ser classificado em termos de uma simples dicotomia de emprego e desemprego, pois a zona de precariedade constitui, atualmente, uma realidade alarmante, exigindo um novo olhar, uma nova interpretação e, conseqüentemente, iniciativas mais abrangentes, direcionadas e ajustadas à multiplicidade de conjunturas. Salienta-se, assim, a título de exemplo, a necessidade de as políticas alargarem o seu leque de medidas, a fim de facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho, independentemente das suas qualificações.

A categoria NEET, amplamente utilizada para definir e capturar níveis de vulnerabilidade e desvinculação de uma franja cada vez mais diversificada de jovens, vem reconhecer os riscos inerentes às transições prolongadas da juventude para a idade adulta, totalmente fragmentadas por

perspetivas incertas. Com efeito, o afastamento da educação, da formação e do emprego inviabiliza a acumulação de capital humano através de canais formais, conduzindo a geração jovem a situações de exclusão social e pobreza.

Tendo em consideração a multiplicidade e a complexidade das questões envolvidas na identificação e compreensão das causas, especificidades e impacto psicossocial da situação NEET, torna-se essencial que, tanto o domínio da investigação científica, como o setor das políticas se envolvam numa reflexão conjunta que permita a desagregação dos distintos subgrupos, pois, tal como ficou demonstrado ao longo deste trabalho, a heterogeneidade de características, fatores de risco, consequências e necessidades são imensuráveis (FURLONG, 2006). Este diálogo reflexivo deverá alicerçar-se, manifestamente, numa abordagem holística (das ciências sociais), pois há papéis importantíssimos a serem desempenhados por profissionais de distintas áreas do saber.

Revela-se, então, profícuo o comprometimento da União Europeia na definição de políticas eficazes que visem a imprescindível reforma do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, que propiciem e capacitem os jovens a planear e a implementar projetos de vida realistas e desafiantes, dos quais fazem parte a obtenção de um emprego estável, com um rendimento adequado às qualificações e competências pessoais e profissionais. Daqui ressalta, no contexto do movimento da Educação e Formação ao Longo da Vida, a necessidade de qualquer indivíduo se poder situar face ao conhecimento, aos seus percursos, experiências e oportunidades, seguindo os caminhos que melhor se adaptem às suas particularidades, às especificidades dos contextos e aos seus projetos de vida (ALCOFORADO, 2008).

Assim, as políticas públicas e os programas financiados pela União Europeia, têm procurado orientar-se para uma melhoria gradual da qualidade da oferta educativa e para o favorecimento de processos de decisão mais informados e acompanhados, entendendo esta confluência como a melhor opção para potenciar o encontro entre os interesses dos jovens e as dinâmicas da economia e das empresas, diversificando as vias formativas e configurando ofertas integradas, muitas vezes em alternância, passíveis de ajudar a mitigar e a prevenir os riscos e vulnerabilidades sociais. De igual forma, é essencial travar a interpretação generalizada, sobretudo, a nível das atuais políticas, ancorada na responsabilização das atitudes dos próprios jovens, quando esta circunstância tem sido, manifestamente, repercussão de um conjunto de fatores associados à instabilidade laboral e ao aumento das taxas de desemprego.

Ao longo das últimas décadas, o caminho trilhado por Portugal em termos da qualificação da sua população, alicerçado na tentativa de recuperar o atraso face a outros países da UE e da OCDE é, sem dúvida, inegável. Todavia, este atraso é, ainda, notório, persistindo baixos níveis de qualificação. Tal cenário, associado ao preocupante abandono escolar precoce, vem complexificar, em larga escala, a ligação à formação e ao desenvolvimento de novos conhecimentos, dificultando ou até mesmo impossibilitando, não só a criação de uma base sólida de competências, mas também,

o envolvimento dos indivíduos em contextos de mobilidade profissional e de reestruturação económica.

Considerando a atual extensão do desemprego juvenil e o impacto desta conjuntura, e de outros problemas associados, a nível pessoal, social e económico, torna-se imperativo conhecer e compreender as idiosincrasias do fenómeno, viabilizando uma intervenção de qualidade, sustentada por um acompanhamento rigoroso e adequado, que inclua diretrizes e estratégias altamente diversificadas que respondam à heterogeneidade do grupo NEET.

Inequivocamente, é preciso conhecer para agir, logo, atendendo à escassez de produção científica nesta área, particularmente em Portugal, a aposta em trabalhos de investigação que privilegiem não só o envolvimento dos próprios jovens, mas também a articulação com outros atores e parceiros locais, com responsabilidades neste domínio, reveste-se de grande importância, no sentido de potenciar a reflexão e o incremento de políticas públicas orientadas para a sua natureza multidimensional, numa lógica de promoção da qualificação e empregabilidade dos jovens e de combate a situações geradoras de exclusão social. Com efeito, a aposta em estratégias que potenciem transições bem-sucedidas da escola para o trabalho deverá constituir uma prioridade, independentemente do clima económico e, a concretização desta missão tem de passar, obrigatoriamente, por um trabalho concertado que possibilite o desenvolvimento das competências essenciais ao mercado de trabalho e à cidadania ativa, no qual o envolvimento e a mobilização de distintos atores da comunidade se revela determinante.

8. Referências

AGUILA, Ema., MEJÍA, Nelly., PÉREZ, Francisco., RIVERA, Alfonso & RAMÍREZ, Edgar. Pobreza Y Vulnerabilidad En México: El Caso De Los Jóvenes Que No Estudian Ni Trabajan. **Estudios Económicos**, v. 30, n. 1, p. 3-49, 2013.

ALCOFORADO, Luís.; FRIAS, Mafalda.; CORDEIRO, António Manuel Rochette; FONSECA, António Castro & OLIVEIRA, Marta. Educação e (não) Trabalho. Indagações sobre uma relação sempre controversa, a propósito dos jovens que não estudam nem trabalham. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 13, n. 34, p. 38-58, 2018.

ALCOFORADO, Luís. Uma Educação para Todos, ao Longo e em todos os Espaços da Vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa. In: SILVA, Marinalva Freire da. **Mundos Distantes, Diálogos Possíveis: a vida em Mosaico**. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 14-34.

ALCOFORADO, Luís & FERREIRA, Sónia Mairos. Educação e Formação de Adultos. Nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela, depois do beijo do Príncipe Encantado. In: ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, Joaquim Armando; FERREIRA, António Gomes; LIMA,

Margarida Pedroso de; VIEIRA, Cristina; OLIVEIRA, Albertina & FERREIRA, Sónia Mairos. **Educação e Formação de Adultos: políticas, práticas e investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 7-20.

ALCOFORADO, Luís. Competências, Cidadania e Profissionalidade. Limites e desafios para a construção de um modelo português de Educação e Formação de Adultos. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2008.

ALFIERI, Sara.; SIRONI, Emiliano.; MARTA, Elena.; ROSINA, Alessandro & MARZANA, Daniela. Young Italian NEETs (Not in Employment, Education, or Training) and the Influence of Their Family Background. **Europe's Journal of Psychology**, v. 11, n. 2, p. 311–322, 2015.

ARCEO, Eva. & CAMPOS, Raymundo. **Quiénes son los NiNis en México? In Los grandes problemas de México, 524**. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas A. C., 2011.

ARNETT, Jeffrey. Emerging Adulthood. A theory of development from the late teens to the late twenties. **American Psychologist**, v. 55, n. 5, p. 469-480, 2000.

BĂLAN, Mariana. European and national policies regarding social inclusion of NEET youths. **Hyperion International Journal of Econophysics & New Economy**, v. 10, n. 2, p. 136-156, 2017.

BATINI, Frederico.; CORALLINO, Vanessa.; TOTI, Giulia. & BARTOLUCCI, Marco. NEET: A Phenomenon Yet to Be Explored. **Interchange**, v. 47, n. 3, p. 19-37, 2016

BENTLEY, Tom. & GURUMURTHY, Ravi. **Destination unknown: engaging with the problems of marginalised youth**. London: Demos, 1999.

BLANCH, Josep Maria. La juventud nini, un agujero negro psicosocial. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 355-366, 2014.

BYNNER, John. & PARSONS, Samantha. Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training (NEET). **Journal of Vocational Behavior**, v. 60, n. 2, p. 289-309, 2002.

CARCILLO, Stéphane; FERNANDEZ, Rodrigo; KONIGS, Sebastian & MINEA, Andreea. **NEET Youth in the Aftermath of the Crisis: Challenges and Policies**. Paris: OCDE, 2015.

COLE, Matthew. Sociology contra government? The contest for the meaning of unemployment in UK policy debates. **Work Employment and Society**, v. 22, n. 1, p. 27–43, 2008.

COLES, Bob; HUTTON, Sandra; BRADSHAW, Jonathan; CRAIG, Gary, GODFREY, Christine & JOHNSON, Julia. **Literature review of the cost of being 'not in education, employment or**

training' at age 16-18. (Research Report). Nottingham: Department for Education and Skills, 2002.

DEPARTMENT FOR CHILDREN SCHOOLS AND FAMILIES. **Reducing the proportion of young people not in education, employment or training (NEET). The strategy.** Nottingham: DCSF publications, 2008.

ELDER, Glen.; KIRKPATRICK JOHNSON, Monica. & CROSNOE, Robert. The emergence and development of life course theory. In: SHANAHAN, Michael; MORTIMER, Jeylan & KIRKPATRICK JOHNSON, Monica (Eds). **Handbook of the Life Course.** New York: Springer, 2004, p. 3–19.

EUROFOUND. **Exploring the Diversity of NEETs.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016.

EUROFOUND. **NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.

EUROFOUND. **Young people and NEET's in Europe: First Findings (resumé).** Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, 2011.

EUROPEAN COMMISSION, EACEA, EURYDICE & CEDEFOP. **Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures.** Eurydice and Cedefop Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

FERREIRA, Ana Sousa; FLORES, Isabel & CASAS-NOVAS, Teresa. **Introdução ao estudo – Porque melhoraram os resultados PISA em Portugal?** Estudo longitudinal e comparado (2000-2015). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

FLISI, Sara; GOGLIO, Valentina; MERONI, Elena Claudia & VERA-TOSCANO, Esperanza. **School-to-work transition of young individuals: what can the ELET and NEET indicators tell us?** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

FURLONG, Andy. Not a very NEET solution: representing problematic labour market transitions among early school-leavers. **Work Employment and Society**, v. 20, n. 3, p. 553-569, 2006.

GARANTIA JOVEM. **Relatório Anual 2016.** Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, 2016.

GAUDET, Stéphanie. Tornar-se adulto: um percurso social e singular. In: CASTRO FONSECA, António (Ed.). **Jovens adultos.** Coimbra: Edições Almedina, 2015. p. 19-46.

HENDERSON, Joanna L; HAWKE, Lisa D. & CHAIM, Gloria. Not in employment, education or training: mental health, substance use, and disengagement in a multi-sectoral sample of service-seeking Canadian youth. **Children and Youth Services Review**, v. 75, p. 138 – 145, 2017.

HOLTE, Bjørn. Counting and Meeting NEET Young People: Methodology, Perspective and Meaning in Research on Marginalized Youth. Young. **Nordic Journal of Youth Research**, v. 26, n. 1, p. 1-16, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Emprego 2.º trimestre de 2018**, 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future**. Geneva: International Labour Office, 2017.

INUI, Akio. Why Freeter and NEET are Misunderstood: Recognizing the New Precarious Conditions of Japanese Youth. **Social Work & Society**, v. 3, n. 2, p. 244-251, 2005.

MAGUIRE, Sue. Will raising the participation age in England solve the NEET problem? **Research in Post-Compulsory Education**, v. 18, n. 1-2, p. 61-76, 2013.

MENDONÇA, Marina; ANDRADE, Cláudia & FONTAINE, Anne Marie. Transição para a Idade Adulta e Adulterez Emergente: Adaptação do Questionário de Marcadores da Adulterez junto de Jovens Portugueses. **Psychologica**, n. 51, p. 147-168, 2009.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Portugal: Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, 2017

MIRANDA, Ana. Sobre la escasa pertinencia de la categoría NI NI: una contribución al debate plural sobre la situación de la juventud en la Argentina contemporánea. **Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación**, v. 2, n. 3, p. 60-73, 2015.

NOH, Hyejin & JOO LEE, Bong. Risk factors of NEET (Not in Employment, Education or Training) in South Korea: an empirical study using panel data. **Asia Pacific Journal of Social Work and Development**, v. 27, n. 1, p. 28-38, 2017.

O'HIGGINS, Niall. This time it's different? Youth labor markets during the 'great recession'. **Comparative Economic Studies**, v. 54, n. 2, p. 395-412, 2012.

O'DEA, Bridianne; GLOZIER, Nicholas; PURCELL, Rosemary; MCGORRY, Patrick; SCOTT, Jan; FEILDS, Kristy-Lee; HERMENS, Daniel; BUCHANAN, John, SCOTT, Elizabeth; YUNG, Alison; KILLACKY, Eoin; GUASTELLA, Adam & HICKIE, Ian. A cross-sectional exploration

of the clinical characteristics of disengaged (NEET) young people in primary mental healthcare. **BMJ Open**, v. 4, n.12. p. 1-8, 2014.

OOMEN, Annemarie & PLANT, Peter. **Early School Leaving and Lifelong Guidance**. Jyväskylä: Finnish Institute for Educational Research, 2014.

OCDE. **Education at a Glance 2018**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2018.

OCDE. **Education at a Glance 2017**: OECD Indicators. Paris: OCDE Publishing, 2017a.

OCDE. **Estudos Económicos da OCDE, Portugal 2017**. Aumentar o crescimento e o bem-estar. Lisboa: OCDE, 2017b.

OCDE. **Society at a Glance 2016**: OECD Social Indicators. Paris: OECD Publishing, 2016.

OCDE. **Society at a Glance 2014**: OCDE Social Indicators. Paris: OCDE Publishing, 2014.

OFSTED - Office for Standards in Education, Children's Services and Skills. **Reducing the numbers of young people not in education, employment or training: what works and why**. Manchester: Ofsted, 2010.

PUBLIC HEALTH ENGLAND. **Local action on health inequalities**: Reducing the number of young people not in employment, education or training (NEET). London: UCL Institute of Health Equity, 2014.

Recomendação do Conselho - 2013/C 120/01 - de 22 de abril de 2013. Jornal Oficial da União Europeia, 2013. Disponível em: < [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013H0426\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013H0426(01)&from=EN)

REIKO, Kosugi. Youth Employment in Japan's Economic Recovery: 'Freeters' and 'NEETs'. **The Asia-Pacific Journal**, v. 4, n. 5, p. 1-5, 2006.

RENNISON, Joanne., MAGUIRE, Sue., MIDDLETON, Sue. & ASHWORTH, Karl. **Young people not in Education, Employment or Training**: evidence from the Education Maintenance Allowance Pilots Database. Department for Education and Skills research report, 628. Loughborough: Loughborough University, 2005.

Resolução do Conselho de Ministros N.º 104/2013, de 31 de dezembro de 2013. Diário da República n.º 253/2013, Série I de 2013-12-31. Disponível em: < <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483892/details/maximized>

ROBERTS, Steven. Beyond 'NEET' and 'tidy' pathways: considering the 'missing middle' of youth transition studies. **Journal of Youth Studies**, v. 14, n. 1, p. 21-39, 2011.

RODRIGUES, Carlos. A Contratação Pública Socialmente Responsável ao serviço dos jovens NEET. **Análise Europeia - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus**, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2016.

SACHDEV, Darshan; HARRIES, Bethan & ROBERTS, Thomas. **Regional and sub-regional variation in NEETs – reasons, remedies and impact**. UK: Learning and Skills Development Agency, 2006.

SCHOON, Ingrid. Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of young people in England (LSYPE). **Longitudinal and Life Course Studies**, v. 5, n. 2, p. 129 – 150, 2014.

SEDDON, Fred; HAZENBERG, Richard & DENNY, Simon. Effects of an employment enhancement programme on participant NEETs. **Journal of Youth Studies**, v. 16, n. 4, p. 503-520, 2013.

SERGI, Vittorio; CEFALO, Ruggero & KAZEPOV, Yuri. Young people's disadvantages on the labour market in Italy: reframing the NEET category. **Journal of Modern Italian Studies**, v. 23, n. 1, p. 41-60, 2018.

SERRACANT, Pau. A Brute Indicator for a NEET Case: Genesis and Evolution of a Problematic Concept and Results from an Alternative Indicator. **Social Indicators Research**, v. 117, n. 2, p. 401-419, 2014.

SEU - Social Exclusion Unit. **Bridging the gap: New Opportunities for 16-18 Year olds not in education, employment or training**. London: The Stationery Office, 1999.

SIMMONS, Robin & SMYTH, John. Crisis of youth or youth in crisis? Education, employment and legitimization crisis. **International Journal of Lifelong Education**, v. 35, n. 2, p. 136-152, 2016.

STONE III, James. Trajetórias para uma vida adulta produtiva, através do ensino profissional: uma abordagem de desenvolvimento de carreira para o século XXI. In: CASTRO FONSECA, António (Ed.). **Jovens Adultos**. Coimbra: Almedina, 2014. p. 263 – 292.

SUE, Roger. Dinâmica dos tempos sociais e processo educativo. In: CARRÉ, Philippe. & CASPAR, Pierre (Ed.). **Tratado das Ciências e Técnicas da Formação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999, 103-120.

SUSANLI, Bilgen. Understanding the NEET in Turkey. **Eurasian Journal of Economics and Finance**, v. 4, n. 2, p. 42-57, 2016.

THOMPSON, Ron. Individualisation and social exclusion: The case of young people not in education, employment or training. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 6, p. 785–802, 2011.

YUJI, Genda. **The “NEET” problem in Japan**. University of Tokyo: Institute of Social Science, 2005.

ZUCCOTTI, Carolina & O'REILLY, Jacqueline. Ethnicity, Gender and Household Effects on Becoming NEET: An Intersectional Analysis. **Work, Employment and Society**, p. 1-23, 2018.

Recebido em: 25 de março de 2020

Aprovado em: 05 de julho de 2020

Publicado em: 01 de outubro de 2020

Capítulo II. The NEET phenomenon and dynamics of school-to-work transition: characterisation as support to the definition of local strategic actions²⁰

Mafalda Frias

Universidade de Coimbra – Portugal

Luís Alcoforado

Universidade de Coimbra – Portugal

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra – Portugal

Abstract: The importance of young people’s relationship with the job market has always been at the heart of school’s concerns, even though it is not their core mission, and has been intensified by the profound uncertainties and difficulties in their transition to adulthood. The shared awareness that significant changes are taking place in access to work and the consequent emergence of problems such as the NEET phenomenon (not in employment, education or training) has triggered the need to build solid knowledge to understand the new dynamics of the school-to-work transition, thus facilitating future interventions. Given the relevance of implementing local strategic actions that respond to the challenges of these new times, based on a specific context (Sintra, Portugal) we have sought to give an input to the characterisation of this worrying situation by analysing some dimensions inherent to the school and professional paths of young people who are not in education or employment.

Keywords: Young NEETs, school-to-work transition, unemployment, local policies.

I. Introduction

Societal (re)configurations of modern times, resulting from the drop-in fertility rates, longer life expectancy and, consequently, the noted ageing of the population, are consolidating the value of the young generation and its relationship with work for the integrated economic and social development. However, while labour remains the “most important space and time for social recognition” (Alcoforado, 2008, 181), globalisation and all the changes resulting therefrom have

²⁰ Artigo submetido à *International Review of Education* e, posteriormente, alvo de pequenas alterações solicitadas pelo Editor da Revista. Concretizadas as alterações, procedeu-se à sua ressubmissão e aguarda-se pela decisão final.

given rise to profound turmoil in the job market, with serious repercussions on the modes of transition to adult life (Guerreiro and Abrantes, 2007). Access to employment and work, especially for the younger age groups, is subject to the global development of productive systems, strongly marked by the 1970s crisis, with direct impact on the 1980s and beyond, and by the modernisation of economic structures (Pais, 1991).

The traditional school-to-work transition paths, once sequential and well defined, have been replaced by long and individualised “yo-yo paths” (Pais, 2016, 57), triggering constant changes between periods of unemployment, precarious employment and training and, finally, an expected delay in the typical adulthood events (Furlong and Cartmel, 1997; Xerez, Pereira and Cardoso, 2019). These new dynamics are signs of the forthcoming diversity of individual pathways, characterised by multiple experiences and challenges and giving rise to complex phenomena, such as the young NEETs (not in employment, education or training)²¹ who, removed from the main social sub-systems (work, education and training), are featuring much more prominently in the European policy debate (Eurofound, 2012). The NEET generation forms an extremely heterogeneous group²², sharing, however, a number of vulnerabilities that are conducive to this situation, such as early school leaving, low levels of education and unfavourable socio-economic contexts (Yuji, 2005; Zuccotti and O’Reilly, 2019; Schoon, 2014; Bynner and Parsons, 2002; Reiko, 2006). All these risk factors have limiting effects that influence young people’s life paths, such as long-term unemployment, inactivity, physical and psychological weaknesses, social exclusion, inter alia (Eurofound, 2016).

As per the recent Education at a Glance report (OCDE, 2019), on average in OECD countries 14.3% of young people aged 18-24 are neither in employment or education, with inactivity (8.6%) predominating compared to unemployment (5.7%)²³. In the opposite direction, the portion of unemployed NEETs in Portugal tops the inactive individuals (8.9% and 5.6%, respectively). The case of unemployed young NEETs shows a general tendency to increase with age (1.9% aged 15-19; 6.2% aged 20-24; 6.1% aged 25-29) (OCDE, 2019). The analysis of gender differences shows a typically higher female NEET rate and that most young female NEETs are inactive, and a higher share of unemployed male NEETs (OCDE, 2019). Some of the factors that can explain this inactivity in the case of women include family responsibilities, and in the case of men health-related issues and other factors (OCDE, 2016). Discouragement and frustration in the

²¹ Commonly called the “Jovens Nem Nem” [Young Not Not people] (Portugal and Brazil). In this study, as per the international literature and for standardisation purposes, we have adopted the English term NEET.

²² The main NEET indicator (Eurostat) is situated between 15-24 years of age; however, for statistical purposes and depending on the intended analyses, the age brackets can vary between the age of 15 and 24, or 29 and 34 (Eurofound, 2012).

²³ Unemployed NEETs: continue to seek a job (short or long-term unemployed); native NEETs: they are not job seekers, nor are they flagged by the public employment service (discouraged).

face of unfulfilled expectations and scarce opportunities they face also contribute to the NEET situation, not representing a temporary but rather a long-lasting experience²⁴ (OCDE, 2019).

As shown in scientific literature and international reports, the levels of education have a strong influence on the life path of individuals, knowing that, along with the economic, social and cultural frailties, the lower the investment in qualification, the greater the risk of a young person engaging in an experience of this kind²⁵ (OCDE, 2019). In addition to the influence of parental unemployment episodes, the schooling of the parents (especially that of the mother) is also decisive in predicting the NEET trajectory, since young people whose parents have low levels of qualifications are 1.5 times more likely to become NEETs than those whose parents completed secondary education (Eurofound, 2012). Believing that the value of education cannot be bounded by the relation with work, due to the fundamental importance of a holistic approach that ensures the civic, social and cultural development of the individual, this coming-together of the “levels of schooling and the likelihood of a professional socialisation with fewer rights and opportunities” is nonetheless worrying (Frias, Alcoforado and Cordeiro, 2020, 194).

Studying the NEET phenomenon calls for a cautious approach as regards the possible factors underlying it, as the transition pathways imply a combination of the individuals’ own attributes and their life paths (school and/or career path, gender, social class, etc) and structural elements such as employment and education policy guidelines, support measures to help with the integration of young people in their working lives, as well as the trends in the overall development of the economic system, the labour markets, education and training (Alves, 2007). It seems to us reductive and even unwise to say that the attitudes, behaviours and often conditioned choices of young people or their vulnerable employability are the sole responsibility of the situation (Frias *et al.*, 2020).

In view of the worrying and lasting consequences of these circumstances for young people’s life projects and for society, it is absolutely essential to produce more knowledge and to continue to question the “always controversial relation between education and work, knowing that the most decisive contributions to the best solutions can come from it” (Alcoforado, Frias, Cordeiro, Fonseca and Oliveira 2018, 19). Given the relevance of having a contextualised approach to the NEET phenomenon, we propose to present some results from the application of a questionnaire to

²⁴ In the OECD average, 2% of young NEETs have been unemployed for less than 3 months, 2.8% have been unemployed for 3-12 months, and 1.5% are unemployed for 12 months or more. In Portugal, 3% or more of these young people are in this more persistent scenario (OCDE, 2019).

²⁵ On average, 10.8% of young people between the ages of 25 and 29 with tertiary education are in a NEET situation, rising to 16.8% for those with secondary/post-secondary non-tertiary education and to about 40.1% for those without secondary education. In Portugal, 9.1% of young people in the 25-29 age bracket with tertiary education are in the NEET category, increasing to 12.7% for those with secondary/post-secondary non-tertiary education, and reaching 24.4% for those with qualification levels below secondary education (OCDE, 2019).

121 young NEETs from Sintra between the ages of 17 and 29. In addition to characterising these young people and their contexts, we will seek to establish links between their educational and career paths and their current situation, aiming, above all, to contribute to the construction of a solid base of knowledge of this very complex phenomenon, to support the reflection on and design of local strategic actions, facilitating successful school-to-work transitions.

2. Methodology

2.1. Characterisation of the research context

Choosing Sintra as the research setting is in line with one of the most significant risk factors referred to in literature, which is that it is telling of an increased risk of young people becoming NEETs in adverse socioeconomic contexts, such as living in peripheral areas of large urban areas (Schoon, 2014; Eurofound, 2012). Being the second most populated territory in the country and the largest in the Lisbon Metropolitan Area (AML), Sintra is known for being extremely heterogeneous socially and multiculturally (citizens from more than 130 countries live in this area), resulting in a number of territorial mosaics most unusual in a country like Portugal.

Recognised as a territory with a very high per capita purchasing power (93.61), this statistics barely reveals the profound inequalities found in a more detailed analysis (INE, 2019). While this wealth in urban areas usually associated with tourism and the presence of privileged social classes is nevertheless clear, the territory is also marked by a rural sector characterised by socially depressed neighbourhoods and a large low-income, low-skilled foreign community (Projeto Educativo Local de Sintra, 2018).

The municipality of Sintra had, in 2011, a resident population of 377,835, with an extraordinary growth of about 44.79% between 1991 and 2011 (INE, 2012). While it does not deviate from national and European standards, the analysis of the population numbers by age group shows a general propensity for a decline in the number of births and the gradual trend towards population ageing, with an increasing decline in younger groups and an increase in older groups (INE, 2018). In the economic sphere, the decline in both the business fabric and the numbers of employed personnel are particularly worrying, requiring a careful analysis of the decline in the number of companies and the increase in unemployment and emigration²⁶ (INE, 2018).

In a global reference to the educational dynamics of the municipality of Sintra, the rate of illiteracy below the average of the AML and of Mainland Portugal, as well as the growing tendency to the increase of population with higher levels of education stands out (INE, 2012). A higher than

²⁶ In 2017 there were about 39,516 companies, compared to 43,403 in 2008. While in 2008 there were 131,634 workers, in 2017 this number dropped by 23,327 in the municipality (INE, 2018).

average retention and dropout rate from basic education in the AML and in the mainland is also a cause for concern, together with a significant percentage of resident population between the age of 18 and 24 (18.2%) who completed the 3rd cycle of basic education (CEB), but who are not in education (INE, 2012). The proportion of the population between 30 and 34 years of age with tertiary education is still very low (23.9%), far short of the 40% target defined by the Europe 2020 Strategy (INE, 2012).

2.2. Respondents, instruments and procedures

As part of a broader case study, the research stage on which this work is carried out aims to characterise young NEETs in the municipality of Sintra, considering its contexts and educational and professional (IEFP, 2018). Drawing on some of the general characteristics of these young people obtained from the data made available by direct contact with the Sintra employment office, it should be noted that when the data were collected (December 2019), 1,296 young people under the age of 30 were registered with the employment office of Sintra as NEETs²⁷ (591 men and 805 women), most of them single (1262). 1,176 had been registered at this office for less than a year and 220 were registered for a year or more, high a number of young people looking for a new job (1,065), compared to those looking for their first job (331). As for their distribution by levels of educational qualification, we highlight those with secondary level education (597), followed by those with the 3rd cycle of basic education (329), tertiary education (265), 2nd cycle basic education (113) and, finally, with less representation, the 1st cycle of basic education and lower (both with 46). Finally, with regard to nationality, young portuguese (1147) and a group from other countries of origin predominated (e.g. Cape Verde, Guinea-Bissau, Brazil, Angola, São Tomé and Príncipe, etc.) predominated, which, although to a lesser extent, reflect the multicultural nature of the territory.

In order to characterise and reflect more carefully on the relationship of these young people with education/training and work, our study included a sample of 121 young people, who, when data were collected, were all not in education/training and employment, thus falling into the NEET category. The online questionnaire prioritised a quantitative approach and was the starting point of this phase, largely depending on the collaboration and support from local organisations engaged in this field, given the difficulty in attracting young people who were in a NEET situation. The Institute for Employment and Vocational Training of Sintra (IEFP, IP) as the main contact sent the questionnaire to the young people in their database, which together with the participation of a group

²⁷ In April 2020, the number of young people enrolled in the employment office of Sintra almost doubled (2713), reflecting the consequences caused by the Covid-19 pandemic.

of young people who were in the process of pre-selection for the *Code For All_Sintra*²⁸ project resulted in 172 replies. However, as the IEFP database was presumably out of date, 51 replies were not considered as these respondents mentioned that they were integrated in an education/training or employment offer. It should be noted that a pre-application of the instrument to a group of young people was carried out to check the clarity of the questions contained in the questionnaire.

3. Results

Having outlined the dynamics of the sample, we then characterised the participants in the study, presenting their main socio-demographic characteristics in Table 1. The aggregate sample (n = 121) consists of young people aged between 25.2 on average, ranging between 17 and 29 years of age, predominantly women (63.6%), compared to male participants (36.4%). It can be seen that 82.6% of the young people in the sample of this study are single and 77.7% do not have children, observing, even a significant percentage of young people (47.1%) still living with their parents. Although Sintra is a markedly multicultural and diverse territory, the majority of its resident population are of Portuguese nationality (86.8%). We also noted that 83.5% of young people come from an urban area and only 16.5% indicated that they live in a rural area.

Table 1. Socio-demographic characterisation of participants.

| Age | Sex | Nationality | Illness or disability | Area of residence | Household | Marital status | Children |
|------------|---------------------|------------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Minimum 17 | Men 44 (36.4%) | Portuguese 105 (86.8%) | No 110 (90.9%) | Rural area 20 (16.5%) | Alone 16 (13.2%) | Single 100 (82.6%) | No 94 (77.7%) |
| Maximum 29 | | | | | Parents 57 (47.1%) | Non-marital partnership 10 (8.3%) | |
| Mean 25,2 | Women 77 (63.6%) | Other 16 (13.2%) | Yes 11 (9.1%) | Urban area 101 (83.5%) | Spouse 37 (30.6%) | Married 11 (9.1%) | Yes 27 (22.3%) |
| Mode 29 | | | | | | | |

Regarding formal education (Table 2), it is demonstrated that about half of the young adults in the sample have completed secondary education (50.4%), followed by 21.5% with a bachelor degree, and 16.5% with a master's degree. The number of those who have completed 2nd and 3rd basic education is less significant. Most of these young people attended pre-school education (73.6%), 79.3% feel that their school career was successful, 46.3% refer having failed a school year at some point. Note also that 84.3% of the respondents express the intention of going back to school. As for the current employment situation, young unemployed people predominate (81.8%), compared to those looking for their first job (18.2%).

²⁸ An educational pilot project conducted between the Sintra City Council, the *Aga Khan* Foundation, and the Academia de Código, with the aim of providing young NEETs with free intensive training in programming, making them fit for entering the job market and starting a career as “*Junior FullStack Software Developers*”.

Table 2. Young people's educational attainment and current employment situation.

| | Categories | N° (%) |
|------------------------------|---------------------------|---------------|
| Pre-school education | Did not attend | 32 (26.4%) |
| | Attended | 89 (73.6%) |
| Formal education | 2nd cycle basic education | 3 (2.5%) |
| | 3rd cycle basic education | 11 (9.1%) |
| | Secondary education | 61 (50.4%) |
| | Bachelor | 26 (21.5%) |
| | Master's | 20 (16.5%) |
| Failures | Did not fail at school | 65 (53.7%) |
| | Failed at school | 56 (46.3%) |
| Back to school | No | 19 (15.7%) |
| | Yes | 102 (84.3%) |
| School career | Negative perception | 25 (20.7%) |
| | Positive perception | 96 (79.3%) |
| Current employment situation | Unemployment | 99 (81.8%) |
| | Looking for the first job | 22 (18.2%) |

With regards to the family context (Table 3), we note that only 2.5% of respondents mentioned that their parents have no education, highlighting the significant percentages of young people whose mother and father have secondary education (30.6% and 28.9%, respectively) and even tertiary education.

Table 3. Characterisation of the family context.

| | Family context | Father | Mother |
|-----------------------|---------------------------|---------------|---------------|
| Formal education | No studies | 3 (2.5%) | 3 (2.5%) |
| | 1st cycle basic education | 18 (14.9%) | 9 (7.4%) |
| | 2nd cycle basic education | 15 (12.4%) | 17 (14%) |
| | 3rd cycle basic education | 22 (18.2%) | 33 (27.3%) |
| | Secondary education | 37 (30.6%) | 35 (28.9%) |
| | Tertiary education | 26 (21.5%) | 24 (19.9%) |
| Professional status | Employed | 73 (60.3%) | 79 (65.3%) |
| | Unemployed | 15 (12.4%) | 27 (22.3%) |
| | Other | 33 (27.3%) | 15 (12.4%) |
| Previous unemployment | No | 61 (50.4%) | 41 (33.9%) |
| | Yes | 60 (49.6%) | 80 (66.1%) |
| Household income | <1000 € | 65 (53.7%) | |
| | 1000€-2000€ | 44 (36.4%) | |
| | 2000€-3000€ | 7 (5.8%) | |
| | >3000€ | 5 (4.1%) | |

The current situation regarding the employment of the father and mother of these young people shows that more than a half are employed (60.3% and 65.3%), with the unemployment situation of the mother being more significant (22.3%), compared to the father's unemployment (12.4%). Similarly, the percentage of mothers who at some point in their lives were unemployed is

higher than that of the fathers (66.1% and 49.6%, respectively), even though both figures are high. The household income shows that more than a half (53.7%) earn less than one thousand euro a month²⁹.

In general, when asked about the importance given to education for a successful integration in the job market, a fairly large percentage of young people rated it as important (52.9%) or very important (23.1%). Table 4 shows the degree of importance that the respondents attach to the different dimensions over which formal education can have an impact, with personal development and fulfilment standing out as the most acknowledged. The figures for best employment prospects and a job suited to their interests are the same, followed by higher salaries and, finally, as a less valued dimension, social recognition. The test used to compare means between age groups (17-24 years and 25-29 years) generally reflects the absence of significant differences, except for the salary dimension, as the younger age group tends to value it more than the 25-29 age group. In line with this trend, the differences between the age groups with different levels of education are related to the importance attached to salaries, in which those with less education value the salary aspect the most when compared to those with tertiary education.

Table 4. Importance attached to education: overall mean and comparison between age groups and education levels.

| Importance of education: dimensions | | Personal development | Social recognition | Better job prospects | Higher salaries | Work suited to interests |
|--|---|----------------------|--------------------|----------------------|-----------------|--------------------------|
| Overall mean (<i>standard deviation</i>) | | 4.11 (0.845) | 3.58 (1.101) | 4.08 (0.891) | 3.95 (1.015) | 4.08 (0.963) |
| Age | 17-24 years of age | 4.02 (0.958) | 3.70 (0.931) | 4.14 (0.833) | 4.18 (0.896) | 4.14 (0.926) |
| | 25-29 years of age | 4.17 (0.774) | 3.49 (1.206) | 4.04 (0.933) | 3.79 (1.068) | 4.04 (0.992) |
| | p | 0.347 | 0.289 | 0.554 | 0.036* | 0.584 |
| Level of education | 2nd cycle basic education – Secondary education | 4.03 (0.822) | 3.68 (0.932) | 4.11 (0.831) | 4.09 (0.903) | 4.15 (0.817) |
| | Tertiary education | 4.24 (0.899) | 3.41 (1.326) | 4.04 (0.988) | 3.72 (1.148) | 3.98 (1.164) |
| | p | 0.185 | 0.236 | 0.706 | 0.048* | 0.393 |

*Statistically significant test value t ($p < 0.05$).

Note: The scale used ranges from 1 (not important) to 5 (very important).

Analysing the perception of the respondents on the monitoring and support of their parents and guardians throughout their school career and also their school experience, it is noted that both dimensions raise positive opinions³⁰ (3.72 and 3.68, respectively). The mean comparison test suggests, in terms of the assessment of school experience, that there are significant differences between the sexes, with women classifying their experience lived in this institution more positively ($p = 0.025$) than men. In this respect, there is a positive correlation between how young people rate

²⁹ With reference to the average monthly pay by geographical location, in 2017 Sintra stood at 1,180.9€ (compared to 1,410.5€ in the Lisbon Metropolitan Area and 1,130.8€ in the mainland) (INE, 2017).

³⁰ Considering, in both dimensions, a scale from 1 (very negative) to 5 (very positive).

their parents' monitoring throughout their school career and how they define their school experience ($r = 0.281$). In other words, those who mention a more positive parental monitoring and support rate their school experience as being more positive.

The correlation of some variables enabled us to achieve some interesting results for further discussion (Table 5), for instance the positive correlation between the education of parents and that of young people, with the mother's education being more expressive (0.348), leading us to believe that the young people whose parents are more educated also tend to have higher levels of education. There is also a positive correlation between the parents' and the young people's education and the family income, meaning that the higher the education level, the higher the income earned by the household.

Table 5. Relation between parent's and young people's education level and household income.

| Pearson's correlation coefficient (r) | Father's education level | Mother's education level | Young people's education level |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Young people's education level | 0.230* | 0.348** | - |
| Household income | 0.246** | 0.350** | 0.195* |

** Significant correlation at level 0.01 (two extremes)

*Significant correlation at level 0.05 (two extremes)

Table 6 shows the degree of agreement among young people on the obstacles that may be hindering their integration into the job market. Overall, the most reported obstacle is the lack of professional experience, followed by a job market with few opportunities. Subsequently, at a similar level, the lack of support in the job search process and the insufficient/unsuitable skills for current requirements. The insufficient/unsuited levels of education to the job market requirements are less relevant.

In relation to gender differences, the dimensions insufficient/unsuited education and insufficient/unsuited skills stand out, with men showing a higher degree of agreement with this obstacle than women. The mean comparison test between age groups again shows significant differences in the education level obstacle, as the degree of agreement of the younger age group is higher than that of those between the ages of 25 and 29. Finally, as regards the school groups, the mean comparison test suggest that the young people with lower levels of education attach more importance to education and insufficient/unsuited skills as an obstacle to their professional integration compared to those with tertiary education. In contrast, when it comes to a job market with few opportunities, it is the young people in tertiary education who refer this obstacle the most. There are also significant differences in the lack of support in the job search process, with those seeking their first job the ones who express this difficulty the most compared to young unemployed people.

Table 6. Obstacles to job market integration: overall mean and comparison between sexes, age groups, education level, and unemployment situation.

| Degree of agreement: obstacles to the integration into the job market | | Lack of professional experience | Inadequate skills | Inadequate education | Lack of assistance with job search | Few opportunities |
|---|--|---------------------------------|-------------------|----------------------|------------------------------------|-------------------|
| Overall mean (<i>standard deviation</i>) | | 4.42 (0.973) | 3.21 (1.415) | 2.82 (1.408) | 3.22 (1.307) | 3.72 (1.279) |
| Sex | Men | 4.61 (0.813) | 3.57 (1.169) | 3.20 (1.286) | 3.50 (1.439) | 3.70 (1.340) |
| | Women | 4.31 (1.042) | 3.01 (1.509) | 2.60 (1.435) | 3.06 (1.207) | 3.73 (1.253) |
| | p | 0.080 | 0.026* | 0.022* | 0.094 | 0.926 |
| Age | 17-24 years of age | 4.58 (0.785) | 3.38 (1.354) | 3.26 (1.397) | 3.28 (1.294) | 3.72 (1.246) |
| | 25-29 years of age | 4.31 (1.077) | 3.10 (1.456) | 2.51 (1.340) | 3.18 (1.324) | 3.72 (1.311) |
| | p | 0.113 | 0.283 | 0.003* | 0.690 | 0.994 |
| Education level | 2nd cycle basic education– Secondary education | 4.41 (1.001) | 3.41 (1.326) | 3.21 (1.349) | 3.11 (1.290) | 3.52 (1.319) |
| | Tertiary education | 4.43 (0.935) | 2.89 (1.509) | 2.17 (1.270) | 3.41 (1.326) | 4.04 (1.154) |
| | p | 0.907 | 0.048* | 0.000* | 0.212 | 0.028* |
| Employment situation | Unemployed | 4.40 (0.999) | 3.21 (1.416) | 2.84 (1.398) | 3.01 (1.282) | 3.64 (1.273) |
| | 1st job | 4.50 (0.859) | 3.23 (1.445) | 2.73 (1.486) | 4.18 (0.958) | 4.09 (1.269) |
| | p | 0.677 | 0.964 | 0.739 | 0.000* | 0.132 |

* Statistically significant test value t ($p < 0.05$).

Note: The scale used ranges between 1 (totally disagree) and 5 (totally agree).

Considering the idiosyncrasies and challenges of the phenomenon of young people not in education and not in employment, and since they are the main actors, it seemed important to know their views of the impact of employment and training implemented in our country. Most of these young people are dissatisfied, rating these policies as inadequate (40.5%), very inadequate (9.9%) or indifferent (32.2%), and only 17.4% believes they are adequate. When questioned about the possible measures to be implemented by policy makers, to facilitate their integration in the job market, some of the respondents listed a number of proposals that cut across various dimensions and, therefore, will be the subject of reflection in the discussion and conclusion of this study. Table 7 shows their points of view, subdivided into categories of analysis, records and their evidence, through the transcript of some of their answers. The following were come of the recommended initiatives: more opportunities and better work conditions, the diversification of training offers, incentives for employers to hire young people, valuing young people regardless of their professional experience, the reshaping of traineeships promoted by the public employment service and other entities and, finally, the personalised support in the job search process.

Table 7. Measures facilitating the integration of young people into the job market: respondents' points of view.

| Categories | Records | Evidence (examples) |
|--|---------|---|
| More opportunities and better work conditions | 38 | <i>"More opportunities for first job seekers, creating more jobs"; "Better conditions for young people not to be exploited and better academic preparation"; "Create more attractive job opportunities".</i> |
| Qualification and diversification of training offer | 16 | <i>"New forms of assessment that facilitate entry into higher education"; "Training, courses and subjects more suited to each person's tastes and professional goals"; "More disclosure on courses"; "Consider market needs and update training programmes".</i> |
| Incentives for employers | 13 | <i>"Tax benefits for integrating young people in the job market"; "More incentives for employers to hire first-time job seekers"; "Programmes to encourage companies to provide more demand for the youth market".</i> |
| Valuing young people, despite their little professional experience | 12 | <i>"We have no experience because many employers do not give us the opportunity to show our worth"; "Stop asking for experience beyond an individual's age".</i> |
| (Re)think traineeships | 12 | <i>"End incentives to offer traineeships to young people who are already working and boost the creation of employment contracts. Traineeships should only be an incentive for the first professional experience"; "Place them in traineeships in a company right after their studies and, more importantly, work in the company, because today they only want to take on trainees and more trainees".</i> |
| Personalised support in the job search process | 5 | <i>"Dedicated and experienced consultants (HR) to help young people find jobs"; "Greater care and analysis of the school and professional career of those enrolled in the Employment Office"; "Being in line with universities and getting to know the working reality better".</i> |

4. Discussion and conclusion

Young people today experience highly individualised, labyrinthine trajectories and face longer periods of exploring their identity as a result of having to stay longer in education, of the delay in accessing paid work and, therefore, the postponement of tasks inherent to adulthood (Furlong & Cartmel, 1997; Pais, 2016; Frias *et al.*, 2020). Due to its complexity and centrality in European debates, the NEET phenomenon needs to be addressed at global level and locally characterised and reflected upon, as a starting point for defining strategic actions conducive to promoting the balance between the life plans of young people, the expectations of families and the specificities of the territory they live in.

Although one of the main purposes of the study is to characterise situations of lack of interest and involvement, attracting young people neither in employment nor in education, especially inactive or discouraged young people, would prove to be a rather complex mission. This is the reason why the sample is mostly composed of young people identified by the public employment service.

While it is true that young people with low schooling levels are still in a clearly more disadvantaged position when transitioning from school to work and between employment and unemployment, it is also true that a significant percentage of participants has completed secondary or higher education, suggesting that higher schooling levels are in no way an indication of a passport to getting a job or to being in a decent job (Frias *et al.*, 2020). However much the NEET situation seems to be strongly associated with low skills and early school leaving, in the portuguese case

even with the increase in compulsory education to 12 years there seems to be a persistently increasing number of young people with higher education diplomas who cannot find work opportunities (Alcoforado *et al.*, 2018).

It is precisely these young people with a higher level of skills who mostly recognise the scarce opportunities in the job market as a major obstacle to their employability. Although most participants recognise the importance of higher education for their personal development, better employment prospects and access to work suited to their interests, the disappointment caused by unfulfilled expectations is a distressing factor, given the disinterest, demotivation and inertia that inevitably arise in transition processes. This skilled generation with no opportunities to put their knowledge into practice and develop their skills therefore represents a waste of talent, creativity and vitality for their own country. Global and local policies should target their action precisely on this aspect, always bearing in mind the diversity of economic, social and geographical situations posed by this phenomenon.

The results obtained confirm certain patterns highlighted by the literature, such as the prevalence of young female NEETs which, given the explanation that women are dedicated to house chores and family responsibilities, only strengthens the serious barriers to gender equality (OCDE, 2016). The significant percentage of young people who are single, have no children, and/or still live with their parents reflects the lasting dependence to which they are subject, the majority of young people struggling to achieve economic autonomy and to raise their own family, regardless of what this means today (Guerreiro & Abrantes, 2007; Frias *et al.*, 2020; Reiko, 2006). This is in line with recent data which shows that Portugal is one of the European countries with the highest number of young people aged between 18 and 34 still living with their parents (Xerez *et al.*, 2019).

Disadvantaged socioeconomic contexts and family income are also a source of concern especially in Portugal, the country with the most disparate income distribution in Europe, which has contributed to propagating inequalities and strongly impacting on the autonomy of individuals, especially young people, who find it extremely difficult to plan and implement realistic and challenging life projects (Bynner & Parsons, 2002; OCDE, 2017).

It is, therefore, important to analyse some specific features of family contexts, considering the expected repercussions on the life paths of young people at various levels. The preponderant role of parents' skills in predicting the trajectory of their children is one example, since, as shown in the results reviewed herein, young people whose parents are more educated, especially the mother, also tend to acquire higher levels of skills and, consequently, higher incomes. The percentage of young NEETs whose parents have experienced unemployment at some point in their careers is equally alarming.

In view of these indicators, there is good cause to question to what extent the school, instead of promoting principles of equality and equity, reproduces scenarios of imbalance and injustice, and is not a space and a time for creating opportunities through "personal enrichment and personal

dignity” (Pais, 2016, p. 42). For this reason, we find it relevant to consider the importance of properly monitoring and supporting parents along the schooling process of their children, since, as we know, it helps young people to develop more positive perceptions of their schooling experience, which may translate into more favourable expectations and relations in all areas involving the school institution and the learning process itself.

Participants identify the lack of professional experience resulting from insufficient job opportunities as the major obstacle to a successful transition. After leaving the education system, the long and often tortuous process of finding a job leads to a long period of unemployment or extremely precarious job experiences, such as successive internships, which often perpetuate fragile and uncertain professional “ties”. Young people are faced with a real vicious and contradictory circle because not only do they not have professional experience, but also the job market offers very few opportunities to fill this “gap”.

The initiatives proposed by the participants to overcome this problem reflect the need for greater awareness on the part of political leaders to promote initiatives that value the interests and talents of young people, as well as more and better opportunities and the end of job precariousness (in terms of employment contracts and in terms of recognition and appreciation of younger generations). The participants also identified the need for alternative solutions which can contribute to creating more attractive jobs, the development of support structures at various levels, especially for those looking for their first job, and more support to employers (incentives) for hiring young job seekers.

The job search process is perceived as extremely demanding, both due to the complexity of the process itself, the mismatch between the number of candidates and the jobs available, and also due to the resulting competitiveness. Dealing with these situations requires the development of a personal strategic plan and understanding the socioprofessional contexts, for which candidates need to be thoroughly prepared. The fact is that not all young people, especially those looking for their first job, are prepared to deal with the steps required by such process, hence why the participants identify the need for the public employment service to invest in skilled professionals, such service acting as a link between young people and the labour market, taking on an active, personalised role and being committed to the success of their careers, taking into account their pathways, needs, interests, expectations, and talents. It needs to be pointed out that it is the young people in their first job who most refer to the lack of support in the job search process compared to unemployed young people.

Even if some people prefer immediate access to a job and forego, for various reasons, any type of training/qualification, a fairly significant part values and seeks training opportunities, even if associated with job opportunities. However, the discrepancy between existing job offers and young people’s preferences and projects eventually leads them to losing interest. They thus call for more and diverse training offers and the disclosure thereof, suggesting that they should be more in

line with market needs and supported by contents that can effectively follow innovation and are according to today's needs.

We can, therefore, see that participants question the school culture and point to the urgent need to fully transform existing teaching models so as to make them more practical and available. This is a most valid opinion at a time when rather than transmitting knowledge, it is important to create conditions for students to progressively become capable of using it in different life contexts in order to respond to upcoming challenges throughout their personal and professional pathways. On the other hand, the repeated difficulties encountered by young people with low schooling levels call for a revision of the assessment systems and support given having school attainment in mind.

Notwithstanding the limitations in terms of sample representativity, the approach adopted in this study made it possible to explore certain aspects of the NEET situation in Sintra and, therefore, to identify some of the main challenges faced by the municipality at this level. Indeed, it is essential to design an integrated, concerted and differentiated territorial development strategy that contributes to promoting the development of a range of skills that allow young people to consciously manage their professional projects and invest in new training paths.

In particular, more detailed characterisation of the NEET problem is needed, young inactive or discouraged young people being the greatest focus of concern, since because they are not included in the public employment service databases seriously compromises the flagging thereof and subsequent involvement in solutions to help them decisively change their situation. Similarly, it is essential to pay particular attention to less educated young people, since they are precisely the ones who most find that insufficient/inadequate schooling and skills are an obstacle to accessing the job market.

The unpredictability of current times involves young people in a relativisation process that implies less importance given to diplomas, as they do not expect they will help them secure a decent job, contributing to strengthening their lack of autonomy in managing their personal life and in constructing an identity and professional career. For all these reasons, the relationship between young people and the job market requires new perspectives and the creation of a harmonious relationship between the educational, socioeconomic, cultural and political dimensions, gradually transforming each territory into a community capable of offering a social contract which prioritises people and the communities, involving everyone, with a lasting effect.

5. References

Alcoforado, L., Frias, M., Cordeiro, A. R., Fonseca, A. C. and Oliveira, M. (2018). Educação e (não) Trabalho. Indagações sobre uma relação sempre controversa, a propósito dos jovens que não estudam nem trabalham. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 13 (34): 38-58. doi:10.35168/2175-2613

Alcoforado, L. (2008). *Competências, Cidadania e Profissionalidade. Limites e desafios para a construção de um modelo português de Educação e Formação de Adultos*. PhD diss., University of Coimbra.

Alves, M. G. (2007). *Trajectórias de inserção profissional: uma música sem maestro? In Educação e Trabalho: representações, competência e trajetórias*, edited by António Maria Martins, Luís Pardal, Clarilza Prado de Sousa, Angel del Dujo, and Vera Placco, 305-319. Aveiro: UA Editora.

Bynner, J, and Parsons, S. (2002). Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training (NEET). *Journal of Vocational Behavior*, 60 (2): 289-309. doi:10.1006/jvbe.2001.1868

Eurofound (2016). *Exploring the Diversity of NEETs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2012). *NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Frias, M., Alcoforado, L. and Cordeiro. A. R. (2020). O Caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios. *Práxis Educacional*, 16 (42): 186-216. doi:10.22481/praxisedu.v16i42.7348

Furlong, A., and Cartmel, F. (1997). *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.

Guerreiro, M. D., and Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família* [Uncertain Transitions. Young People facing Work and Family]. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Instituto do Emprego e Formação Profissional/Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, (PORDATA - Unemployed registered in the IEFP, 2018; accessed December 18, 2019). <https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional-220>

Instituto Nacional de Estatística (Purchasing power per capita by Geographic Location – 2019; accessed May 1, 2020).

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística (Employment survey – 4th trimester 2018; accessed April 15, 2020).

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=315406095&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística (System of integrated accounts of companies; accessed December 10, 2019).

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008511&contexto=pi&selTab=tab0

Instituto Nacional de Estatística (Census 2011, definitive results - Lisbon Region; accessed December 18, 2019).

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156651739&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Instituto Nacional de Estatística (Average monthly income (€) by geographic localization 2017, Staff tables; accessed May 7, 2020).

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0009047&selTab=tab0&xlang=pt

OCDE (2019). *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing.

OCDE (2017). *Estudos Económicos da OCDE, Portugal 2017. Aumentar o crescimento e o bem-estar*. Lisboa: OCDE.

OCDE (2016). *Society at a Glance 2016: OECD Social Indicators*. Paris: OECD Publishing.

Pais, J. M. (2016). *Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro* [Hooks, pans and chores: young people, work and future]. 4th ed. Berlin: GD Publishing / Edições Machado.

Pais, J. M. (1991). Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, 27 (114): 945-987.

Projeto Educativo Local de Sintra (2018). *Sim(tr)a: aprender e viver melhor num território inteligente e sustentável*. Projeto Educativo Local 2018-2025. Câmara Municipal de Sintra/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Reiko, K. (2006). Youth Employment in Japan's Economic Recovery: 'Freeters' and 'NEETs'. *The Asia-Pacific Journal*, 4 (5): 1-5.

Schoon, I. (2014). Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of young people in England (LSYPE). *Longitudinal and Life Course Studies*, 5 (2): 129-150. doi:10.14301/llcs.v5i2.279

Yuji, G. (2005). The “NEET” problem in Japan. Tokyo: Institute of Social Science.

Xerez, R., Pereira, E. and Cardoso, F. D. (2019). *Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeneracional* [Private Housing in Portugal from an Intergenerational Perspective]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Zuccotti, C., and O’Reilly, J. (2019). Ethnicity, Gender and Household Effects on Becoming NEET: An Intersectional Analysis. *Work, Employment and Society*, 33 (3): 351-373. doi:10.1177/0950017017738945

Capítulo III. Young NEETs – Portrait of a “holding pattern”. Daily activities and perceptions about the current moment in life³¹

Mafalda Frias

Universidade de Coimbra – Portugal

Luís Alcoforado

Universidade de Coimbra – Portugal

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra – Portugal

Abstract: The gradual gap surfacing in young people’s representations and expectations of education and employment is increasingly clear as they experience highly tangled pathways and, consequently, a delay in accessing the job market, manifested in complex situations such as the NEET phenomenon (not in employment, education or training), compounded by an alarming stagger of different aspects of young people’s professional and personal emancipation. Recognizing the importance of an in-context approach to this phenomenon, we characterized young NEETs of the municipality of Sintra (Portugal) by combining a quantitative and qualitative approach based on how these NEETs cope with the “holding pattern” in which they find themselves – uses of space/time, reasons why furthering their studies is not an option to be considered at this stage, and their thoughts on the current moment of their lives.

Keywords: Young NEETs, transition to adulthood, education, job, leisure time, public policies.

I. Introduction

The profound transformations that have occurred in the many areas of modern societies are reflected in how young people live their experiences and pathways, especially as regards the transition between the education system and the job market, and their thoughts on future life projects. This transition is accompanied by an important identity reconstruction process and encompasses a number of transformations that influence their different life contexts. Therefore, the analysis of their trajectories and experiences and how they adapt to different opportunities – family, education, employment – should lead to the recognition of the “social and political representation

³¹ Artigo publicado no *Journal of Counsellogy* | <https://studiaporadoznawcze.pl/ojs/index.php/sp/article/view/234>.

of roles and characteristics” given to young adults, and to a reflection “on the ability to construct a sense of future that necessarily entails micro factors (individual and family) and social, political and economic macro dynamics” (Albuquerque, 2014, 319).

In addition to the challenges arising from new societal arrangements, the social status of modern youth is filled with ambiguity and belittlement, anchored in unpredictable and precarious transitions, as “the linear and predetermined order of the different stages which, a few decades ago, was a reliable basis of reference” (Fonseca, 2014, 133) – finishing their studies, entering the job market, getting married, moving into an independent home, and starting a family – turns into highly individual and long-lasting trajectories. Young people wander under constant pressure between linear patterns – longing for a job that gives them fulfilment, stability and financial security and the ability to start their own family – and complex and heterogeneous patterns – preserving their freedom, discovering and experimenting different types of relations and delaying family projects (Guerreiro & Abrantes, 2007).

The considerable changes in the transition to adulthood and the difficulty in ensuring that they are based on decent work have contributed much to the emergence of worrying phenomena among the young population, such as young NEETs (not in employment, education or training). Far from being a homogeneous and well-defined phenomenon, despite involving common risks and vulnerabilities – low educational attainment, less-privileged socioeconomic contexts, medical conditions, immigration, family job insecurity, parents’ level of education, area of residence, among others –, the NEET phenomenon is a dynamic and comprehensive situation that decisively influences the life paths of young people (Zuccotti & O’Reilly, 2019; Schoon, 2014; Eurofound, 2012; Reiko, 2006; Bynner & Parsons, 2002).

In addition to discouraged young people immersed in early school-leaving trajectories, we find highly professionally skilled young people who nevertheless face serious difficulties in finding a job (Frias, Alcoforado & Cordeiro, 2020; Alcoforado, Frias, Cordeiro, Fonseca & Oliveira, 2018). Obstacles to accessing the job market even for those who have higher qualification levels remain a great concern and social suffering among young people not only due to the scarcity and inconsistency of resources (on an educational and personal level) compatible with new market requirements and young people’s desires, but also due to the inconsistency or lack of reference frameworks (social, institutional and axiological) essential to reshape the transition into adulthood (Smith, Christoffersen, Davidson & Herzog, 2011; Guerreiro & Abrantes, 2004; Furlong & Cartmel, 2004).

The period of precariousness, uncertainty and insecurity experienced by young people in the transition to the job market flings at this important population segment a number of “temporary job experiences, underemployment and unemployment which results in profoundly uncertain and unpredictable trajectories” (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007, 255). In this line of reasoning, in view of the need for a strategy to adapt to the new market conditions, calling young people to be

“flexible, creative, show initiative, undertake lifelong learning, and being able to change”, job market deregulation and flexibility ultimately advocate a world of possibilities and opportunities and, concurrently, of worrying risks and vulnerabilities (Guerreiro *et al.*, 2007, 255; Mauritti, 2002; Pais, 2001).

As this study addressed different stages and approaches, it was carried out at different times in a period marked by the outbreak of the Covid-19 pandemic – first in the pre-pandemic period (December, 2019) and then in the middle of the pandemic (March, 2021), hence this brief account of its impact on the life paths of young people.

Overall, at the end of 2019, and although worrying structural imbalances still persisted, there were positive social and economic developments for young people in Europe as a result of economic recovery and a decline in youth unemployment rate. In fact, the economic situation of young people was better than at any other time before the Great Recession, even if some groups, like the NEETs and others in unstable and precarious jobs, were in more vulnerable situations (OCDE, 2021). However, at the start of 2020 the onset of the Covid-19 pandemic substantially reversed all social and economic progress achieved so far, sparking tougher economic conditions in most countries marked by massive job losses and poor prospects for recovery (Eurofound, 2021). In a troubled economic period, the transition between education and work, already difficult under normal conditions, becomes even more challenging, where in addition to unemployment many young people may have embarked on worrying inactivity scenarios (OCDE, 2021).

According to the International Labour Organization, the consequences of the Covid-19 pandemic hit young people particularly hard either because they interrupted educational/training programs and lost their jobs and income, or found it extremely difficult to enter the job market, reflected in a significant increase unemployment rate since February 2020³², especially for women (ILO, 2020a). It is believed that this climate of insecurity, precariousness and instability caused by the pandemic may have lasting consequences for the professional development, prospects and future life projects of young people (ILO, 2020a; ILO, 2020b). A study carried out by Eurofound (2021)³³ found that, between February and March 2021, more than half of the young people in the sample lived at home with their parents (61%) and although the largest share of young people living with their parents concerns students (75%) and unemployed or inactive young people (59%), a significant share concerns employed young people (42%).

The deprivation of independence caused by the loss of employment and/or educational opportunities, the need to depend on the parents and the restrictive measures which reduced social

³² More than one in six young people are out of work since the start of the Covid-19 pandemic, whereas those who have kept their jobs have seen their working hours reduced by 23% (ILO, 2020a).

³³ The *Living, working and COVID-19 e-survey* aimed at investigating the socioeconomic impact of the pandemic in Europe and was open to the entire population aged 18 and over in the UE27 (Eurofound, 2021).

interaction and postponed future projects may have contributed to the decline in young people's mental well-being (Eurofound, 2021). It should also be noted that the social isolation determined by the limitations imposed on mobility, physical activity and cancellation of social events, among other restrictions, led to emotional difficulties in coping with lockdown, in addition to reports showing cases of monotonous routines, stress and compulsive use of smartphones, among other problems (Alberich, Fabra, Sala & Serracant, 2020).

In Portugal, the repercussions of the pandemic crisis on unemployment were four times higher among young people, with the number of inactive young people plummeting. In the first year of the pandemic (first quarter of 2020 – first quarter of 2021), youth unemployment rate increased by 22.3% up to the age of 24 and by 24.7% up to the age of 34, four times higher than the growth of total unemployment rate (5.9%). There are 100 000 fewer young people in employment than at the start of the pandemic and those who are inactive amount to 261 000 (Eurofound, 2021).

All the indicators and assumptions listed refer to the importance of building solid bases of knowledge that enable a detailed understanding of the processes of transition to adulthood, considering, above all, how young people experience all the challenges, constraints and commuting imposed on them. Based on this awareness and understanding, we felt it was important to analyse how young NEETs appropriate a new space and time, given the 'holding pattern' and their random current trajectories. We will, therefore, give a brief background of young people and their free/leisure time.

Nowadays, recognizing the importance of leisure time is key to human development and to better understand people and the contexts in which they interact. This relation is all the more significant when we talk about young people, given the vital contribution of leisure and free time to the construction of their cultural norms and expressions, practices, representations and way of life (Brenner, Dayrrel & Carrano, 2008). The concept of leisure is indicative of the development of activities in a specific time – free time – which allows for a pleasant emotional framework and liberation from a set of systems and standards rooted in society. In other words, free time is understood as the time available which may or not be used for leisure, but which is necessarily linked to a sense of freedom for those who enjoy it (Munné & Codina, 2002; Elias & Dunning, 1992).

Cultural patterns of leisure in today's society differ in terms of gender or social class, highlighting a more perceptible connection between leisure and having or not having a job. The fact that there is free time does not always imply leisure, especially if we think about the significant number of young people who find themselves living in harsh times marked by fragile socioeconomic resources, lack of opportunities, discouragement and apprehension about the future due to a present shrouded in insecurity and unpredictability that predominantly mitigates their convictions in organizing and achieving their personal and professional ambitions.

The gap between education/training and employment fosters a situation of potential marginalization to the extent that young people in this situation may find obstacles in accessing leisure lifestyles enjoyed by the majority of today's youth, especially when it comes to consumer culture which is central to the shaping of young people's identity (Furlong & Cartmel, 1997). Looked at it in this way, precariousness stretches across all times and spaces in life, the backlash being twofold: on the one hand, the unemployed see their relations disrupted and deregulated; on the other hand, those who are integrated in the job market, even under apparent stability, sense a potential outcome of unemployment (Bourdieu, 1998).

The technological transformations which characterize contemporaneity are associated with a glimpse of greater independence, autonomy and choice of individuals. However, the distance in relation to other socialization agents is nonetheless worrying in that information is just a click/screen away, for example internet and television as the privileged mass communication with greater impact on youth (O'Guinn & Shrum, 1997). Technological leisure – television, mobile phones, social networks and the internet in general – has picked up power and appeal, being the main leisure occupations in modern societies (OberCom, 2014; Munné & Codina, 2002). In a reference to the uses of time and space among young people, relevant gender differences are identified which should be highlighted, in particular a predisposition of young men to frequent spaces and carry out activities outside the home involving socializing with other people, e.g. playing sports, and, conversely, a tendency for women to take up more 'homely' activities (Sousa & Fonseca, 2014; Brenner *et al.*, 2008; Franch, 2002).

Recovering Sue's perspective (1999), the emergence of a new dominant social time may be considered – free time – and even though this new time is compatible with the freeing up of work time, we see at the same time a fractioned social time unequally distributed to individuals. Such individuals are often in a passive state of mind because while the routine of some is organized according to an empty, isolated and unoccupied time, the dynamics of others encourage them to learn, depending on the resources they have. Thus working time is declining and, at the same time, there is potential free time, resulting from the perceived imbalance of society which finds itself unable to uphold a new order. This is the challenging scenario faced by our society in these fragmented social times void of a structuring time (Sue, 1999).

The deep crisis in employment resulting from the globalization of thought, economics and politics has weakened political intervention aimed at full employment. Thus growing difficulties have arisen in the professional socialization of young people, compounded by worrying doubts regarding the expected return on investment in education. In fact, there is an urgent need for reflection on the impact of an intervention anchored in guaranteeing economic interests and promoting competitiveness instead of promoting effective social cohesion.

We should clarify that the intention of this study on the uses of space and time of these young people does not involve mapping their cultural, leisure or entertainment practices, as their

complex situation may naturally interfere and distort the concept of ‘leisure/free time’ and the organization of their routines and choices, which reflect a number of internal and external influences. The main purpose of this study focuses solely on the perception of how young NEETs from the municipality of Sintra occupy their time, now arranged differently as they are withdrawn from important social subsystems – education/ training and employment – and subject to the constraints imposed by the Covid-19 pandemic which at some point during the study influenced some of the results shown.

2. Methodology

Prioritizing a contextualized approach of NEET phenomenon – Sintra (Portugal) – the results presented in this work derive from two sequential investigation stages, integrated into a broader case study, which extended temporarily, by involving young people who were away from employment, education and training, combining two different data collection techniques, namely, an online questionnaire and two autobiographical accounts. Both stages were fully supported by the public employment service – Instituto do Emprego e Formação Profissional de Sintra (IEFP, IP) – which acted as the liaison between the research team and the participants through its institutional database.

The first stage of the study focused on a detailed characterization of young people from the municipality of Sintra who were in a NEET situation, supported by an online questionnaire (applied in the pre-pandemic period), which had the voluntary participation of 121 young NEETs between 17 and 29 years old. This characterization focused especially on how young people perceive and cope with the ‘holding pattern’ and on the uses of space/time and the reasons which justify, at that moment, the withdrawal from/refusal of possible educational/training pathways or experiences.

Later, on the second stage of the study, conducted in the middle of a pandemic period, proved to be essential for understanding some of the meanings given by young people to their current life circumstances, based on the new configuration of time management and space in their daily lives as they withdrew from the basic social subsystems of education/training and employment. This was achieved through two autobiographical accounts³⁴ given by two young people who due to the Covid-19 pandemic found themselves in a NEET situation. Guiding topics were defined based on flexibility and freedom of narrative, with as little interference as possible, in order to learn and understand how young women deal with the events they experience, that is, how they view such events considering their beliefs (Amado & Ferreira, 2014; Peneff, 1990; Passeron, 1990).

³⁴ Due to the adversities and limitations imposed by the Covid-19 pandemic, it was decided to conduct these accounts online via *Zoom*, always bearing in mind the importance of having an enabling environment and gaining the trust of the young women who agreed to be part of this important stage of the study.

Recognizing the importance of listening to the young people in characterizing and understanding the dynamics experienced, the autobiographical accounts appeared to be a highly valuable choice, since “the autobiographical subject transforms this experience into self-knowledge in a narrative that promotes action and interaction in the world, with others and oneself” (Passeggi, 2021, 257). Therefore, the autobiographical approaches, based in a logic of complementarity, enabled the development of new knowledge and consolidated lines of research, seeking to understand more deeply some of the questions raised by the questionnaire applied in the previous stage. It should be noted that both autobiographical accounts were recorded (a proposition accepted by the participants), guided and fully transcribed and their contents were subsequently analysed in order to systematize the data obtained.

2.1. Participants

In a global analysis of the socio-demographic characteristics of the 121 young NEETs who answered the online questionnaire (Table 1), an average age of 25.2 is observed, ranging between 17 and 29, with a clear predominance of young women (63.6%) over young men (36.4%). In addition to a significant share of young single people (82.6%), the number of young people without children (77.7%) and still living at home with their parents is equally relevant (47.1%). The majority of participants (83.5%) come from an urban area, compared to those who live in a rural area (16.5%).

As regards educational achievement, about half of the young people completed secondary education (50.4%), a significant percentage completed higher education (38%), and fewer completed the 2nd and 3rd basic education cycles. Looking at the current employment situation, a higher percentage of unemployed youth (81.8%) is of note compared to those looking for their first job (18.2%).

Table 1. Socio-demographic characteristics.

| Gender | Marital status | Children | Household | Area of residence | Level of schooling | Current employment situation |
|----------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------------------|---------------------------|--|---|
| Male 44 (36.4%) | Single 100 (82.6%) | No 94 (77.7%) | Alone 16 (13.2%) | Rural area 20 (16.5%) | 2 nd Basic Ed. Cycle 3 (2.5%) | Unemployed 99 (81.8%) |
| | Non-marital partnership 10 (8.3%) | | Parents 57 (47.1%) | | 3 rd Basic Ed. Cycle 11 (9.1%) | |
| Female 77 (63.6%) | Married 11 (9.1%) | Yes 27 (22.3%) | Spouse 37 (30.6%) | Urban area 101 (83.5%) | Secondary Education 61 (50.4%) | Looking for their first job 22 (18.2%) |
| | | | Other 11 (9.1%) | | Higher Education 46 (38%) | |

We now characterize the participants who volunteered for this study by providing two autobiographical accounts³⁵. They were two young females who shared a number of characteristics and conditions in common, as both had been unemployed for about a year (and are registered as job seekers at the Employment Centre), were single, 24 years old and living with their parents. The first young woman (A) completed a dual-certificate course at a vocational school (12th year, Reception Technician) which allowed her to work in her area of training, but became unemployed due to the pandemic and suffered subsequent instability. The second young woman (B) took evening classes to complete the 12th year, which allowed her to work as a salesperson. Like the first young woman, she was also dismissed due to the pandemic and, moreover, had an unplanned pregnancy.

3. Results

3.1. Young people and uses of time/space

The analysis of young people's daily activities shows that accessing the internet, socializing with friends and television takes up most of their time, followed by, in decreasing order of relevance and less representative, reading, playing sports, sociocultural activities and, finally, volunteering (Table 2). The mean comparison test shows significant gender differences regarding sports ($p=0.025$) and socializing with friends ($p=0.022$), insofar as men showed a higher frequency of these practices compared to women. Complementing the significance, the magnitude of the effect (η^2) is also indicated, noting that this is negligible.

Table 2. Frequency of activities carried out by young people (global mean and comparison between genders).

| Activities | Global mean (standard deviation) | Gender | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|--------------|--------------|---------------|----------|
| | | Male | Female | p | η^2 |
| Volunteering | 2 (1,125) | 1,86 (0,979) | 2,08 (1,201) | 0,316 | 0,008 |
| Sociocultural activities | 2,35 (1,188) | 2,14 (1,091) | 2,47 (1,231) | 0,141 | 0,018 |
| Socializing with friends | 3,81 (0,943) | 4,25 (0,716) | 3,72 (0,960) | 0,022* | 0,044 |
| Sports | 2,88 (1,192) | 3,20 (1,268) | 2,70 (1,113) | 0,025* | 0,042 |
| Television | 3,31 (1,162) | 3,05 (1,293) | 3,47 (1,059) | 0,070 | 0,031 |
| Reading | 3,17 (1,083) | 3,23 (1,198) | 3,13 (1,018) | 0,636 | 0,002 |
| Internet | 4,51 (0,647) | 4,59 (0,497) | 4,47 (0,718) | 0,269 | 0,008 |

* Statistically significant t-test value ($p < 0.05$).

Note: The scale used ranges from 1 (never) to 5 (always).

³⁵ In addition to the distancing from education/training when we contacted these young women, Portugal and the world were in the midst of a pandemic and subject to all the constraints that ensued (lockdown periods and restrictions on freedom of movement, socioeconomic disruptions, etc.).

The most representative spaces visited by young people in their town (Table 3) are shopping centres, cinema/theatre, cafés/bars/clubs and sports facilities. The mean comparison test between the two defined educational groups (level 0-4 and level 5-7 of the European Qualifications Framework) shows only significant differences in visits to libraries, as the group with high educational level visits libraries more often than those with lower educational level ($p=0.026$). Regarding the area of residence, significant differences were found in visits to cafés, bars or clubs, with young residents in rural areas being more likely to visit these spaces than those who live in urban areas ($p=0.005$). Once more, considering the variables under analysis, the magnitude of the effect (η^2) turns out to be quite small.

Table 3. Spaces visited by young people in their city (global mean and comparison between levels of schooling and area of residence).

| Spaces visited | Global mean (standard deviation) | Educational level | | | | Area of residence | | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|--------------|---------------|----------|-------------------|--------------|---------------|----------|
| | | Level 0 - 4 | Level 5 - 7 | p | η^2 | Rural | Urban | p | η^2 |
| Shopping centres | 3,05 (0,902) | 3,01 (0,878) | 3,11 (0,948) | 0,575 | 0,003 | 3,10 (0,912) | 3,04 (0,905) | 0,786 | 0,001 |
| Indoor or outdoor sports facilities | 2,54 (1,041) | 2,60 (1) | 2,43 (1,109) | 0,399 | 0,006 | 2,35 (1,226) | 2,57 (1,003) | 0,381 | 0,006 |
| Cafés, bar or clubs | 2,66 (0,945) | 2,53 (0,977) | 2,87 (0,859) | 0,057 | 0,030 | 3,20 (0,894) | 2,55 (0,922) | 0,005* | 0,065 |
| Libraries | 2,03 (0,983) | 1,87 (0,844) | 2,30 (1,133) | 0,026* | 0,047 | 1,90 (0,968) | 2,06 (0,988) | 0,510 | 0,004 |
| Museums | 2,19 (0,960) | 2,07 (0,963) | 2,39 (0,930) | 0,071 | 0,027 | 1,85 (0,875) | 2,26 (0,966) | 0,083 | 0,025 |
| Cinema ou teatro | 2,78 (0,970) | 2,68 (0,947) | 2,93 (0,998) | 0,162 | 0,016 | 2,65 (0,671) | 2,80 (1,020) | 0,407 | 0,003 |
| Cultural or recreational associations | 2,05 (1,007) | 1,92 (0,941) | 2,26 (1,084) | 0,071 | 0,027 | 1,90 (0,968) | 2,08 (1,017) | 0,469 | 0,004 |

* Statistically significant t-test value ($p < 0.05$).

Note: The scale used ranges from 1 (never) to 5 (always).

When asked about the use and frequency of internet access, according to the categories listed (Table 4), the most visited pages concern the search for various information, social media and job search websites, with professional networks, newspapers/magazines and online games being the least representative.

The comparison between groups revealed statistically significant differences in the social media categories, which women accessed more than men. Unlike social media results, men play online games more, reflecting a pattern also found in other studies, showing a greater propensity for men to engage in entertainment activities on the internet (OberCom, 2014; OberCom, 2010).

The comparison between age groups also shows statistically significant differences regarding social media, largely preferred by younger individuals, and online newspapers/magazines, this time more significant in the older age bracket. Following the line of previous analyses, the magnitude of the effect (η^2) of the variables related to spaces, in relation to education and area of residence, is irrelevant.

Table 4. Internet use by young people (overall average and comparison between gender and age).

| Internet use | Global mean (standard deviation)) | Gender | | | | Age | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------|--------------|---------------|----------|---------------|---------------|---------------|----------|
| | | Male | Female | p | η^2 | 17 - 24 years | 25 - 29 years | p | η^2 |
| Social networks | 3,96 (1,128) | 3,64 (1,278) | 4,14 (0,996) | 0,026* | 0,047 | 4,20 (0,926) | 3,79 (1,230) | 0,048* | 0,032 |
| Professional networks | 2,98 (1,313) | 2,75 (1,222) | 3,10 (1,353) | 0,155 | 0,017 | 2,86 (1,229) | 3,06 (1,372) | 0,42 | 0,005 |
| Entertainment/Online games | 2,12 (1,212) | 2,61 (1,280) | 1,83 (1,081) | 0,001* | 0,097 | 2,36 (1,425) | 1,94 (1,013) | 0,08 | 0,029 |
| Online newspapers or magazines | 2,83 (1,152) | 3 (1,100) | 2,73 (1,177) | 0,212 | 0,013 | 2,56 (1,053) | 3,01 (1,189) | 0,032* | 0,038 |
| Job search websites | 3,75 (1,035) | 3,52 (0,976) | 3,88 (1,051) | 0,065 | 0,028 | 3,64 (1,120) | 3,83 (0,971) | 0,32 | 0,008 |
| Retrieving miscellaneous information | 4,02 (0,961) | 3,95 (0,914) | 4,06 (0,991) | 0,546 | 0,003 | 4 (1,069) | 4,04 (0,885) | 0,813 | 0,000 |

* Statistically significant t-test value ($p < 0.05$).

Note: The scale used ranges from 1 (never) to 5 (always).

3.2. Reasons for not getting involved in educational/training experiences

Besides exploring trends regarding young people's use of time and space, we considered it appropriate to capture their predisposition to resume education or training by introducing one open-ended question in the questionnaire. Although a quite significant share of young people stated their intention to resume their studies (84.3%) it is important to understand why others (157%) emphatically stated that they do not wish to be involved in any type of education/training. Among the main reasons are: lack of interest and/or disbelief in qualifications, family responsibilities and/or financial reasons, career orientation and, finally, health-related issues (Table 5).

Table 5. Reasons why young people dismiss the possibility of engaging in education/training.

| Categories | Records | Evidence (transcripts) |
|--|---------|--|
| Lack of interest and/or disbelief in qualifications | 7 | <p>"I have achieved my personal expectations with my school level. In my opinion in Portugal, at the moment, it's not worth getting a lot of schooling because the country doesn't recognize it, let's face it, the salary is not that different for someone with compulsory schooling and someone with higher education".</p> <p>"In the near future I don't see myself going back to school as I have a degree and it's been a year and a half since I've been able to get a job in my area of choice".</p> <p>"I am not interested. At the moment I feel that the training I have is enough".</p> |
| Family responsibilities and/or financial reasons | 6 | <p>"I want to start a family".</p> <p>"Because of my age and family responsibilities, like expenses".</p> <p>"School doesn't put a roof over my head or give me money to support myself, but I'd love to finish the 12th year".</p> <p>"I don't have the financial means to take another master's degree".</p> |
| Career guidance | 4 | <p>"I've had my share of studies, from now on I want to progress professionally".</p> <p>"I'm focused on finding a job".</p> |
| Health reasons | 2 | <p>"Cognitive delay (I cannot build more skills)".</p> <p>"Health reasons make it impossible for me right now".</p> |

The impression arising from the respondents' replies is lack of interest and discredit in diplomas, as on the one hand they feel they have the desired and sufficient qualifications and on the other hand they find no advantages in taking new formative paths especially due to poor recognition and eventual return that such investment could represent in terms of pay. Besides feeling that the level of qualification they have at the moment is enough and adequate to the desired professional area in the job market, respondents are also frustrated that they are not able to find a job in the area in which they have invested so much, that is, the pay they hope for is not what they presumed should be as a result of a higher education course.

Family responsibilities and financial difficulties of respondents are the obstacles that determine withdrawing from education/training, because despite the interest shown in raising their qualifications young people see themselves unable to prioritize education over entering the job market guaranteeing them dignified living conditions and, consequently, the conditions for enhancing the development of their desired projects, for example, starting a family.

As far as career guidance is concerned, since young people feel that they have already spent too much time studying, their plans are to dedicate themselves exclusively to developing their professional career, hoping to join the job market as soon as possible.

Although health issues are one of the least representative categories in this sample, they are nevertheless one of the reasons for withdrawing from an education/training pathway, as besides more general issues a more specific reason is given, namely cognitive difficulties.

3.3. Managing the “holding pattern” and perceptions of current life

The results of the applied questionnaire were complemented with the perceptions undertaken by the two young women during the autobiographical accounts, allowing a better understanding of the characteristics of the NEET situation, especially in a pandemic period and, consequently, to follow research lines consistent with and complementary data obtained in the previous stage.

In relation to how young women occupy their time, and despite the current pandemic scenario, there is a certain predisposition for more passive activities in both cases, especially watching television (films and series), internet and social media. This seems to be consistent with some of the results arising from the study's quantitative stage, as television and internet stood out as the most frequent activities among young people, and in the specific case of the internet, a greater tendency among females to use social media.

In this period of uncertainty and insecurity, one of the young women took on the role of informal caregiver in a family context, a situation that deserves particular attention as it is a factor that should be borne closely in mind when we talk about young female NEETs.

“I’ve been occupying myself on the internet watching Netflix series, I’ve been doing that a lot”
(A).

“(.) between watching series, being on Facebook, taking care of the house ... and I try to go out, because staying within four walls is bad for the head, at least take hygienic walks which is good enough, wearing a mask and all that ... and I’ve been focusing a little bit on my pregnancy” (B).

“At the beginning two of my aunts fell ill and I helped them at home. They eventually passed away. I was a difficult time. I also helped my boyfriend’s grandmother. But there wasn’t much else to do ...” (A).

The accounts given by these young women suggest a limited and frustrated job seeking effort not only due to the pandemic situation and the country’s weak socioeconomic context, but also because of the lack of offers that matched their expectations and interests, in addition to one of the young women being pregnant.

“I looked for some jobs and there was only one company... it was a Call Centre in Lisbon, but it wasn’t really the area I liked, it was for canvassing clients and I don’t see myself doing that, so I said I wasn’t interested. (...) as a receptionist and being unemployed, I was there for one year until March last year, but as soon as they heard about the pandemic they let go everyone (...) they immediately said they weren’t going to renew [contracts], even though I had already signed my contract saying that I accepted the renewal of the contract, I had already accepted, I had it written down ... they said that it was worth nothing and sent me away, me and everyone else there” (A).

“It’s very difficult for me being unemployed because I really like working, I always like to be doing something. Obviously in this case it’s a little bit different because I’m pregnant, but in general it’s very complicated for a person to be at home doing nothing, not knowing what’s going to happen, what to expect in terms of money and all that” (B).

Regarding the intention to take up new education/training activities, participants shared uncertain, undefined and even hesitant opinions. So, while one of the young female respondents said she liked her area of training and saw no benefits in investing in a new training experience (possibly higher education), the second respondent said that this is not something in which she is interested at the moment mainly because she is pregnant, although she did recognize that training could add value to her future.

“(...) I happened to know that my school was organizing a Luxury Tourism course and I was interested in taking it, but they didn’t post any further information. Maybe if they give more information, what it consists of, I might sign up for the course. In the meantime, if this improves, I’m thinking about university, but I don’t know ... because it won’t be much different from the course I took. I took a Level 5 course and the university’s is Level 6 and recognizes almost all 1st year subjects and half of those of the 2nd year. I don’t know, I’m still thinking about it. I like this area and I don’t see any other area that I’d be interested in, I really like this one” (A).

“I don't know, I might have said yes a few years ago, but at the moment, maybe it's not in my plans to take a degree or something like that. I believe that it is very useful and ... it helps a lot in the future, but personally I don't see myself pursuing it in the future” (B).

The account given by the first young woman about her current moment in life denotes a certain crystallization and even accommodation to this ‘holding pattern’, clearly exacerbated by the overall pandemic context. Despite this more passiveness attitude, we clearly note the desire for freedom and independence that would allow them to leave their parents’ home and tread their own path, as well as the awareness that the current pandemic situation and unemployment are strong barriers to achieving their life projects.

The account given by the second young woman further underlines the feeling of stagnation, adding, however, a very particular circumstance: the fact that she has an unplanned pregnancy. The ‘snowball effect’ between becoming unemployed and finding out she was pregnant increased the difficulties and constraints, delaying the achievement of her life projects.

“As the pandemic progressed, because I'm living with my parents I sort of stopped looking for a job ... I let it go. Fortunately, I'm lucky that I don't need to search for a job ... I can be like this, I'm lucky (...). The worst thing would be to be in a company, wanting to move forward, climb the career ladder and now being stuck ... have more autonomy to be able to, for example, leave my parents' house and move in with my boyfriend. This is obviously impossible to do now because he's also studying. I am now unemployed, so we won't be able to move forward in that respect. I want to move forward, make changes and the fact that I'm unemployed obviously isn't helping” (A).

“(...) I was looking for a job, but then I found out that I was pregnant and then I put job seeking on hold (...) it was like a snowball effect because I found out I was pregnant and it was not something we had planned ... it didn't help achieve other plans either. And the fact that I had to wait and that during the pandemic it was hard to find a job, I think it was very complicated for a person to try to find out what they were going to do later ... The idea would be that at this point you would have something and me and my boyfriend had to choose to stay here at my parents' house because it's always easier. We had to postpone some projects that were meant to be done and that's it ... we can't do them now” (B).

4. Discussion

In line with the results of the questionnaire, the thoughts and convictions shared by each of the two young women led to the analysis of their current moment in life in order to understand how they felt about the NEET experience over one year and its relation with their life projects. This analysis is of extreme relevance for understanding the problem of young people who neither study nor work especially as it concerns the perceptions and meanings of those who experience firsthand such a challenging situation.

The predictability of the prevalence of female young NEETs reflects a trend demonstrated in the literature, which shows a greater propensity among women to enter into a NEET situation compared to men. Indeed, in Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) countries, 16.5% of women (18-24 years) are NEETs, this figure dropping to 14% among men of the same age (OECD, 2021). Note that the reasons for the NEET situation between men and women also differ, as in almost all OECD countries most women are NEET-inactive and most men are NEET-unemployed. On average, in 2020 almost 70% of NEET women were inactive compared to 50% of NEET men (OECD, 2021). In terms of inactivity, whereas the NEET situation of women is widely explained by family responsibilities, that of men is mainly justified by health and other factors (OECD, 2016).

We cannot ignore the gender contrasts found which are interconnected with some trends found in other studies. The perceptions of young women during the autobiographical accounts echoes the findings of some authors that women were more predisposed to ‘home-based’ activities (Sousa & Fonseca, 2014; Brenner *et al.*, 2008; Franch, 2002). In fact, compared to women, men show a more active and even sociable attitude by practicing more sports and socializing more with friends. This indicator reinforces the greater withdrawal of women, who seem to prefer activities in the comfort of their home possibly due to the tasks they undertake (e.g. family responsibilities).

The NEET rate, which tends to be higher for women, is accompanied by family responsibilities and house chores assigned to these women, perpetuating a stereotype view of some duties as an integral part of the woman’s role, which have consolidated strong asymmetries resulting in a barrier to an equitable gender identity (OECD, 2016). Although dismissal is at the root of the unemployment situation of participants, it is important to ask ourselves to what extent has accepting these family responsibilities, such as the role of informal caregiver, not conditioned their predisposition to actively seek employment and visibility in the face of possible job opportunities, being, even if unconsciously, a pretext for corroborating the apparent inactivity and resignation. All these issues should be analysed in more depth and more comprehensive studies are essential to provide such reflection.

The significant percentage of single young people, without children and still living with their parents³⁶ shows the sometimes long-lasting situations of dependence that these young people experience, sparking complex challenges and obstacles to financial self-sufficiency and freedom to plan and achieve their life projects, e.g. starting a family (Guerreiro & Abrantes, 2007; Frias *et al.*, 2020; Reiko, 2006). Assuming that such experiences are indicators of adulthood, this suggests that in this regard “the process of transition to adulthood is far behind schedule compared to a few decades ago” (Sousa & Fonseca, 2014, 74). The fact that young women live with their parents and

³⁶ Portugal is one of the European countries with the largest number of young people aged 18 to 34 living with parents (Xerez *et al.*, 2019).

receives all the support and back-up from them may drive to a certain inactivity and hinder active job seeking.

In accepting the forced break, the alternative option for the young woman who finds herself without a job or prospects of finding one is to live at home with her parents, as she has no means to ensure her financial independence to support the family she is about to start. In fact, the unemployment situation and consequent financial insecurity experienced by young people meant that their parents' home became their main source of security during the pandemic, helping to mitigate the feeling of social exclusion (Eurofound, 2021).

The significant number of young people who completed secondary and higher education emphasizes the extent of the problem of young people who do not study or work, because although the NEET situation is commonly associated with low educational achievement, early school leaving and, consequently, more vulnerability for young people, a higher education level does not mean a ticket to employment, a growing and significant number of young NEETs having a higher education level (Frias *et al.*, 2020; Alcoforado *et al.*, 2018).

Unquestionably, the Covid-19 pandemic has heightened the difficulties faced by young people in the transition to the job market. Knowing the professional area in which two young women worked in the pre-pandemic period – tourism and commerce – it is easy to establish a relation between the dismissal of both as soon as the pandemic broke out and the main challenges and consequences faced by the Portuguese labour market. The most alarming consequences of the pandemic crisis affected young people with intermediate qualifications and precarious contracts, especially temporary contracts³⁷ in the tourism and support services sector and resulted in a strong increase in youth unemployment, compounded by the fact that only half of those affected benefited from unemployment protection measures (Eurofound, 2021). In this respect, we note the frailties in the current access to the labour market by a significant share of young people, based on short-term, unstable work placements often in an informal economy setting, which prevents access to employment protection measures (e.g. unemployment benefits) and hinders medium and long-term individual and family projects (Albuquerque, 2014).

Transition to adulthood, especially the transition from education to employment, should not be limited to the analysis of dynamics and trajectories between educational/training spaces and the labour market, as other relevant aspects are involved in the comprehensive development of individuals. Therefore, it is crucial to know and rethink the uses of time and space, as well as the relations which young people establish with the territories in which they live in terms of resources and activities available to them.

³⁷ According to Eurostat, in 2020 Portugal was the fourth country with the largest share of young people with temporary employment contracts (43.7%).

Regarding the activities carried out by young people, even if the time spent with friends is considerable, it is important to reflect on whether the use of time contributes to promoting the desired momentum for proactive and dynamic job-seekers, or whether, on the contrary, it heightens discouragement, frustration and even ‘escape’ from reality whereby they prefer passive activities such as watching television or surfing the internet. In other words, to what extent the capacity to absorb time in this form of schedule, by subtracting other moments/times of quality and more relevant for the personal development of young people, is not a source of hetero conditioning (or even dependence), blocking their potential to realize their aspirations (Munné & Codina, 2002).

Again it seems important to discuss the choices young people have been making in terms of places visited, especially because they have not regularly visited places essential for their personal, cultural and civic development such as museums, libraries and cultural or recreational associations, which showed low average visits. We need to ask some serious questions: is this tendency hindering access to opportunities and contact network vital for young people’s personal development in view of their current life circumstances? Is it simply a lack of interest and motivation on their part? Or is there a need for external action to boost the characteristics of each space, interests, needs and expectations of young people? How can local spaces become more attractive such that they draw these young people to visit them and perhaps be an additional support to transitions through a concerted local strategy?

All these questions lead to the need to redefine these resources based on a challenge conducive to opportunities for development and learning in all spaces and throughout life, especially for young people who are not integrated in important social subsystems and, therefore, more susceptible to social exclusion. We, therefore, underline the importance of creating a collaborative network oriented towards a common mission – to enhance the construction of a territory truly committed to the success of people’s life paths, preferably interdependent, achieved by transforming life contexts and increasing the personal, social and professional development opportunities for its citizens, given their many diverse life circumstances.

Recent technological transformations in recent years and the gradual move to a new digital era have changed the profile of social interactions, both in terms of access to endless information resources and in terms of communication. Modern, new communication technologies and their developments have a decisive influence on the behavior of individuals, directly affecting how they interact with others and how they experience and appropriate a space and time guided by information available at all times and everywhere. The intersection between results achieved and indicators demonstrated in other studies is evident, certain trends related to gender and age variations also noticeable alongside an exponential use of the internet at a global level.

Social media has been gaining a foothold in the preferences of individuals, especially the younger ones, and as they grow older they use these platforms less. Similarly, a markedly female profile surfaces from these new social connection structures, since the share of female internet users

tends to be higher than that of male users (OberCom, 2014; OberCom, 2010). Irrespective of the gender trends observed, assuming that the intense use of social media as mere entertainment is a reductive view of their potential in current dynamics insofar as such structures, together with specific job search websites, are essential mechanisms for disseminating opportunities at the critical moment of job search, not only because they advertise recruitment agency and company job offers but also because of the network of contacts set up with a considerable number of people and entities (Requena, 1991).

Although we have analyzed the choices made by young people in terms of how they enjoy a new time and space, we cannot fail to include the influence of certain external conditioning factors into the equation – social, cultural, political and economic – which inevitably bring about changes in the perception and experience of this time/space. Therefore, the relevance of the convictions built, we propose future investigations aimed at a greater understanding of the relationship between young people and the different areas of the territory, taking into account the impact of the desirable dynamics of cooperation for their transitions.

Participants' answers to the open question of the questionnaire – reasons why young people dismiss the possibility of engaging in education/training – point to a crucial aspect which is the upgrade of vocational training, which presupposes eliminating standardized offers so often mismatched with young people's expectations, talents and interests, and hopefully adapting them to the actual aspirations of young people and market needs. At the same time, inconsistencies of current policies are of note (especially in terms of social protection), because although the idea of a lifelong learning is established, the fact is that the support for achieving such endeavor shows frailties and restrictions, translating into lack of substantive support and thus preventing young people from benefiting from such opportunities regardless of their position in the life cycle (Albuquerque, 2014). In the autobiographical accounts, the young women's apprehensive also quotes the climate of insecurity which hovers over their current life compounded by the difficulty in considering new pathways in an unpredictable future due to their doubts and uncertainty, investing in something that may not significantly improve their employability and or result in the expected return – a place in the job market consistent with their professional and personal aspirations.

This work shows and emphasizes the importance of comprehensive studies on how young people live these experiences (and their relation with other indicators) to enhance reflection around multidisciplinary policies underpinned by criteria other than unemployment statistics (Albuquerque, 2014). We need to listen to young people and their families in order to assess their difficulties, needs, expectations and interests.

5. Conclusion

Young people are involved in the never-ending process of building and conquering a time and space of trust in which they can participate and are unequivocally more susceptible to a wide range of influences. The effects of the Covid-19 pandemic have corroborated this permeability both by impacting the course of their lives and creating risks for the social cohesion of the communities in which they live.

The collapse of what was once the normal, rooted in a traditional path of sequential and well-defined transition, has completely changed, bringing about a surge of precariousness and uncertainty that forces young people to constantly re(create) themselves given the many distinct models of transition to adulthood, establishing highly tangled pathways that vary between moments of activity and inactivity throughout their life cycle. Young people show some apprehension about the future as a result of the current times of insecurity and unpredictable trajectories and, of course, the inability to assertively accept their beliefs in planning and building the foundations that enable them to achieve their life projects.

Looking at education and work as pathways to a more successful transition to adulthood it is easy to see the devastating consequences for young people who find themselves in a “holding pattern”, given their withdrawal from these fundamental social subsystems. The unpredictability of today’s life paths, the breakdown of the boundaries between education and work and the ambiguous succession of employment, unemployment and training situations throughout people’s working lives severely constrain the organization of individual temporalities. In this sense, lifelong education is of the utmost importance as a necessary principle for uninterruptedly re(creating) knowledge essential to capture a permanently evolving society in its different contexts.

While recognizing that multiple factors contribute to a NEET situation (and other problems affecting young people), it is hardly enough for young people to be motivated, knowledgeable and experienced to pursue an illusory employability, not least because this so widespread and ingrained word that means the “individual ability to find space and be successful in the labour market” (Alcoforado *et al.*, 2018, 5) seems to contribute to the alienation of other factors as or more fracturing which rely on opportunities, resources and surrounding circumstances. It is, therefore, crucial to break with fragmented and one-sided views that only call for often conditioned attitudes, values and individual choices of young people, bringing all the structural constraints and limitations of educational and economic systems into the equation, affirming the importance of a coordinated approach that ensures strategic actions and effective public policies for the personal and professional development of individuals in a desirable combination between individual empowerment and contextual empowerment (Guerreiro *et al.*, 2007).

Conquering the much desired freedom and independence by young people clearly entails the construction of objective and targeted opportunity frameworks – integrated and holistic policies

– capable of breaking down structural barriers and ensuring the achievement of realistic and challenging life projects and which at the same time foster the consolidation of support networks compatible with a fairer and more consistent transition to adulthood (Albuquerque, 2014). In other words, it is important to understand that any self-empowerment policy will always remain at the margin of its objectives if, at the same time, plans are not made for overcoming structural obstacles in order to foster the achievement of individual aspirations and freedom of decision.

This study allowed us to know and understand how young people experience challenges and reinvent themselves to reshape and recreate new ways of life, overshadowed by insecurities and uncertainty given the recurrence of these situations. Hopefully this contribution will help to rethink intervention in terms of guidance and counseling towards the construction of public policies that are truly committed to their life paths. Undeniably, any intervention must consider young people at the center of the construction of their future paths, in close articulation with policies based on the context, enriching life spaces, diversifying their experiences and challenging them culturally.

It is clear that this complex new era and the asynchrony of life cycles and transition to adulthood requires a multidimensional approach that ensures coherence and consistency in adapting to and conciliating employment-promoting policies without overlooking educational, family and social protection systems. In pursuing these aims, we must overcome limitations and commit to reflecting, dialoging, planning and taking concerted action in various areas – economy, education, social action and culture – to promote employment, education and lifelong learning and support the achievement of life projects (support for starting a family, in the renting market, among others) rather than having piecemeal, remedial and anachronistic measures to deal with the idiosyncrasies of today's society.

Without the rigor and commitment of this work, based on real knowledge of the needs, difficulties and interests of young people in the territory, any political intervention at european, national or local level will be left out of its potential in building adjusted and effective solutions to the increment of successful transitions. Calling the territory as a learning and development environment, it is essential to reinforce networking dynamics, identify and understand the real needs and barriers faced by young people and mobilize local partners not only committed to responding to these needs, but also with the mission of open horizons.

We conclude these thoughts with the firm belief that a shared regulation of strategic policies and actions geared to young people anchored in a holistic view of life cycles will unravel the knots that stifle the potential of these individuals. From the point of view of life design, whose intervention is intended “to help people in their construction of the self”, it is essential to ensure respect for the active role of young people in building realistic and challenging life projects (Guichard, 2018, 268). We reaffirm the importance of local policies, giving the state, markets and community the power to co-create initiatives which will strongly help consolidate effective links between the different structures that converge to fulfil a common mission – transform the life paths

of our young people ensuring favourable conditions for their development and the full integration of rights, duties, opportunities and freedoms.

6. Bibliography

Alberich, N., Fabra, S., Sala, M. & Serracant, P. (2020). *Youth, COVID-19 and inequalities: Current and prospective situation – Part I: Situation and needs of youth*. Barcelona: Agència Catalana de la Joventut.

Albuquerque, C. P. (2014). Transição para a adultez: dessincronização do ciclo de vida e (in)adequação das políticas de proteção social. In António Castro Fonseca (Ed.), *Jovens Adultos* (pp.317- 343). Coimbra: Almedina.

Alcoforado, L., Frias, M., Cordeiro, A. R., Fonseca, A. C. & Oliveira, M. (2018). Educação e (não) Trabalho. Indagações sobre uma relação sempre controversa, a propósito dos jovens que não estudam nem trabalham. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 13 (34), 38-58. doi:10.35168/2175-2613

Amado, J. & Ferreira, S. (2014). A entrevista na investigação em educação. In Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 207-232). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Brenner, A. K., Dayrrel, J., & Carrano, P. (2008). Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In N. Teles (Org.), *Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz* (pp. 29-44). Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

Bynner, J. & Parsons, S. (2002). Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training (NEET). *Journal of Vocational Behavior*, 60 (2), 289-309.

Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.

Eurofound (2021). *Impact of COVID-19 on young people in the EU*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2012). *NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

- Franch, M. (2002). Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19 (2), 117-132.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (2004). *Vulnerable young men in fragile labour markets. Employment, unemployment and the search of long-term security*. York: Joseph Rowntree Foundation.
- Frias, M., Alcoforado, L. and Cordeiro, A. R. (2020). O Caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios. *Práxis Educacional*, 16 (42), 186-216. doi:10.22481/praxisedu.v16i42.7348
- Fonseca, A. C. (2014). Transição para a vida adulta: o papel do autocontrolo. In António Castro Fonseca (Ed.), *Jovens Adultos* (pp.133 - 162). Coimbra: Almedina.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. & Pereira, I. (2007). Transições na juventude. Percursos e descontinuidades. In M. D. Guerreiro, A. Torres & L. Capucha (Eds), *Portugal no contexto Europeu, Volume III, Quotidiano e qualidade de vida* (pp. 239-262). Oeiras: Celta Editora.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in a southern European country: Transitions in Portugal. *Portuguese Journal of Social Science*, 3, 191-209.
- ILO (2020a). *Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and the future of jobs*. Geneva: International Labour Office.
- ILO (2020b). *Monitor: COVID-19 and the world of work. Fourth edition Updated estimates and analysis*. International Labor Organization.
- Mauritti, R. (2002). Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 85-116.
- Munné, F., & Codina, N. (2002). Ocio y tempo libre: Consideraciones desde uma perspectiva psicossocial. *Revista Licere*, 5 (1), 59-72.
- OECD (2021). *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>.
- OCDE (2016). *Society at a Glance 2016: OECD Social Indicators*. Paris: OECD Publishing.
- O'Guinn, T. & Shrum, L. (1997). The Role of Television in the Construction of Consumer Reality. *Journal of Consumer Research*, 23 (4), 278-294.
- OberCom - Observatório da Comunicação (2014). *A Internet em Portugal. Sociedade em Rede 2014*. Lisboa: Publicações OberCom.

- OberCom - Observatório da Comunicação (2010). *A Utilização de Internet em Portugal 2010*. Lisboa: Publicações OberCom.
- Passeron, J-C (1990). *Biographies, flux, itinéraires, trajectoires*. *Revue Française de Sociologie*, 31 (1), 2-22.
- Peneff, J. (1990). *La méthode biographique*. Paris: Armand Colin.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.
- Reiko, K. (2006). Youth Employment in Japan's Economic Recovery: 'Freeters' and 'NEETs'. *The Asia-Pacific Journal*, 4 (5), 1-5.
- Requena F. (1991). *Redes sociales y mercado de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional* - Colección Monografías, nº 119. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas,
- Sousa, B. & Fonseca, A. C. (2014). Tornar-se adulto em Portugal no início do século XXI: elementos para um retrato. In António Castro Fonseca (Ed.), *Jovens Adultos* (pp.65-86). Coimbra: Almedina.
- Schoon, I. (2014). Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of young people in England (LSYPE). *Longitudinal and Life Course Studies*, 5 (2), 129 – 150.
- Smith, C., Christoffersen, K., Davidson, H. & Herzog, P. S. (2011). *Lost in transitions. The dark side of emerging adulthood*. New York: Oxford University Press.
- Sue, R. (1999). Dinâmica dos tempos sociais e processo educativo. In Carré, P. & Caspar, P. *Tratado das Ciências e Técnicas da Formação* (pp. 103-120). Lisboa: Instituto Piaget.
- Zuccotti, C. & O'Reilly, J. (2019). Ethnicity, Gender and Household Effects on Becoming NEET: An Intersectional Analysis. *Work, Employment and Society*, 33 (3), 351-373.
- Xerez, R., Pereira, E. & Cardoso, F. D. (2019). *Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Capítulo IV. Transições escola-trabalho em tempos de crise pandémica: contributos para a compreensão a partir das experiências de Jovens NEET³⁸

School-work transitions in pandemic crisis times: contributions to understanding from the experiences of young NEET

Mafalda Frias

Universidade de Coimbra – Portugal

Luís Alcoforado

Universidade de Coimbra – Portugal

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra – Portugal

Resumo: Nas últimas décadas, a transição para a vida adulta tem vindo a tornar-se mais complexa e prolongada, não raras vezes intermitente e reversível. Este fenómeno tem dado visibilidade a uma série de constrangimentos que afetam o desenvolvimento das trajetórias dos jovens, dos quais se destaca a precariedade laboral e o desemprego, culminando em conjunturas NEET (not in employment, education or training). Para quem já enfrentava uma posição de maior vulnerabilidade a flutuações estruturais, os constrangimentos desencadeados pela pandemia de Covid-19 vieram ampliar e adensar as dificuldades dos jovens no processo de transição para a vida adulta. Enquanto terceira fase de um estudo de caso sobre os jovens que não estudam nem trabalham, neste trabalho propomo-nos a rever algumas das conclusões mais relevantes reunidas em etapas anteriores, relacionando-as com um conjunto de perceções geradas a partir de um *focus group* com participantes integrados numa resposta pública para jovens NEET do município de Sintra (Portugal) – razões, desafios e vivências da situação NEET; e perceções sobre o sistema educativo, transições e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Jovens NEET. Transição escola-trabalho. Covid-19.

Abstract: In recent decades, the transition to adulthood has become more complex and prolonged, often intermittent and reversible. This phenomenon has given visibility to a number of constraints affecting the

³⁸ Artigo publicado na *Revista Trabalho & Educação* | <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/41849>.

development of young people's trajectories, of which job insecurity and unemployment stands out, culminating in NEET (not in employment, education or training) situations. For those who already facing a position of greater vulnerability to structural fluctuations, the constraints triggered by the Covid-19 pandemic widened and accentuated the difficulties of young people in transition to adulthood process. As the third stage of a case study on young people who neither study nor work, in this work we propose to revisit some of the most relevant conclusions drawn in previous stages, relating them to a set of perceptions generated from a *focus group* with participants integrated in a public response to young NEETs in the municipality of Sintra (Portugal) – reasons, challenges and experiences of the NEET situation; and perceptions about the educational system, transitions and the labor market view.

Keywords: Young NEET. School-work transition. Covid-19.

I. Introdução

Alicerçado numa abordagem compreensiva e contextualizada do fenómeno NEET (not in employment, education or training), o presente trabalho reflete a terceira etapa de um estudo de caso desenvolvido num município da Área Metropolitana de Lisboa (AML) – Sintra (Portugal), pelo que, a partir desta realidade local, e considerando o caminho de investigação até então percorrido, procuraremos sintetizar algumas das conclusões mais relevantes sobre a problemática dos jovens que não estudam nem trabalham. Esta caracterização representa, assim, uma base para a apresentação e discussão de um conjunto de reflexões decorrentes de um *focus group* com jovens que se encontravam integrados numa resposta pública – o *Bytes4Future*, um programa de *upskilling* para as competências digitais destinado a jovens NEET entre os 18 e os 29 anos, residentes no concelho de Sintra³⁹.

Na verdade, os jovens experienciam, na contemporaneidade, trajetórias altamente individualizadas e labirínticas, enfrentando períodos de exploração identitária mais extensos, corolário do prolongamento da experiência educativa, do atraso no acesso ao trabalho remunerado e, por conseguinte, do adiamento de um conjunto de eventos próprios da idade adulta, refletido na dependência permanente em que muitos vivem, situação impeditiva de uma plena autonomia, liberdade e realização pessoal (FRIAS, ALCOFORADO & CORDEIRO, no prelo; PAIS, 2016; GUERREIRO & ABRANTES, 2007).

Estas dinâmicas vêm sendo intensificadas pelas especificidades dos contextos socioeconómicos (e.g. precariedade laboral, baixas qualificações e influências intergeracionais), deladoras de alarmantes e duradouras repercussões para o planeamento e concretização de projetos de vida dos jovens, onde se inclui o fenómeno NEET (DICKS & LEVELS, 2022; FRIAS,

³⁹ O *Bytes4Future* resulta de uma parceria entre a Fundação Aga Khan e a Câmara Municipal de Sintra, integrando duas modalidades sequenciais: o *Power Up*, um programa de aceleração assente no desenvolvimento de soluções digitais e artísticas; e o Programa Avançado orientado para o desenvolvimento de competências *Junior FullStack Developer*.

ALCOFORADO & CORDEIRO, 2021; EUROFOUND, 2016). Ainda que o abandono escolar precoce e as baixas qualificações constituam fortes preditores de transições problemáticas, torna-se cada vez mais evidente o crescente número de jovens altamente qualificados confrontados com profundas dificuldades de integração profissional, demonstrando que um diploma está longe de prefigurar uma via de acesso direto a um trabalho digno (FRIAS, ALCOFORADO & CORDEIRO, 2020).

Assistimos, ao mesmo tempo, a uma tendência para a estigmatização dos jovens, traduzida na adoção de um discurso político que os responsabiliza pela falta de motivação e competências, entre outros atributos individuais, arremessando para segundo plano os perfis heterogêneos da conjuntura NEET, os desafios estruturais e as desigualdades que encontram, amplamente suportadas pelos processos de precarização laboral, pelas diretrizes ao nível das políticas de emprego, educação e formação e pela própria evolução global do sistema económico (LEVELS, BRZINSKY-FAY, HOLMES, JONGBLOED & TAKI, 2022; STRECKER, LÓPEZ, & CABASÉS, 2021; ALVES, 2007).

As mudanças significativas que vêm irrompendo na esfera do trabalho constituem uma realidade inquestionável da contemporaneidade. Com efeito, em prol de um movimento de reorganização das estruturas produtivas e de proliferação de “formas flexíveis de emprego” (KOVÁCS, 2004, p. 34), assiste-se à influência desmedida de uma lógica financeira, na senda de uma estratégia de resposta imediata e de adaptação às exigências da globalização, da volatilidade do mercado e da competitividade das economias (ESTANQUE, 2005). Os efeitos destas dinâmicas geram um cenário de instabilidade geral do mercado de trabalho e, conseqüentemente, conjunturas de grande precariedade, características das economias capitalistas, num clima onde impera a incerteza, a insegurança e a vulnerabilidade dos trabalhadores (HEWISON, 2016).

Perante o flagelo da precariedade dos atuais mercados, é essencial travar a tendência de dissociação entre o que acontece na esfera educativa e o que acontece no domínio das políticas gerais. A educação não poderá limitar a sua atuação a uma função estanque de preparação para o trabalho, à luz dos “discursos estruturais das políticas dominantes”, ancorada na sobrevalorização das vertentes económica e profissional, onde a “acumulação de saberes e capacidades (conseguir vantagem competitiva do ter) é soberana” (ALCOFORADO, 2008, p. 74). Ao invés disso, deve conceber o seu espaço e tempo como um privilegiado palco de interação entre as diferentes dimensões educativas, numa total sinergia entre múltiplos saberes e competências essenciais à concretização dos projetos vida de cada um.

Asseverando a maior permeabilidade dos jovens aos efeitos de períodos de crise, reconhece-se que as dificuldades experienciadas nos seus processos de transição para a vida adulta foram intensificadas com a eclosão da pandemia de Covid-19, a qual terá invertido, significativamente, os progressos económicos e sociais alcançados nos anos anteriores, desencadeando perdas massivas de postos de trabalho e parcas perspectivas de recuperação (OCDE,

2021; EUROFOUND, 2021). As consequências da crise pandémica adensaram a precariedade existente, ao reproduzir um clima de insegurança e instabilidade com consequências particularmente severas para os jovens e o seu desenvolvimento profissional, perspetivas e projetos de vida futuros (ILO, 2020a; ILO, 2020b; ILO, 2020c).

Para além da complexidade de um mercado de trabalho altamente estratificado e imprevisível e da maior suscetibilidade dos jovens às flutuações socioeconómicas, irrompe um inevitável questionamento da cultura da própria escola. Se é verdade que a escola representa um espaço e tempo de criação de oportunidades de desenvolvimento pessoal e de exploração identitária, potenciadora de princípios de igualdade e equidade, é pois crucial travar a reprodução de cenários de desequilíbrio e injustiça, bem como romper com “modelos organizacionais rígidos e uniformes” que caracterizam grande parte da história da escola nos últimos dois séculos, dando lugar a “espaços onde todos possam formar e realizar suas aspirações de transformação, mudança e bem-estar” (UNESCO, 2022, p. 96).

Em resposta aos desafios hodiernos, a escola terá de passar por um grande processo de transformação, afirmando-se como centro vital de crescimento do mundo e como um lugar onde se aprende de forma personalizada e em comunidade, estabelecendo pontes entre o domínio cognitivo e as competências transversais, no sentido da construção identitária e de projetos de vida com sentido (CNE, 2021; SHORT & KELLER-BELL, 2021; CLEARY, KERRIGAN & VAN NOY, 2017; CALVO, 2015; DELORS, 2010). Se, como recordam Collard e Looney (2014), um dos grandes desafios da educação no século XXI é preparar as crianças, adolescentes e jovens para o desconhecido, é também essencial criar um processo transformador que lhes possibilite, individual e coletivamente, alcançar oportunidades que potenciem a descoberta dos seus talentos individuais, num ambiente onde queiram aprender e onde possam identificar espontaneamente as suas paixões (ROBINSON, 2010). Este momento de viragem apela a uma inadiável convergência de esforços no sentido da concretização de novos modelos e práticas pedagógicas, tornado a escola mais democrática e congruente com as exigências da atualidade (TRINDADE & COSME, 2010).

2. Metodologia

Enquanto terceira etapa de uma investigação mais alargada, este trabalho desenvolveu-se na zona periférica de uma grande área urbana – Sintra (Portugal) – marcada por acentuadas assimetrias sociais e culturais, um dos fatores de risco mais significativos referenciados pela literatura sobre a condição dos jovens que não estudam nem trabalham (SCHOON, 2014; EUROFOUND, 2012). Através de um *focus group*⁴⁰ com jovens integrados no projeto

⁴⁰ No momento do *focus group*, os participantes frequentavam o início do *Power Up*, um programa de aceleração que, para além de constituir uma etapa basilar para evoluir para o programa seguinte, também representa uma forma de os

Bytes4Future, pretendemos compreender os significados atribuídos pelos participantes à situação NEET, no sentido da obtenção de uma posição consensualizada ou não consensualizada sobre aspetos provenientes de uma pesquisa por questionário na etapa precedente.

A compreensão da experiência individual, social, educativa e profissional, preconizada pelo *focus group*, pressupõe um processo interativo orientado para a produção de “um amplo corpo de dados expressos na própria linguagem dos respondentes e do seu contexto” (AMADO, 2014, p. 226), tendo como principal desígnio alcançar uma posição convergente ou um dissenso generalizado, revelados no discurso (re)criado no seio do grupo, numa criação intersubjetiva de significados e sentidos (ORTEGA, 2005; CALLEJO, 2001).

Sistematizando as principais características sociodemográficas dos oito participantes envolvidos (Quadro 1), observa-se uma distribuição de género equitativa, cujas idades variam entre os 23 e os 29 anos. No que concerne aos níveis de escolaridade, é de ressaltar que metade dos participantes apresentavam qualificações de nível superior, três tinham concluído o Ensino Secundário e apenas um tinha o 3º CEB. A conjuntura em termos de núcleo familiar variava, ainda que metade dos participantes se encontrasse a coabitar com os pais. Quanto à situação anterior face ao emprego (situação precedente à integração na iniciativa *Bytes4Future*), apenas uma participante se encontrava à procura da sua primeira experiência profissional, enquadrando-se os restantes numa situação de desemprego.

Quadro 1. Caracterização dos participantes.

| Participantes | Sexo | Idade | Escolaridade | Nacionalidade | Núcleo familiar | Situação face ao emprego |
|---------------|-----------|-------|-------------------|---------------|---------------------------|--------------------------|
| A | Feminino | 29 | Ensino Superior | Portuguesa | Vive com os pais | Desempregada |
| B | Masculino | 29 | Ensino Secundário | Brasileira | Vive sozinho num quarto | Desempregado |
| C | Feminino | 29 | Ensino Secundário | Portuguesa | Vive com os pais | Desempregada |
| D | Feminino | 24 | Ensino Superior | Portuguesa | Vive com os pais | À procura do 1º emprego |
| E | Masculino | 23 | 3º CEB | Brasileira | Vive com os irmãos | Desempregado |
| F | Feminino | 29 | Ensino Superior | Portuguesa | Vive com os pais | Desempregada |
| G | Masculino | 25 | Ensino Secundário | Portuguesa | Dividido entre duas casas | Desempregado |
| H | Masculino | 26 | Ensino Superior | Portuguesa | Vive com a irmã | Desempregado |

Note-se que as categorias temáticas elencadas nos resultados emergiram da análise do *focus group*, em total confluência com um conjunto de pressupostos obtidos nas etapas de investigação antecedentes, favorecendo linhas de pensamento livre e desimpedido de qualquer condicionamento.

juvens refletirem e decidirem se, de facto, o seu perfil e motivações se enquadram numa oportunidade formativa com as características e conteúdos do Programa Avançado.

Assegurando um clima de confiança e abertura, totalmente propício à desejável partilha das perceções e experiências pessoais, ao qual se alia a garantia da confidencialidade de tal momento, o registo áudio do *focus group*, autorizado por todos os participantes, possibilitou a transcrição de todas as intervenções e, posteriormente, a análise de conteúdo, tendo sempre em consideração as dinâmicas geradas no interior do grupo.

3. Resultados

3.1. Motivos que originaram a conjuntura NEET e principais desafios experienciados na tentativa de integração no mercado de trabalho

O questionamento em torno das razões pelas quais os participantes, a determinado momento do seu percurso, imergiram numa situação NEET, conduz-nos a um inequívoco consenso, sustentado pelos efeitos da pandemia de Covid-19 que, a partir do ano de 2020, assolou o país e o mundo. Para além do despedimento motivado pelo encerramento e/ou reconfiguração de certos setores económicos (e.g. restauração, aviação...), destaca-se, também, a situação de jovens que concluíram os seus estudos durante a pandemia, facto que criou grandes bloqueios no acesso à sua primeira experiência laboral. De salientar, ainda, um caso particular relacionado com a dificuldade de adaptação a uma nova rotina – a do teletrabalho.

Em Portugal, as repercussões da crise pandémica no desemprego foram quatro vezes superiores entre os jovens, disparando o número de inativos. No primeiro ano de pandemia, a taxa de desemprego jovem teve um aumento de 22,3% até aos 24 anos e de 24,7% até aos 34 anos, quatro vezes superior ao crescimento da taxa de desemprego total (5,9%). Existem menos 100 mil jovens empregados do que no início da pandemia e aqueles que se encontram em situação de inatividade ascendem aos 261 mil (EUROFOUND, 2021).

“Um dos motivos foi realmente a pandemia porque na área de restauração fechou tudo e eles demitiram quase todos os empregados” (E)

“No início da pandemia tivemos que vir para casa trabalhar e eu não lidei nada bem com a rotina de ficar em casa...acabei por me despedir” (G)

No que diz respeito aos obstáculos e desafios encontrados aquando da tentativa de integração no mercado de trabalho, paralelamente aos efeitos desencadeados pela conjuntura pandémica, os participantes enunciaram, consensualmente, um conjunto de aspetos delatores da influência de fatores estruturais. Notoriamente, um dos fatores que referem ter aumentado a sua dificuldade em aceder ao mercado de trabalho relaciona-se com as escassas oportunidades oferecidas pelo tecido empresarial, muito associada à falta de experiência profissional, natural de

um jovem em início de carreira, e com determinados preconceitos inerentes aos processos de recrutamento. Em consonância com evidências alcançadas nas etapas anteriores do estudo é inequívoca a onda de desmotivação, frustração e até um certo sentimento de impotência experienciado por estes jovens, que se veem imersos num autêntico círculo vicioso e contraditório pois, se por um lado, não têm experiência profissional, por outro lado, existe um mercado de trabalho com oportunidades francamente reduzidas para colmatar essa ‘lacuna’ (FRIAS *et al.*, no prelo).

“Para quem acabou o curso é complicado ter a experiência que pedem. Sem oportunidades não conseguimos ganhar experiência. Deixa-me muito em baixo mentalmente...” (F)

“Os RH têm um padrão, preconceitos e põem muito a sua opinião pessoal, não são imparciais, é injusto, não contratam pelas reais capacidades. Ainda existe muito a coisa das cunhas...” (H)

As perceções maioritariamente voltadas para fatores de índole estrutural realçam a necessidade de rutura com perspetivas unilaterais que apenas invocam as atitudes, valores e escolhas dos próprios jovens na predição da condição NEET (FRIAS *et al.*, 2020). Com efeito, a categoria NEET precisa de ser perspetiva como um processo emergente que não se limita a características individuais ou ambientes institucionais, sendo moldado por esta dualidade de fatores (LEVELS *et al.*, 2022). Parece-nos, pois, importante evidenciar a partilha do único participante que admite que os obstáculos encontrados na integração laboral se devem, unicamente, a fatores individuais. Logo, a consciência da interferência de certas conjunturas pessoais inibidoras de total clareza, empenho e motivação, perante a desafiante missão de integrar o mercado de trabalho, deverá ser um aspeto a considerar na construção de programas de apoio à procura de emprego direcionados para os jovens em processos de transição.

“Eu senti sempre que na dificuldade em arranjar emprego o problema vinha mais de mim do que propriamente dos empregadores. Eram alturas em que eu tinha outros problemas ou não tinha vontade ou um objetivo que me fizesse querer realmente aquele emprego” (G)

3.2. Impacto, vivências e condicionamentos da situação NEET

No âmbito do impacto e repercussões desencadeadas pela conjuntura NEET na vida dos jovens, como seria expectável, as experiências e os desafios relatados pelos participantes não se dissociaram do cenário global de pandemia, o qual terá ampliado e adensado alguns dos condicionamentos e dificuldades vivenciadas pelos mesmos. Admiravelmente, uma parcela significativa dos participantes não se limitou à mera, ainda que legítima, descrição do impacto negativo que a conjuntura NEET gerou nas suas vidas, trazendo a palco novos olhares. Partilharam que na impossibilidade de controlar circunstâncias externas é o significado atribuído a uma

determinada situação e a reação à mesma que determina o impacto de qualquer evento. Logo, uma situação que aparentava produzir apenas efeitos negativos, transformou-se numa autêntica oportunidade de aprendizagem, propulsora de desenvolvimento e metamorfose pessoal. As percepções dos participantes dividem-se, assim, em dois eixos – efeitos negativos e efeitos positivos – sendo esta dualidade, em alguns casos, manifestada pelo mesmo participante.

No eixo das consequências negativas irrompem três dimensões basilares reveladoras dos constrangimentos e desafios enfrentados pelos participantes no decorrer do duplo embate de uma pandemia e do afastamento de importantes subsistemas sociais como o emprego e a educação/formação. Primeiramente, é narrada a dificuldade de adaptação a uma nova rotina, causadora de perturbações mentais/emocionais, claramente exacerbada pelas regras de confinamento e isolamento profilático a que o país esteve sujeito durante os períodos mais críticos da Covid-19. Efetivamente, os jovens que experienciaram mais interrupções nos seus estudos ou trabalho demonstraram níveis de bem-estar mental reduzidos (ILO, 2020c).

“Quando fui demitido os meus ritmos estavam trocados e demorei a habituar-me a um novo horário. Há um ano e tal que literalmente trabalhava de noite e dormia de dia” (E)

“Durante a pandemia ainda pior, passava o dia todo em casa, o que me causava ainda mais dificuldades mentais, emocionais...” (C)

Outra das dimensões aludidas prende-se com o domínio financeiro, ao qual se associa uma reconfiguração ou mesmo perda de independência, manifestada nas crescentes dificuldades em fazer face a um conjunto de encargos, chegando a culminar no regresso à casa dos pais. De igual forma, é relatada a frustração de quem se viu privado do acesso a estilos de vida e de lazer, muito associados à cultura de consumo e de socialização, essencial ao processo de modelação identitária. Por fim, ainda no âmbito dos efeitos negativos, destaca-se a angústia sentida pelo despedimento e a frustração inerente à ‘obrigatoriedade’ de mudança de planos.

Ora, a privação da independência dos jovens, resultante da perda de emprego, a necessidade de apoio dos pais (e.g. nível financeiro, coabitação), as profundas transformações na forma de viver, individual e comunitária, decorrentes das medidas de saúde pública implementadas ao longo da pandemia da Covid-19 e o adiamento de projetos pessoais e profissionais parecem ter contribuído, fortemente, para o declínio do bem-estar e saúde mental dos jovens (EUROFOUND, 2021).

“Claro que houve bastantes mudanças na minha vida. Eu era independente, mas tive de sair da minha casa, pôr a minha casa a alugar para ter dinheiro e voltei para casa dos meus pais” (F)

“Quando estava empregado tinha um plano de vida e quando eu vi que o meu plano tinha de mudar completamente, foi tipo quebrar as pernas de alguém que estava tentando correr” (E)

Os efeitos positivos oportunizados por este ‘compasso de espera’ cruza-se com a linha do Ser, estabilizada em processos de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal. Compreendemos

que alguns dos participantes, numa manifestação de resiliência, suplantaram, até certo ponto, a sombria conjugação da situação NEET com a pandemia, amparados pela instalação de uma oportunidade para abrandar e contemplar o momento presente, com todos os seus desafios, enquanto ponte que ligava um passado marcado por escolhas, circunstâncias e resultados e um futuro em aberto, por refletir, planejar e construir.

Os relatos empreendidos pelos jovens denotam, pois, uma postura proativa e de abertura ao conhecimento, num movimento incessante de procura de emprego e de oportunidades formativas capazes de acrescentar valor, honrando um tempo que nunca para, passível de arquitetar novas possibilidades. O desenvolvimento do sentido de responsabilidade e de organização, bem como a melhoria das relações interpessoais foram dimensões partilhadas pelos participantes, pois o ‘olhar para dentro’ e toda a reflexão e tomada de consciência subsequentes incitou o mapeamento de crenças, atitudes e comportamentos, colocando-os em perspetiva, num desejável alinhamento com a melhor versão de um Eu em permanente (re)construção.

“Aprendi que não posso parar e comecei logo à procura de trabalho, formações, algo que me trouxesse mais conhecimento, tentando perceber que rumo é que eu vou ter” (A)

“Sinto que há um crescimento, não em termos profissionais, mas foi um crescimento pessoal de perceber que algumas coisas tinham de ser alinhadas na minha pessoa” (D)

“Obrigou-me a uma reflexão sobre mim. Melhorou bastante a minha relação com outras pessoas. Parei para pensar muito nos meus comportamentos, o que é que eu andava aqui a ‘fazer na vida’... e deu-me essa cena de cozinhar, limpar, de ser organizado e responsável” (H)

3.3. Perceções sobre as áreas da qualificação e do emprego jovem. Que recomendações?

3.3.1. Qualificação e sistema educativo

Um dos primeiros tópicos trazidos pelos participantes, notoriamente consensual, foi a pressão que sentem nos distintos contextos – familiar, educativo, social e político – para seguir caminhos pré-estabelecidos, nomeadamente, a via do ensino superior. Há um sentimento generalizado de que, muitas vezes, ao longo dos seus percursos, os jovens fazem determinadas escolhas sem um tempo e espaço que lhes permita, verdadeiramente, conectarem-se consigo próprios e identificar o caminho que gostariam de trilhar, ao qual se sobrepõem convenções sociais, expectativas alheias e uma ideia de ‘sucesso’ que, em prol de um suposto estatuto, não se coaduna com o propósito maior – o da realização plena dos seus projetos de vida.

“Existe uma grande pressão da sociedade para ir para a licenciatura. Hoje eu não teria ido para aquela área, hoje eu tinha esperado para perceber exatamente o que eu queria” (A)

“Obrigam os jovens a fazer certas coisas, a impor certos moldes e depois no futuro esses jovens acabam por perceber que perderam uma vida inteira a fazer algo que não gostavam” (D)

A par de todas estas convicções, os participantes aludem a existência de uma sobrevalorização do ensino superior em detrimento do ensino profissional, alicerçada num preconceito que distingue os ‘bons alunos’, orientados para o ensino superior, e os ‘maus alunos’, encaminhados para o ensino técnico, perpetuando um estereótipo que associa as áreas técnicas a uma franja populacional, hipoteticamente, com menores possibilidades e capacidades.

Neste sentido, os participantes pactuam com uma aposta inadiável de reconhecimento do ensino profissional, despertando para um novo *mindset*, sob a máxima “não precisamos de ser todos doutores”, tornando evidente a importância das profissões técnicas para o desenvolvimento integrado e sustentável do país. Asseveram que este reconhecimento apenas se manifestará se a própria escola cooperar, de alguma forma, na rutura com este preconceito, incluindo nas suas práticas curriculares, o contacto com as áreas técnicas. Ao favorecer este contacto nos ambientes educativos poder-se-á não só reavivar o valor, respeito e integridade de todas as profissões, como também explorar e encorajar o desenvolvimento de competências, numa dinâmica virtuosa que conjuga o despertar de talentos e a construção de percursos prazerosos, sustentados por sentimentos de reconhecimento, apreço e dignificação destes domínios. De igual forma, os participantes admitem ser essencial equacionar apoios e iniciativas estatais que incrementem o trabalho digno, com condições ajustadas em termos contratuais e salariais, tornando estas áreas mais apelativas e meritórias.

Inequivocamente, a classificação de ‘ensino regular’ atribuída aos cursos científico-humanísticos (ensino geral) reflete a desvalorização do ensino profissional, atirando-o para a esfera da irregularidade e rotulando-o como resultado de “segundas escolhas, de uma orientação marcada pelo insucesso escolar e de uma cristalização da seletividade social” (CNE, 2021, p. 7). Em concordância com a perspetiva dos participantes, é fundamental trilhar um novo caminho que, ao invés de limitar o processo de ensino-aprendizagem a uma absorção passiva de conteúdos científicos, promova “atividades práticas de experimentação científico-tecnológica e artística e de ligação à vida real e às atividades humanas”, cooperando na realização de escolhas vocacionais mais assertivas (CNE, 2021, p. 8).

“Não há eletricitistas, canalizadores, carpinteiros. O que os meus pais aprenderam na escola não é o que eu aprendo, a mexer na madeira...e se calhar ao fazermos esse tipo de trabalhos podemos desenvolver outras capacidades e perceber que realmente gostamos daquilo” (A)

“Passamos a ideia de que esses trabalhos são para pessoas que não têm capacidade para mais” (D)

“Há que promover outros setores. Há muitas profissões que também são importantes, mas depois não são sinónimo de qualidade de vida, as condições são más e não há apoio do Estado” (G)

Para além da desvalorização do ensino profissional, alguns participantes ressaltam as fragilidades nos mecanismos de orientação vocacional, nomeadamente, no que se refere à ineficácia dos testes psicológicos, vulgarmente aplicados em contexto escolar, impossibilitando a minimização dos níveis de insegurança e incerteza no momento de definirem o caminho académico e/ou profissional.

“Se houvesse mais mecanismos para perceber realmente o que queremos. Não são aqueles testes psicotécnicos... acho que existe aí muita dificuldade” (A)

De facto, o cumprimento desta função tem revelado grandes fragilidades, quer pela ausência e/ou ineficácia dos serviços de orientação escolar e profissional no percurso de uma parcela significativa de jovens, quer pelo risco inerente a uma ação norteada por “fatores de interesse dos operadores da educação e formação” (CNE, 2020, p. 436) ou numa “retenção forçada” (CNE, 2020, p. 467), totalmente desalinhada com os interesses e aptidões dos alunos. A tendencial queda demográfica e a consecutiva diminuição de crianças e jovens, tem vindo a “aumentar o risco de transformar a orientação escolar e profissional de cada agrupamento de escolas numa ‘reserva de caça’ das opções dos seus próprios alunos”, facto verdadeiramente inquietante (CNE, 2021, p.9).

Na verdade, potenciar o reconhecimento do ensino profissional pressupõe repensar a qualidade da orientação escolar e profissional. Por sua vez, a qualidade desta intervenção técnica vai depender, largamente, da capacidade de abertura de novos horizontes de futuro aos alunos, abarcando dinâmicas e processos orientados para duas dimensões basilares: a esfera informativa, com todas as opções em termos de oportunidades educativas/profissionais e a esfera da exploração da identidade, talentos, expectativas e interesses pessoais dos alunos. A interconexão entre estas duas dimensões potenciará um processo de tomada de decisão consciente, informado e repleto de significado, contribuindo para percursos bem-sucedidos e de verdadeira realização pessoal.

Todos estes condicionamentos tornam visível a premência da aposta numa estratégia concertada de orientação escolar e profissional de qualidade, integrada numa política territorial, onde se inscreve o crucial reconhecimento do ensino profissional. Esta estratégia construir-se-á mediante um efetivo comprometimento e articulação entre os distintos parceiros locais, numa base informativa de qualidade, assegurando que as escolhas dos jovens são efetuadas de forma transparente, informada, aberta e positiva e que existe uma intervenção qualificada de equipas multidisciplinares, assente em “dinâmicas de participação e auscultação aos jovens acerca das suas perceções e dos efeitos dos mesmos processos nas suas escolhas” (CNE, 2021, p.10).

Uma das temáticas que norteou grande parte da reflexão e debate entre os participantes prendeu-se com a necessidade de reformulação do sistema educativo, o qual deverá sedimentar novas práticas, totalmente orientadas para a exploração identitária das crianças e jovens. O sistema educativo é visto como ‘punitivo’, pois ao não ser feito um trabalho categórico em torno da exploração da identidade e dos talentos individuais dos alunos, as decisões são tomadas sobre

frágeis alicerces, resultando em escolhas imersas em insegurança e incerteza, a nível académico e/ou profissional. Almejam, assim, um modelo que permitisse aos alunos experienciarem-se, alcançar clareza e uma progressiva expansão, possibilitando a tomada de decisões sustentadas, ponderadas, conscientes e seguras, com menor grau de julgamento e sensação de ‘erro’.

“O sistema educativo é um pouco punitivo. Se você fez uma formação errada pagou 4 ou 5 anos da sua vida e aí, você tem de recomeçar pela chance de errar de novo. Devia basear-se em cursos rápidos/técnicos como o Bytes4Future, com tempo, onde a cada etapa, dá para ver se é o cenário que você quer e depois expandir. Você se julga menos, tem mais tempo para errar” (B)

“Eu fiz um ano do curso de Arqueologia, depois mudei para Engenharia do Ambiente e ia mudar outra vez porque não era bem aquilo que eu queria...sentia-me perdido” (G)

Partilham, ainda, que ao longo do seu percurso escolar sentiram falta de intencionalidade no processo de ensino, na medida em que não existe uma predisposição, sensibilidade ou direção na clarificação da aplicabilidade e do porquê das aprendizagens propostas. A ligação entre o domínio teórico e prático, “entre a preparação aparentemente interminável e a experiência significativa” constituem uma peça basilar do processo pedagógico, o qual deverá manifestar um “forte senso de propósito” (UNESCO, 2022, p. 57).

Na perspetiva dos participantes, todo o processo de ensino se desenrola num excessivo ‘despejar’ de conteúdo e cumprimento de metas e programas curriculares, atirando para segundo plano a efetiva integração e construção do conhecimento, situação que fomenta fortes bloqueios à construção de aprendizagens significativas. Considerando as transformações e desafios da era atual, é indispensável que a escola assuma o ato educativo muito além da simples transmissão de conteúdos, ressignificando-o à luz dos princípios da coconstrução de conhecimento e relacionamento entre distintos saberes para a apropriação do mundo, assente na relação dialógica entre professor, aluno e saber (TRINDADE & COSME, 2010). Face ao cenário complexo em que nos movemos, a educação precisa de ser transformada e a chave de tal desígnio está em personalizar a educação e não em uniformizá-la (ROBINSON, 2010).

“Um grande problema do ensino em Portugal é não nos ser explicado o porquê de certas aprendizagens” (A)

“A maneira como tudo está organizado é transformar-nos num ‘homem orquestra’, é tocar todos os instrumentos. Os professores estão muito restritos a um plano curricular porque têm de cumprir e injetar e os alunos estudam para o exame, despejam na folha de teste, saem e esquecem tudo o que deram. Se eu tivesse aqui o Ministro da Educação pedia-lhe para reformular o plano curricular, tentar ser mais específico e explorar os talentos dos alunos” (H)

Ainda no âmbito da necessidade de reformulação do sistema educativo e formativo, os jovens empreendem uma reflexão em torno de dinâmicas educativas essenciais que consideram ser amplamente descuradas, designadamente, as que privilegiam o desenvolvimento das competências

transversais ou *soft skills*. Ressaltam um ensino demasiado teórico, incompatível com modelos que, desejavelmente, encorajam os jovens a sair da sua zona de conforto, numa intencionalidade de expansão e promoção da sua capacidade de resposta a um mundo em constante transformação.

As perceções dos participantes alinham-se com a convicção preconizada por diversos estudos científicos, assente na ideia de que as competências técnicas (*hard skills*) começam a revelar-se insuficientes para responder aos desafios atuais, razão pela qual as organizações, nos seus processos de recrutamento, enaltecem cada vez mais os candidatos que demonstram competências transversais que os diferenciem dos demais (SHORT & KELLER-BELL, 2021). Ora, aqui nasce uma certa incongruência, pois não obstante a proliferação dos processos de mudança e adaptabilidade, a supremacia de um ensino tradicional, fortemente orientado para o desenvolvimento de competências cognitivas, não viabiliza um modelo pedagógico que sustente e promova as *soft skills*, expectáveis pelos empregadores e pelos próprios indivíduos (CLEARLY *et al.*, 2017).

“Um das coisas que eu sinto falta na formação é a parte humana de relacionamento, de criar empatia, de como conseguir criar uma conversa e não ser tão técnico” (B)

“Focam-se muito na parte teórica e as outras competências perdem-se... O saber falar em público não é trabalhado. O Bytes é um bom exemplo, pois explora muito a questão das softskills” (C)

“Uma pessoa pode ter acabado o mestrado com 20 e é na entrevista que estraga tudo, porque estava tão focada em ter um 20 na matemática que esquece as competências sociais” (H)

Alguns dos participantes transmitem a sensação de que a totalidade do seu percurso educativo, numa etapa de formação da personalidade, foi pautado por um modelo pedagógico expositivo, rígido e impenetrável, que não abria espaço para o questionamento, o sentido crítico, a criatividade e a autonomia dos alunos. Sentem que finalizado o percurso educativo se veem imersos num conjunto de expectativas e requisitos, por parte da própria escola, e sociedade em geral, que convocam uma atitude proativa, crítica e autónoma para enfrentar o mundo ‘lá fora’, porém, rapidamente se consciencializam de que a escola não os capacitou para tal missão, muito pelo contrário.

Os participantes invocam uma necessidade extrema de promover, o mais precocemente possível, a esfera do autoconhecimento e do desenvolvimento pessoal nos contextos educativos, indo ao encontro das necessidades emergentes. Com base na consciência e conhecimento de quem verdadeiramente são, através do mapeamento de todas as suas fragilidades, potencialidades e talentos próprios, é cultivado um terreno fértil no qual, ao longo das diferentes etapas, serão depositadas sementes de responsabilidade e autonomia, potenciadoras do delineamento de um projeto de vida com sentido, realista, desafiante e alinhado com a sua identidade em permanente (re)construção, tornando possível o aprimoramento pessoal e o ajuste das suas trajetórias.

As percepções partilhadas pelos participantes coadunam-se, pois, com um dos pilares da educação – o saber ser – reiterando a ideia de que o desenvolvimento do ser humano constitui um processo dialético que, partindo do autoconhecimento, sustenta as interações sociais e emocionais que estabelece com o mundo, oferecendo oportunidades de participação plena. A transformação dos currículos jamais poderá dissociar-se desta dimensão holística do ser humano, devendo ser reconhecida não só a curiosidade e a predisposição dos alunos para a aprendizagem, mas também a bagagem de “emoções, medos, inseguranças, confiança e paixão” que trazem consigo (UNESCO, 2022, p. 65).

Nesta linha de pensamento, reconhece-se que a escola não constitui “uma entidade impermeável que não sente as mudanças do tempo, nem das ciências, nem da sociedade”, razão pela qual o currículo se assume como um “esqueleto vivo que transforma o trabalho na escola, que inova e se adapta aos novos tempos por meio de mudanças nas fontes que sustentam o currículo” – psicológica, pedagógica, sociológica e epistemológica (CALVO, 2015, p. 23-24). Enquanto potencial veículo para o incremento de experiências pessoais e profissionais de sucesso, a educação corporiza um processo personalizado e, em simultâneo, uma construção social interativa, no sentido da promoção da autonomia, criatividade e responsabilidade pessoal, essenciais ao desenvolvimento de uma ação empoderada.

Urge, assim, (re)criar um ambiente propício à construção de um pensamento livre, autónomo e crítico, preparando e capacitando os jovens para a formulação dos seus próprios valores e para a tomada de decisões perante as distintas dimensões da vida e desafios emergentes numa sociedade em constante mutação. Um dos papéis essenciais da educação passa por dotar as pessoas de “liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino” (DELORS, 2010, p. 100).

“Falta um sistema de estudo que explore o lado intuitivo porque se você se conhece, vai ter mais estabilidade e poder na hora de fazer, vai trabalhar muito melhor e ter melhores resultados” (B)

“O nosso ensino vai-se refletir quando formos procurar trabalho porque durante todo esse período nunca nos ensinaram as softskills, a ser criativos, a pensar por nós próprios, a questionar e sempre nos obrigaram a fazer as coisas como eles queriam” (C)

3.3.2. Transições e mercado de trabalho

À medida que os jovens se aproximam do processo de transição entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho, há uma perspetiva de sequencialidade e recompensa que colapsa. Após a dedicação a um percurso qualificante, ancorado numa suposta premissa impulsionadora de prosperidade, os participantes deparam-se com salários desajustados às

qualificações/competências que possuem, condições de trabalho precárias ou até mesmo alegadas qualificações ‘em excesso’ para determinados postos de trabalho. Instala-se, assim, uma certa descrença nos diplomas, onde impera um clima de desconfiança e desalento, motivado por uma conjuntura socioeconómica incapaz de devolver os frutos da dedicação empreendida. A crescente incerteza e imprevisibilidade, característica dos tempos atuais, envolve os jovens num quadro de relativização, que passa pela menor importância atribuída aos diplomas até à falta de expectativas no contributo destes para a obtenção de um emprego digno, contribuindo para reforçar situações de falta de autonomia na gestão da vida pessoal e na construção de uma identidade e carreira profissional (FRIAS *et al.*, no prelo).

“Por vezes quem tem mestrado é posto de parte por ter demasiadas qualificações para aquele emprego. E devia ainda ser dada mais uma oportunidade pelo esforço e dedicação...” (D)

“Ah se quiseses ter um futuro garantido tens de tirar uma licenciatura... tu terminas e quando vês as condições que oferecem questionas: então fiz tudo o que era suposto e não tenho o resultado final? E aquilo cria uma frustração, é o sentimento de enganaram-me!” (F)

Para além dos condicionamentos sentidos em termos de orientação vocacional, os participantes consideram não ter beneficiado de um apoio adequado aquando da transição para o mercado de trabalho. Esta perceção atravessa não só o processo de construção de ferramentas de suporte à procura de emprego (e.g. *curriculum vitae*) e preparação para importantes etapas de recrutamento (e.g. entrevistas de emprego), como também o contacto com estratégias facilitadoras de uma aproximação bem-sucedida ao mundo laboral em termos de *networking*.

O sentimento generalizado assente na falta de preparação, recursos, confiança e apoio num momento tão desafiante como este, anuncia a necessidade de implementação de políticas ativas do mercado de trabalho, onde se incluem os programas de formação para apoiar a transição dos jovens para a esfera laboral (LEVELS *et al.*, 2022). Urge (re)criar um sistema de apoio robusto, personalizado e orientado para os processos de transição, especialmente, após a conclusão de um percurso educativo/formativo – através de uma equipa especializada no próprio Serviço Público de Emprego e demais estruturas locais – potenciando o acesso ao mercado de trabalho e, concludentemente, a contribuição dos jovens para as comunidades em que se inserem, de acordo com os seus interesses e potencial (FRIAS *et al.*, no prelo; UNESCO, 2022).

“É preciso mais ajuda na aprendizagem a introduzir-se ao trabalho, construir CV...” (C)

“Fazer um currículo... nunca foi trabalhado. Acabei uma licenciatura e nunca tive experiência de como é que se faz uma entrevista de emprego e tudo mais” (H)

Em referência às dinâmicas do mercado de trabalho, com impacto direto nas trajetórias profissionais dos jovens, são elencados dois aspetos principais. Numa primeira instância, os participantes sublinham a premência de uma maior abertura por parte do tecido empresarial,

viabilizando mais oportunidades para que os jovens possam demonstrar o seu valor, as suas competências e, assim, dar passos no seu desenvolvimento pessoal e na progressão de carreira. Somente esta receptividade e incremento de oportunidades contribuirá para a aquisição da tão convocada experiência profissional, quebrando um autêntico círculo vicioso, já que à insuficiente ou inexistente experiência profissional se associa um mercado de trabalho com oportunidades francamente reduzidas para colmatar esta fragilidade.

Partilham que, muitas vezes, o facto de permanecerem um longo período de tempo privados da aplicação e desenvolvimento das suas competências em contexto laboral, acaba por conduzir a um certo esquecimento ou bloqueio em relação às suas aprendizagens e consequente desmotivação e desinteresse pela área em causa. O subemprego e a dificuldade em alcançar uma posição no mercado de trabalho consentânea com as aspirações e competências do indivíduo assumem-se como problemáticas persistentes à escala mundial, mesmo entre pessoas altamente qualificadas (UNESCO, 2022). Ora, este descompasso amplia riscos preocupantes, pois uma população com níveis de escolaridade elevados, impedidos de colocar em prática as suas competências num emprego digno, conduzem ao “descontentamento, à agitação e, às vezes, desencadeia conflitos políticos e civis” (UNESCO, 2022, p. 40).

Numa tentativa de suplantar tal barreira e reconhecendo os desafios com que as empresas também se defrontam, os participantes admitem a importância de criar estratégias políticas facilitadoras da aquisição de experiência profissional no seguimento das etapas educativas/formativas, como por exemplo, uma garantia de estágio, retirando o ‘peso’ às empresas em todo este processo de formação dos indivíduos que contactam pela primeira vez com o mercado de trabalho.

Por fim, não obstante a existência de estágios, como é o caso do Ativar, promovido pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), os jovens mencionam que iniciativas deste cariz têm vindo a desvirtuar-se e até a descredibilizar-se. Por um lado, os estagiários constituem um ‘alvo’ fácil, acabando por não experienciar uma desejável continuidade após o término do estágio, materializada num efetivo contrato de trabalho e, por outro lado, contrariamente ao pretendido, as empresas caem numa prática reiterada de admissão e demissão de estagiários. Nesta medida, julgam fundamental apostar em políticas que supervisionem os moldes nos quais os estágios se desenrolam e que protejam os estagiários destes ‘vínculos’ frágeis e incertos, rumo à construção de novos paradigmas, ancorados em efetivas oportunidades de trabalho.

“As empresas usam os estágios para terem mão-de-obra barata. Devia haver políticas que protegessem mais os estagiários para haver mais prática e criarem-se oportunidades” (A)

“O governo pode criar políticas de incentivo ao estágio ou criar uma espécie de escolas focadas em estágios. Tiraria o peso das empresas de ter que pegar e investir numa pessoa do zero” (B)

“Mais oportunidades para entrar no mercado de trabalho e respeito pelos jovens. A transição entre a formação e o profissional não é feita, não há uma ponte para isso...” (D)

4. Conclusão

Na atualidade, a geração jovem vivencia uma conjuntura verdadeiramente paradoxal, pois se, por um lado, nunca, como no momento presente, apresentou níveis de escolaridade tão elevados, tendo ao seu alcance uma multiplicidade de oportunidades, por outro lado, nunca, como nas últimas décadas, se viu imersa na progressiva complexidade dos processos de transição para a vida adulta. O acesso ao trabalho remunerado, cada vez mais difícil para um número significativo de jovens adultos, vem adensando experiências NEET por parte daqueles que não estudam, por ondas de desmotivação, escassez de recursos e dificuldade em descobrir o retorno desse investimento, e que não trabalham, pela inexistência de oportunidades ou por não conseguirem encontrar soluções ajustadas às suas expectativas.

Se nascer representa um ato inaugural da vida e ser jovem é vislumbrar um futuro pela frente com um conjunto de possibilidades, também é um facto que ninguém inicia um caminho com uma tela em branco, reconhecendo-se que as trajetórias dos jovens são amplamente moldadas por um conjunto de influências e tomadas de decisão por vezes ambíguas. Considerando a heterogeneidade do fenómeno NEET, face à diversidade de fatores de risco e características envolvidas, é fundamental captar as reais barreiras enfrentadas pelos jovens, desenvolvendo uma imagem circunstanciada dos distintos subgrupos de NEET e validando a dualidade de fatores impulsionadores de tal conjuntura – fatores individuais e estruturais. Por outras palavras, é fundamental clarificar e compreender em profundidade os dilemas que os jovens vêm enfrentando na atualidade, consagrando uma ação direcionada, articulada e participativa, suportada pelo contributo de mais e melhor investigação científica, no sentido da produção de conhecimento que auxilie no desenvolvimento de soluções políticas específicas para as novas gerações.

À medida que o legado da pandemia da Covid-19 se instalava, as manchetes inundavam-se de advertências sobre as perspetivas futuras dos jovens adultos, pois ainda que estes fossem menos propensos aos efeitos físicos do vírus, era inegável a sua permeabilidade ao impacto das consequências económicas e sociais de uma crise pandémica, tal como demonstrado em recessões anteriores. A complexidade e exigência do mercado de trabalho, a nível global, vem exigindo um conjunto de conhecimentos, competências, atitudes e valores mais amplo e a pandemia veio acelerar esse processo, tornando ainda mais difícil para os jovens que não podem competir em experiência nem têm uma boa rede de contactos. De ressaltar, ainda, que os desafios inerentes às transições escola-trabalho refletem dinâmicas de gestão do domínio público, ao serem reconhecidos determinados desvios, em termos de favorecimento de políticas de produtividade e de trabalho que

estão, manifestamente, a interferir nas perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, especialmente dos jovens.

Neste sentido, é importante salientar que a situação NEET e todas as dificuldades enfrentadas pelos jovens na transição para a vida adulta não se tratam de um efeito da Covid-19, mas sim, de um efeito de uma mudança estrutural que a pandemia veio intensificar. Tal convicção cruza-se com a constatação de que muitos dos indicadores reunidos nesta etapa do estudo (pós-pandemia) confluem para resultados obtidos na etapa precedente, a par dos dados de literatura científica e relatórios internacionais disponíveis (pré-pandemia).

As exigências dos tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas conduzem à necessidade de repensar e transformar o sistema educativo, pois, tal como demonstrado pelos participantes, os modelos tradicionais em vigor não estão a atender às necessidades dos jovens, nem a proporcionar em pleno a apropriação de instrumentos culturais, competências, procedimentos e atitudes essenciais à sua afirmação pessoal e social nas sociedades contemporâneas. A natureza da educação funde-se numa ideia de futuro, no sentido da capacitação dos indivíduos para os desafios emergentes numa sociedade em constante transformação. Assim, o leque de competências a desenvolver deverá nortear-se por um profícuo equilíbrio entre saberes académicos e um conjunto de competências pessoais e sociais que lhes permita construir uma identidade pessoal e um projeto de vida, ancorado no pensamento crítico, na adaptabilidade e resolução de problemas, na criatividade, na colaboração, na comunicação e na inovação.

No epicentro de uma base humanista, o desiderato da escola é perspetivar o aluno na sua dimensão plena – cognitiva e emocional. O valor atribuído pelos jovens às competências pessoais e sociais, associado ao reconhecimento de uma falha da missão da escola nesse sentido, ao longo dos seus percursos educativos, conduz-nos a lançar sementes para futuros estudos, indagando até que ponto a escola, com o incremento do recente *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*⁴¹, abraçou verdadeiramente este propósito e inverteu as perceções dos jovens.

A resposta a toda a complexidade subjacente às trajetórias dos jovens, em especial ao nível da transição para o trabalho, declara a premência do estabelecimento de formas de colaboração, parcerias e até mesmo partilha de saberes e experiências entre diferentes agentes. Convocando o território como ambiente de aprendizagem e desenvolvimento, desde o clima de cooperação à gestão integrada dos seus recursos, é fundamental construir um ecossistema local que garanta um efetivo comprometimento e articulação entre os diferentes atores da comunidade local, isto é, autarquias, tecido empresarial, escolas, famílias e jovens, no sentido da implementação de ações

⁴¹ Homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, este perfil constitui uma matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas (escolaridade obrigatória), tendo por base um perfil humanista alicerçado num entendimento de sociedade centrada no indivíduo e na dignidade humana como valores basilares.

estratégicas integradas e concertadas que assegurem o apoio aos jovens na busca da sua realização pessoal e profissional, em condições de liberdade e dignidade.

A herança da crise pandémica desperta para a necessidade da multiplicação dos esforços em todas as frentes, no sentido de um maior e melhor apoio aos jovens na compreensão do mundo ao ser redor, perante tamanha turbulência dos subsistemas sociais onde (inter)agem, e do seu empoderamento e concretização plena dos seus projetos de vida. E não obstante as iniciativas políticas em torno do combate ao abandono escolar precoce, do incremento dos níveis de qualificação e das medidas de apoio à (re)inserção profissional, é crucial que nos apropriemos de uma dimensão mais humanizadora e holística da educação e da formação, viabilizando o efetivo reconhecimento e a dignificação das diferentes vias.

Os jovens enfrentam hoje desafios singulares que os distanciam de jovens de outros tempos, porém, são eles os inventores do amanhã, aqueles que beneficiam de um mundo cada vez mais ligado e global e que possuem maior vontade de explorar e saltar fronteiras. O seu potencial é inegável e o que podem dar à sociedade é imensurável, seja uma nova visão das dinâmicas sociais ou o anseio de inovação e mudança. A garantia de um presente feliz e um futuro promissor constitui um trabalho dos próprios jovens, mas também de todas as outras gerações, pois só em conjunto é possível abraçar esta missão e caminhar para um futuro melhor.

5. Bibliografia

ALCOFORADO, Luís. **Competências, Cidadania e Profissionalidade**: limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos. Dissertação (Doutoramento em Ciências da Educação) – Especialidade de Educação Permanente e Formação de Adultos, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

ALVES, Mariana Gaio. Trajectórias de inserção profissional: uma música sem maestro? In: Pardal, L.; Martins, A.; Sousa, C.; Dujo, A.; Placco, V. (org.). **Educação e Trabalho**: representações, competência e trajetórias. Aveiro: Universidade de Aveiro. Departamento de Ciências da Educação, 2007. p. 305-319.

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

CALLEJO, Javier. **El Grupo de Discusión**: introducción a una práctica de investigación. Barcelona: Ariel, 2001.

CALVO, Alfredo Hernando. **Viaje a la escuela del siglo XXI**. Así trabajan los colegios más innovadores del mundo. Madrid: Fundación Telefónica, 2015.

CLEARY, Jennifer; KERRIGAN, Monica & VAN NOY, Michelle. Towards a New Understanding of Labor Market Alignment. In: Paulsen, M. (Ed.). **Higher Education: Handbook of Theory and Research** Springer, 2017. p. 577-629.

CNE. **Recomendação**: perspetivar o futuro do Ensino Profissional. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2021.

CNE. **O Estado da Educação 2019**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2020.

COLLARD, Paul & LOONEY, Janet. Nurturing creativity in education. **European Journal of Education**, v. 49, n. 3, p. 348-364, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12090>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. UNESCO: Editora Cortez, 2010.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho. **O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**. Diário da República, n.º 143/2017, Série II. Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6478-2017-107752620>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DICKS, Alexander & LEVELS, Mark. NEET during the School-to-Work Transition in the Netherlands. In: Levels, M.; Brzinsky-Fay, C.; Holmes, C.; Jongbloed, J.; Taki, H. (Eds). **The Dynamics of Marginalized Youth. Not in Education, Employment, or Training Around the World**. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2022. p. 25-55.

ESTANQUE, Elísio. Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 113-140, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1023>. Acesso em: 10 jun. 2022.

EUROFOUND. **Impact of COVID-19 on young people in the EU**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021.

EUROFOUND. **Exploring the Diversity of NEETs**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016.

EUROFOUND. **NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.

FRIAS, Mafada, ALCOFORADO, Luís & CORDEIRO, António Manuel Rochette. The NEET phenomenon and dynamics of school-to-work transition: characterisation as support to the definition of local strategic actions. **International Review of Education** (no prelo).

FRIAS, Mafalda, ALCOFORADO, Luís & CORDEIRO, António Manuel Rochette. Fenómeno NEET. Desafios para uma nova compreensão das transições para a vida adulta. **Dirigir & Formar**, Instituto do Emprego e Formação Profissional, n. 30, p. 46-50, 2021. Disponível em: <https://opac.iefp.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=90854&img=3649>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FRIAS, Mafalda, ALCOFORADO, Luís & CORDEIRO, António Manuel Rochette. O Caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 42, p. 186-216, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7348>. Acesso em: 11 jul. 2022.

GUERREIRO, Maria das Dores & ABRANTES, Pedro. **Transições Incertas**. Os Jovens perante o Trabalho e a Família. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2007.

HEWISON, Kevin. Precarious Work. In: Edgell, S.; Gottfried, H.; Granter, E. (org.). **The Sage Handbook of Sociology of Work and Employment**. London: Sage, 2016. p. 428-443.

ILO. **Global Employment Trends for Youth 2020**: Technology and the future of jobs. Geneva: International Labour Office, 2020a.

ILO. **Monitor**: Covid-19 and the world of work. Fourth edition Updated estimates and analysis. International Labor Organization, 2020b.

ILO. **Youth and Covid-19**: impacts on jobs, education, rights and mental well-being. Survey Report 2020. International Labor Organization, 2020c.

KOVÁCS, Ilona. Emprego flexível em Portugal. **Sociologias**, v. 6, n. 12, p. 32-67, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5489>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LEVELS, Mark; BRZINSKY-FAY, Christian; HOLMES, Craig; JONGBLOED, Janine & TAKI, Hirofumi. **The Dynamics of Marginalized Youth. Not in Education, Employment, or Training Around the World**. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2022.

OCDE. **Education at a Glance 2021**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2021.

ORTEGA, Magdalena Suárez. **El Grupo de Discusión**: Una Herramienta para la Investigación Cualitativa. Barcelona: Laertes, 2005.

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. Ed. Berlin: GD Publishing / Edições Machado, 2016.

ROBINSON, Ken. **O elemento**. Porto: Porto Editora, 2010.

SCHOON, Ingrid. Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of young people in England (LSYPE). **Longitudinal and Life Course Studies**, v. 5, n. 2, p. 129-150, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14301/lcs.v5i2.279>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SHORT, Maureen & KELLER-BELL, Yolanda. Essential skills for the 21st century workforce. In: Khosrow-Pour. M. (Ed.). **Research Anthology on Developing Critical Thinking Skills in Students** IGI Global, 2021. p. 97-110.

STRECKER, Tanja; LÓPEZ, Joffre & CABASÉS, Àngels. Examining NEET situations in Spain: Labour Market, Discourses and Policies. **Journal of Applied Youth Studies**, n. 4, p.119–134, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43151-021-00048-2>. Acesso em: 12 jul. 2022.

TRINDADE, Rui & COSME, Ariana. **Educar e Aprender na Escola** - Questões, desafios e respostas pedagógicas. Vila Nova de Gaia: Fundação Manoel Leão, 2010.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos** - Um novo contrato social para a educação. Relatório da Comissão Internacional sobre os futuros da educação. Paris: UNESCO/ Fundação SM, 2022.

Capítulo V. Discussão de resultados e conclusão

Este trabalho tinha como principal desígnio reunir alguns contributos que permitissem alcançar uma caracterização e compreensão do fenómeno NEET no município de Sintra. Com efeito, a partir dos artigos científicos elaborados, submetidos e (alguns já) publicados, os quais retratam, de modo sequencial, as distintas etapas de investigação percorridas, é importante que façamos uma discussão de resultados capaz de estabilizar uma resposta às questões de investigação a princípio colocadas.

Considerando a decisão de alargamento da discussão dos resultados, posteriormente, são apresentadas e analisadas algumas das principais convicções geradas a partir de um *focus group* com cinco agentes locais com significativa atuação nos domínios da educação e do emprego. As notas conclusivas encerram este trabalho, integrando uma reflexão crítica sobre as convicções construídas após o cumprimento de todas as etapas do estudo, bem como um conjunto de recomendações de suporte ao delineamento de uma estratégia integrada, facilitadora de transições bem-sucedidas entre a escola e o trabalho e de projetos de vida realistas e desafiantes.

I. Discussão de resultados

A primeira questão de investigação impulsionou a descrição do fenómeno NEET, a nível global, tendo em consideração a diversidade dos contextos, características e fatores de risco dos jovens envolvidos, mediante a análise de um conjunto de dados provenientes de relatórios internacionais, legislação e trabalhos científicos. Sem a preocupação de uma resposta concreta a esta questão, dado configurar, unicamente, uma base de conhecimento proveniente da revisão de literatura efetuada, é importante afirmar que, desde o início, como demonstrado ao longo do primeiro artigo – capítulo I – tínhamos absoluta consciência da heterogeneidade e complexidade desta nova categoria social. Atualmente, pelo reconhecido impacto nas dinâmicas pessoais e sociais, o fenómeno NEET, enquanto retrato dos grandes desafios enfrentados pelos jovens no processo de transição escola-trabalho, é amplamente reportado quer nos órgãos de comunicação social, quer na literatura científica e no próprio debate europeu, tendo motivado o presente estudo e levado a situar-nos na problemática conforme os contornos já apresentados e fundamentados.

A segunda questão de investigação pretendia ir ao encontro da caracterização dos jovens NEET do município de Sintra, tendo em conta os seus percursos e vivências, enquanto contributo para a construção de uma base de conhecimento sobre a problemática, retratada no segundo artigo – capítulo II. Considerando a participação dos 121 jovens NEET (17 - 29 anos), o estudo mostra, tal como havia sido enunciado pela revisão da literatura, a presença de padrões relevantes para esta discussão. Demonstrada a prevalência de jovens NEET do sexo feminino, parece-nos perfeitamente possível associar este dado à assunção de responsabilidades familiares por parte das mulheres. Em

confluência com tendências averiguadas noutros trabalhos, ressaltam alguns contrastes de género, assentes numa maior predisposição dos homens para atividades mais ativas e sociáveis (e.g. convívio com amigos, prática desportiva) comparativamente às mulheres que, em virtude das eventuais incumbências que possam estar a assumir, parecem estar envolvidas num quadro de maior recolhimento, dando conta dos persistentes desafios e entraves em termos de igualdade de género.

A percentagem significativa de jovens solteiros e sem filhos e/ou que ainda vivem em casa dos pais, demonstrada no presente estudo, parece estar em total conformidade com estudos que colocam Portugal como um dos países europeus com valores mais elevados de jovens (18-34 anos) a viver em casa dos pais, perante crescentes cenários de imprevisibilidade e insegurança. Este indicador, deveras preocupante, testemunha as circunstâncias de dependência permanente que muitos destes jovens experienciam, bem como os complexos desafios à transição plena para a vida adulta, face aos fortes condicionamentos em termos de autossuficiência financeira e consequente liberdade de planeamento e concretização dos seus projetos de vida.

A conjuntura económica e social dos contextos familiares representa uma peça fulcral nesta discussão, dada a evidente ligação a significativos fatores de risco, devidamente retratados no primeiro artigo/capítulo, que confirmam graves repercussões para os percursos de vida dos jovens. Numa primeira instância, não ficámos indiferentes aos dados relativos à base económica, bastando recordar que mais de metade dos jovens se encontravam inseridos num agregado familiar com um rendimento mensal inferior a mil euros. Também não passou despercebida a percentagem expressiva de episódios de desemprego parental, bem como a forte influência dos níveis de escolaridade dos pais na predição da trajetória dos filhos, quer em termos dos níveis de qualificação alcançados, quer ao nível dos rendimentos. De igual forma, assistiu-se à relação entre um adequado acompanhamento e apoio dos pais ao longo do percurso educativo dos filhos e a classificação positiva que os participantes atribuíram à sua experiência na escola. Ora, estamos perante preditores significativos de limitação de oportunidades futuras que, incontornavelmente, nos levam a questionar até que ponto a escola, ao invés de fomentar princípios de igualdade e equidade e de se assumir como um espaço e tempo de verdadeira criação de oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, mantém uma ação reprodutora de cenários de desequilíbrio e injustiça.

Outra convicção leva-nos a afirmar que embora as baixas qualificações constituam um dos fatores de risco associados à conjuntura NEET, colocando os jovens numa posição francamente mais desfavorecida no processo de transição escola-trabalho, a percentagem significativa de participantes que concluiu o ensino secundário (50,4%) e o ensino superior (38%) demonstrou, de modo inequívoco, que níveis mais elevados de escolaridade não asseguram, necessariamente, um passaporte para o mercado de trabalho, nem para trajetórias profissionais sustentadas em trabalho digno. Em Portugal, mesmo com o incremento dos 12 anos de escolaridade obrigatória, o crescente número de jovens com o ensino superior que não encontram oportunidades de trabalho começa a revelar uma persistência preocupante. Se é verdade que os participantes reconheceram a

importância da escolaridade para a valorização pessoal e melhores perspectivas de emprego, o retorno de tal investimento não deixa de ser visto com uma certa desilusão ou sensação de fracasso, perante expectativas não correspondidas.

Apropriando-nos da perspectiva de que o processo de transição para a vida adulta não poderá circunscrever-se à análise das trajetórias entre os espaços educativos e o mundo do trabalho, dada a coexistência de outras dimensões essenciais ao desenvolvimento holístico dos jovens, foi também opção deste estudo conhecer os usos do tempo e do espaço empreendidos pelos participantes, espelhados no terceiro artigo – capítulo III. Na análise aos usos do tempo e à relação desenvolvida pelos jovens com os espaços que habitam observou-se uma tendência generalizada para atividades mais passivas e uma reduzida assiduidade em espaços cruciais para o seu desenvolvimento pessoal, cultural e cívico. Existirão explicações plausíveis para tais observações, algumas das quais poderão ser procuradas e aprofundadas em futuras investigações, ainda assim, parece-nos legítimo lançar algumas questões: estarão as tendências de apropriação do tempo e do espaço observadas a inibir o acesso a oportunidades importantes para o desenvolvimento pessoal dos jovens face às suas circunstâncias de vida atuais? Haverá necessidade de uma ação externa que impulse a articulação entre o papel de cada espaço e os interesses, necessidades e expectativas dos jovens? De que forma os espaços locais poderão tornar-se mais atrativos e, porventura, constituir um apoio adicional às transições através de uma estratégia local concertada?

Os dados revelaram, de modo incisivo, um visível descontentamento dos jovens em relação às políticas para as novas gerações, bastando recordar que 82,6% dos jovens as classificou como muito inadequadas, inadequadas ou indiferentes. Relativamente aos obstáculos à integração dos jovens no mercado de trabalho, este estudo demonstrou que a falta de experiência profissional e as insuficientes oportunidades de trabalho constituem, de acordo com as perspectivas dos participantes, fortes entraves a uma transição bem-sucedida, levando os jovens a entrar num autêntico círculo vicioso, pois a ausência ou exígua experiência profissional, natural de quem está em início de carreira, acaba por colidir com um mercado de trabalho com escassas oportunidades para colmatar tal lacuna. Note-se que foram os jovens com o ensino superior que mais reportaram este obstáculo. A falta de apoio no processo de procura de emprego, principalmente para os jovens que se encontravam à procura da sua primeira experiência profissional, revelou ser, também, uma barreira no acesso ao mercado de trabalho. Será válido intuir que tal perceção anuncia a conjugação da complexidade inerente às diligências da procura de emprego e dos grandes níveis de insegurança e falta de preparação dos jovens para as enfrentar, já que exigem, efetivamente, a articulação de um plano estratégico pessoal e uma adequada leitura dos contextos socioprofissionais.

A terceira questão de investigação procurava compreender como é que os jovens NEET de Sintra percecionavam a escola e o mundo do trabalho a partir dos seus interesses e das suas próprias vivências de transição e construção de projetos de vida. As convicções geradas a partir de um amplo corpo de dados, apresentados essencialmente no quarto artigo – capítulo IV (e numa parte do

artigo/capítulo III), permitiram-nos construir uma base compreensiva do fenómeno NEET, mediante as percepções dos próprios jovens. Ora, não podemos dissociar este momento do estudo de uma ocorrência observada à escala mundial – pandemia de Covid-19 – que, inevitavelmente, influenciou de uma forma muito significativa os resultados alcançados.

Em confluência com indicadores revelados por relatórios internacionais, uma primeira convicção aponta precisamente para o impacto da crise pandémica nas trajetórias de vida dos jovens, quer pela perda de emprego e rendimentos, quer pelas dificuldades acrescidas em integrar o mercado de trabalho que, naturalmente, em algumas situações, culminaram em conjunturas NEET. Sendo os jovens particularmente vulneráveis e permeáveis aos efeitos de períodos de crise e, tendo em consideração o seu posicionamento profissional no período pré-pandémico, muito voltado para o Turismo (setor de atividade muito expressivo no município em estudo – Sintra), Comércio e Aviação, facilmente compreendemos o porquê de as gerações mais jovens terem sido as mais afetadas mal eclodiu a pandemia. Tal como demonstrado pelo Eurofound (2021), as consequências mais alarmantes da crise pandémica direcionaram-se para os jovens com qualificações intermédias e contratos precários, em especial ao nível dos contratos temporários nos setores do Turismo e Serviços de Apoio.

Neste duplo embate de uma pandemia e do afastamento de importantes subsistemas sociais como a educação e o emprego, irromperam, indiscutivelmente, múltiplos condicionamentos com um forte impacto nos projetos de vida dos jovens. Um dos efeitos mais significativos demonstrado pelo estudo diz respeito às dificuldades financeiras, traduzidas na reconfiguração ou mesmo perda de independência, espelhada em dinâmicas *boomerang*, na qual os jovens, apesar das tentativas de autonomização, acabaram por regressar à casa dos pais dada a incapacidade em fazer face aos seus encargos. Perante cenários de desemprego e consequente instabilidade financeira, de acordo com o Eurofound (2021), a retaguarda familiar, em especial durante a pandemia, foi mesmo a principal fonte de segurança dos jovens, facto que poderá denotar efeitos positivos, mas também negativos, perante uma proteção e dependência limitadora. Na verdade, nos relatos autobiográficos ficou patente uma certa inércia e acomodação ao “compasso de espera” associadas a um exíguo investimento na procura ativa de emprego, devido, em parte, ao conforto e segurança do tal suporte familiar.

A angústia e frustração sentidas pela perda de independência, a necessidade de apoio dos pais, a dificuldade de adaptação a uma nova rotina resultante das medidas de saúde pública implementadas nos períodos mais críticos da pandemia, a privação do acesso a estilos de vida e de lazer inerentes à cultura de consumo e socialização e o adiamento de projetos pessoais e profissionais sistematizam o quadro desafiante enfrentado por estes jovens, dando legitimidade às perturbações mentais e emocionais que afirmaram sentir. Aliás, foi amplamente demonstrado em relatórios internacionais que a conjuntura pandémica e todas as dinâmicas subsequentes contribuíram, seriamente, para a redução dos níveis de bem-estar e saúde mental dos jovens.

Apesar do indiscutível impacto negativo descrito, os resultados alcançados permitiram observar a coexistência de efeitos positivos desencadeados por esta complexa conjuntura, firmados numa verdadeira oportunidade de aprendizagem e autoconhecimento, impulsores de desenvolvimento e metamorfose pessoal. Esta convicção é sustentada pelas narrativas dos jovens que participaram no *focus group*, reveladoras de uma atitude proativa e de abertura ao conhecimento, de desenvolvimento do sentido de responsabilidade e de organização e, até mesmo, de uma melhoria das relações interpessoais, dada a possível influência deste “olhar para dentro” na construção de dinâmicas mais harmoniosas no seio familiar que, como vimos, em muitas situações, constituiu um apoio fundamental para os jovens. Ainda que estes resultados, como todos os que se alcançaram no âmbito deste estudo, nos aconselhem moderação interpretativa, parece-nos perfeitamente válido sugerir que os jovens reconheceram, neste interregno imposto, um momento propício à autorreflexão e mapeamento das suas crenças, atitudes e comportamentos, num movimento de lapidação e comprometimento com a melhor versão de um *Eu* em permanente (re)construção.

Uma implicação muito significativa do presente estudo relaciona-se com o modo como os participantes percebem o sistema educativo, do qual emergiram importantes tópicos de discussão. Pelos relatos empreendidos cumpre-nos veicular que os jovens não se reveem na forma de organização e funcionamento do atual sistema de ensino e dinâmicas envolventes. Com efeito, o enraizamento de um modelo pedagógico expositivo, estandardizado e demasiado centrado nas competências cognitivas e no cumprimento de metas e programas curriculares alimenta a sensação generalizada de que a escola não está a conseguir criar um ambiente favorável à plena apropriação de instrumentos culturais, competências, ferramentas e atitudes essenciais à afirmação pessoal e social dos jovens nas sociedades contemporâneas.

Da análise de conteúdo efetuada é possível inferir a persistência de um sentimento de que a escola não prepara os jovens para os desafios e imprevisibilidade dos novos tempos, ressaltando uma série de condicionamentos que importa elencar: pressão para seguir caminhos pré-estabelecidos, dada a interferência de expectativas alheias a favor de um suposto sucesso e estatuto, observada, por exemplo, na sobrevalorização do ensino superior em detrimento do ensino profissional, que continua a ser alvo de prejudiciais estereótipos e preconceitos; ausência ou fragilidade de um modelo propulsor do sentido crítico, criatividade e autonomia dos alunos, que limita a construção de aprendizagens verdadeiramente significativas e a exploração da identidade e talentos individuais dos jovens, dando origem a grandes inseguranças e incertezas na definição dos seus projetos de vida; ausência de clareza sobre a aplicabilidade e relevância de determinadas aprendizagens propostas; inexistência de um modelo pedagógico que promova a esfera do autoconhecimento e do desenvolvimento pessoal; e ineficácia dos serviços e mecanismos de orientação escolar e profissional, que impossibilitam a minimização dos níveis de insegurança no momento de definirem o futuro académico e/ou profissional.

Outra implicação do presente estudo diz respeito ao domínio das transições e mercado de trabalho. De acordo com conclusões já apuradas em etapas anteriores, a tentativa de aproximação ao mercado laboral é acompanhada pelo amargo confronto com uma realidade imersa em precariedade, muito distante do retorno ambicionado e esperado após a dedicação a um percurso qualificante, gerando uma onda de desalento e até de descrença nos diplomas, perante a complexidade e dificuldade ao nível da conquista da independência e liberdade na gestão de projetos de vida pessoais e profissionais. Uma outra convicção que nos cumpre elucidar refere-se a uma inegável falta de apoio sentida pelos jovens aquando da transição para o mercado de trabalho, situação reveladora de uma evidente lacuna ao nível da assistência à procura de emprego por parte das estruturas públicas concebidas para o efeito que, decisivamente, têm uma missão crucial no suporte e minimização dos níveis de insegurança dos jovens nesta desafiante travessia.

O perceptível descontentamento dos jovens em relação às dinâmicas do mercado de trabalho e políticas públicas, face aos obstáculos experienciados ao longo do seu processo de transição, sublinha a prevalência de fatores de caráter estrutural, os quais vêm reforçar a necessidade de rutura com perspetivas unilaterais que apenas invocam as atitudes e escolhas, muitas vezes condicionadas, dos próprios jovens na predição da conjuntura NEET. Convictos dos preocupantes riscos subjacentes ao descompasso entre as aspirações e competências dos jovens e a dificuldade em alcançar um lugar no mundo laboral, problemática persistente à escala mundial, é importante ressaltar o apelo efetuado pelos jovens relativamente à necessidade de maior abertura do tecido empresarial, viabilizando mais oportunidades para que estes possam demonstrar o seu valor e competências.

Atendendo aos fortes entraves decorrentes da escassa experiência profissional e oportunidades reduzidas, é notória a premência de uma resposta concertada que permita suplantar tal barreira, não só através da garantia e reforço de iniciativas facilitadoras da obtenção de experiência profissional após a conclusão de percursos educativos/formativos, mas também, mediante a supervisão dos programas existentes, como é o caso dos estágios promovidos pelo IEFP que, de acordo com as perspetivas dos jovens, nem sempre conduzem a efetivas oportunidades de trabalho, perpetuando vínculos frágeis e incertos.

Assumida a validade das conclusões geradas a partir do envolvimento dos próprios jovens NEET, será imprescindível que elas possam implicar, verdadeiramente, uma reflexão alargada sobre as desafiantes circunstâncias experienciadas por estes jovens e reequacionar novas soluções. Se é verdade que a voz dos jovens configurou uma valiosa âncora deste trabalho, limitarmo-nos a ela, negligenciando o *know-how* e visão de importantes agentes locais envolvidos nas dinâmicas educativas e laborais, tornaria esta investigação inconclusa. Por este motivo, e fazendo a ponte com a quarta e última questão de investigação enunciada, considerámos fundamental incluir uma componente que possibilitasse alargar a discussão dos resultados do estudo a agentes locais, procurando perceber até que ponto estes se mostravam sensíveis às perceções dos jovens e à

necessidade de repensar os seus contributos para novas políticas e práticas de socialização profissional.

Priorizando uma abordagem reflexiva e crítica, a integração desta dimensão permitiu construir uma visão alargada das dinâmicas que caracterizam as novas gerações, sob vários prismas, tornando possível a estabilização de uma base de conhecimento local que, naturalmente, de modo integrado e concertado, contribuiu para consolidar uma proposta comprometida com o sucesso das trajetórias e projetos de vida dos jovens. A resposta a esta quarta questão de investigação encontra-se devidamente exposta na próxima secção.

2. Outros olhares sobre os resultados

A jornada de investigação percorrida, tendo privilegiado o envolvimento e a auscultação dos próprios jovens NEET, mediante a combinação de diversas técnicas de recolha de dados, preconizada pelo estudo de caso empreendido, deu origem a um relevante conjunto de resultados, passíveis de contribuir para um melhor conhecimento e compreensão do fenómeno NEET no município de Sintra e, conseqüentemente, arquitetar novas possibilidades de resposta à problemática. Dado o interesse da informação recolhida e, concomitantemente, o carácter multidimensional da categoria NEET, a integração de uma metodologia de discussão de resultados partilhada e triangulada com outros agentes locais afigurou-se determinante, favorecendo uma dinâmica verdadeiramente colaborativa e mobilizadora das distintas vivências, percepções e *know-how* de todos aqueles que, direta ou indiretamente, se encontram implicados neste complexo problema social.

Com efeito, após a discussão de resultados anteriormente apresentada, decidiu-se alargar a discussão dos resultados à sociedade, através de um *focus group*, convidando cinco agentes locais a pronunciarem-se sobre algumas das principais convicções resultantes das etapas anteriores do estudo, em representação das seguintes entidades: Câmara Municipal de Sintra (A), Agrupamento de Escolas (B), Estrutura Empresarial (C), Instituto do Emprego e Formação Profissional (D) e, ainda, um Investigador (E) com reconhecida produção científica no âmbito da juventude.

Uma pequena apresentação alusiva ao modo como os jovens NEET percecionavam as suas vivências educativas, profissionais e pessoais constituiu, nos diferentes momentos do *focus group*, uma importante base de debate, conduzindo os participantes à reflexão e partilha das suas visões no âmbito de três núcleos temáticos dominantes: razões para a conjuntura NEET e respetivo impacto nas vivências e projetos de vida dos jovens; percepções sobre o sistema educativo e respetiva influência na situação NEET; e, por fim, percepções sobre o processo de transição para o mercado de trabalho e políticas públicas. Deste procedimento resultaram contributos muito significativos, refletidos num conjunto de categorias de análise deladoras dos complexos desafios e dinâmicas que envolvem as novas gerações e respetivos contextos em que se inserem.

2.1. Conjuntura socioeconómica e impacto da Covid-19

Numa primeira instância foram enunciadas as causas estruturais da evolução da categoria NEET, aliadas à indubitável diminuição do abandono escolar precoce e ao acelerado aumento dos níveis de qualificação da população, registado, principalmente, na última década, em especial ao nível do ensino secundário (mas também do ensino superior). Ao mesmo tempo foi recuperado o enquadramento económico 2013-2020, marcado por um grande expansionismo, que levou Portugal a apostar estrategicamente no setor do Turismo, aumentando, por conseguinte, a proliferação de postos de trabalho, em grande medida ocupados pelo segmento mais jovem da população. Ora, as visões partilhadas pelos parceiros sobre a conjuntura NEET não se dissociaram do período de crise pandémica que o país atravessou, o qual sustentou um inegável consenso ao nível do impacto no emprego e na vida pessoal dos jovens.

Inegavelmente, a Covid-19 inverteu os progressos anteriormente alcançados, criando um verdadeiro tumulto na vida das novas gerações, dado o aumento exponencial das taxas de desemprego nas faixas etárias mais jovens. Os jovens até aos 29 anos foram, de facto, os mais afetados pelos efeitos da crise pandémica e, naturalmente, os mais expostos a situações de desemprego, conjuntura que se explica não só pela grande precariedade que caracterizava os seus vínculos laborais (e.g. contratos temporários), como também pela sua ligação ao Turismo, setor de atividade muito expressivo em Sintra (e mais propenso à precariedade laboral) que, durante algum tempo, nos períodos mais críticos de pandemia, viu a sua operação reduzida a zeros.

“A questão económica de 2013-2020 (...) foi um sucesso tremendo, gerou imenso emprego e dinheiro e foi uma boia de salvação para os jovens. Chegou-se a 2020 e há um travão a fundo, os jovens ficam mais fragilizados porque muitos destes NEET ou trabalhavam no setor do Turismo ou no subsetor da restauração” (C)

“A Covid-19 veio baralhar a vida dos jovens, criando um aumento de desemprego bastante significativo, porém, não foi um desemprego habitual ou idêntico ao da crise das dívidas soberanas em 2012, foi um desemprego que incidiu muito mais na faixa etária dos jovens até aos 29 anos” (D)

“(...) os jovens até aos 29 anos foram os mais afetados e mais expostos a situações de desemprego, não só porque estavam em situações mais precárias, mas também porque as áreas que foram mais afetadas são aquelas que têm um nível de precariedade maior, maior número de contratos temporários” (E)

O número de jovens NEET em Sintra foi analisado em função do contexto económico, logo, a reflexão partilhada por alguns agentes locais fez-se acompanhar pela convicção de que o retomar da atividade económica e turística no município, ultrapassado o período tempestuoso de pandemia, deu origem a uma clara diminuição das taxas de desemprego, sendo estes mesmos jovens os responsáveis por tal movimento.

“Não veio resolver tudo, mas da mesma forma que a Covid-19 se traduziu num aumento significativo dos NEET, também a retoma da atividade económica possibilitou resolver uma parte importante daquilo que era o número dos NEET de Sintra” (D)

O impacto da crise pandémica não se fez sentir apenas ao nível do emprego, ressaltando um sentimento generalizado em torno das consequências negativas para a saúde mental e emocional dos jovens, situação que tem vindo a despertar uma grande preocupação no contexto local, corporizada pela procura de estratégias/iniciativas que ajudem a mitigar esta problemática.

Os aspetos positivos da pandemia, narrados pelos jovens nas fases anteriores do estudo, foram alvo de uma reflexão muito interessante por parte dos agentes locais. Por um lado, irrompeu a convicção de que a forma como estes jovens vivenciaram e reagiram a esta fase está mais relacionada com um conjunto de ferramentas alusivas às competências socioemocionais que foram desenvolvendo ao longo da vida do que, propriamente, com os seus níveis de qualificação. Por outro lado, foi também assumida uma maior atenção ao bem-estar pessoal e social que, atualmente, conduz os jovens a intencionar um maior equilíbrio entre a sua vida pessoal e o trabalho e, até mesmo, a equacionar novas possibilidades profissionais, mais alinhadas com os seus interesses. Um dos participantes acrescentou, ainda, o carácter contraditório inerente à coexistência de perturbações mentais/emocionais e de uma melhoria das relações interpessoais relatadas pelos jovens na etapa anterior do estudo, que parece não estar em linha com as conclusões dos grandes estudos quantitativos.

“A questão da saúde mental é preocupante e muito identificada pelos nossos jovens como uma das dificuldades de hoje e que nos parece fundamental atacar e tentar minimizar” (A)

“Há uma grande preocupação na comunidade em geral (Saúde Escolar, Agrupamento, Autarquia) com a saúde mental dos jovens. Não é só por causa da pandemia, mas veio acentuar claramente, e a escola tem vindo a procurar estratégias de desenvolvimento de competências socioemocionais” (B)

“Um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional vai passar a ser importante. O estudo fala em melhoria das relações interpessoais, mas isto é contraditório com aquilo que os grandes estudos quantitativos mostram, pois nitidamente, os níveis de saúde mental nesta população pioraram muito em consequência da pandemia (...) é importante explorar e perceber melhor o significado deste impacto” (E)

2.2. Novos perfis de jovens na educação e no trabalho

Todas as dinâmicas e reconfigurações estruturais retratadas pelos participantes confluíram para uma total transformação dos perfis de jovens na educação e no emprego que importa analisar. Na atualidade, em virtude do progressivo aumento dos níveis de qualificação da população

portuguesa, os serviços públicos de emprego defrontam-se, após períodos críticos como a Covid-19, com uma nova realidade, assistindo-se a uma inegável afluência de jovens com o ensino secundário, o que coloca novos desafios ao nível das carreiras que ambicionam. Esta questão torna perceptível a emergência de novos arquétipos, alicerçados numa autêntica reconceptualização da relação dos jovens com o trabalho. Se é verdade que o interregno provocado pela pandemia despertou e intensificou um movimento de reconstrução pessoal e um “mudar de vida” (associado aos efeitos positivos deste período de crise), é igualmente assumida uma tendência de recusa de certos trabalhos pelos jovens, dada a dissonância com o estilo de vida desejado, ancorado no novo paradigma de maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

“Estamos numa fase em que os jovens no geral, não só os NEET, vão reconceptualizar a sua relação com o trabalho (...) e isto coloca-nos novos desafios do ponto de vista de quais são as carreiras que estes jovens vão procurar fazer. Vai ser um desafio para os serviços e para as próprias empresas” (E)

Nesta linha de ideias, os participantes acrescentaram, inclusive, que muitos jovens não pretendem retomar as mesmas áreas profissionais, especialmente aquelas que foram mais afetadas pela pandemia, não só pelo receio da volatilidade e precariedade de determinados setores de atividade (como o Turismo), como também pelo processo de autoconhecimento oportunizado pela crise pandémica que, invariavelmente, levou alguns jovens a almejar novas experiências e a apostar noutras áreas, num movimento de reconversão de carreira, sobretudo, ligadas às novas tecnologias, como é exemplo o projeto local *Bytes4Future*. Um novo contributo apontou, ainda, para a proliferação de uma nova economia não quantificada, potenciadora de oportunidades de investimento e de rentabilização que, de alguma forma, conferem segurança aos jovens e, concludentemente, o adiamento de uma efetiva integração no mercado de trabalho.

“(...) há uma menor procura de áreas/profissões que foram mais afetadas pela pandemia, reflexo da preocupação dos jovens caso surja uma nova crise que os leve mais facilmente ao desemprego. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma maior procura por áreas e profissões ligadas às tecnologias” (B)

“Existe toda uma economia nova que não é quantificada (pequenos tarefeiros, oportunidades de rentabilizar dinheiro através de plataformas e-commerce, investimento em bolhas cíclicas de criptomoedas, etc.) em que os jovens têm facilidade em investir, acabando por ter rendimentos que lhes permite não estar disponíveis para integrar o mercado de trabalho” (C)

“Muitos dos jovens que saíram de atividades de Turismo não estão dispostos a voltar a essas atividades, querem outras experiências, não se importam de apostar em formação noutras áreas. O Bytes4Future e outras iniciativas estão a levar jovens com ensino superior para formação em áreas de programação/informática num movimento de reconversão e requalificação” (D)

A emergência destes novos perfis e tendências corroboram a coexistência de distintos subgrupos de NEET, os quais exigem uma análise cuidada e diferenciada. Se, por um lado, nos deparamos com jovens desencorajados e em maior risco, dada a influência da conjuntura sociocultural e económica em que se movimentam, inerente a contextos potencialmente vulneráveis (muito evidente em alguns mosaicos territoriais do município de Sintra), por outro lado, há jovens que se encontram a aguardar oportunidades consentâneas com os seus interesses ou em processo de reconversão de carreira. Em relação a este último subgrupo não deixou de ser referido que a possibilidade de os jovens se manterem neste “compasso de espera” e até recusarem algumas oportunidades está associada a uma importante retaguarda familiar.

“(...) são jovens que estão à espera da oportunidade certa ou a reconverter carreira. Não aceitam certos trabalhos porque consideram que não estão de acordo com o seu estilo de vida, é uma nova tendência completa. (...) há de certa forma um enquadramento familiar que lhes permite estar mais confortáveis e esperar por aquilo que realmente querem fazer e se calhar até recusam algumas oportunidades” (C)

2.3. Transformação da escola e desafios atuais

A leitura das perceções dos jovens sobre o sistema educativo atual, de acordo com as suas vivências, conduziu os participantes a uma profícua partilha, pautada por alguns consensos, mas também, por novas visões que vieram enriquecer todo o debate e reflexão desejada. Existe, efetivamente, uma opinião generalizada assente na necessidade de transformação da escola, não obstante o incremento de uma série de reformas educativas, como o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO) e o *Decreto Lei n.º 54/2018* (Educação Inclusiva), os quais têm produzido importantes mudanças. Todavia, serão estas reformas suficientes para a edificação de uma escola democrática e alinhada com as exigências da contemporaneidade?

Ainda que notória alguma inquietação pela perceção francamente negativa manifestada pelos jovens em relação à escola, tendo em conta os esforços já empreendidos no âmbito da autonomia das escolas e consequentes diligências em termos de adaptação curricular, foi amplamente reconhecido que o ensino se desenvolve, ainda, num modelo demasiado teórico, rígido, estandardizado e pouco centrado nas aprendizagens e competências do aluno. Apesar das metodologias de trabalho que têm vindo a ser implementadas, às quais se associa a esperança de que estejam, efetivamente, a influenciar de modo positivo a perspetiva dos alunos sobre a educação, parece haver pouco impacto nas práticas da generalidade das escolas que, continuamente, adiam a capacitação dos jovens para o ciclo de ensino seguinte.

“Concordo em absoluto com a análise feita pelos jovens. Há grandes alterações já, é verdade (...), mas ainda há pouco efeito nas práticas da generalidade das escolas. A matriz do nosso

sistema, e sobretudo ao nível do secundário, parece que, sistematicamente, adia a capacitação dos jovens para a sua vida ativa e para a plenitude do exercício da sua cidadania para o ciclo seguinte” (A)

“A escola tradicional já não dá resposta a grande parte dos nossos alunos. (...) o ensino ainda é muito rígido e estandardizado, demasiado teórico, expositivo e pouco centrado nas aprendizagens do aluno e nas competências que o aluno tem que desenvolver de acordo com o perfil do aluno para o século XXI” (B)

“A sala de aula precisa de mudar, é claro para todos. Por mais que possam ter sido feitas algumas alterações a nível curricular estamos a anos-luz do modelo de sala de aula que se pretende ter” (C)

Importa mobilizar uma partilha muito particular em linha com a crescente valorização de um importante conjunto de competências para além do conhecimento que os jovens acumulam e que facilmente se desatualiza perante a imprevisibilidade dos novos tempos – as competências socioemocionais. Com efeito, foi mencionado que no âmbito da participação da Câmara Municipal de Sintra (em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério da Educação) num estudo da OCDE sobre as competências socioemocionais dos jovens com 10 e 15 anos, uma das conclusões remeteu para o contributo determinante das atividades extraescolares, particularmente, as de cariz artístico, para o desenvolvimento destas competências. Se a redução das diferenças representa um dos papéis da escola, a constatação da existência de fatores externos com um impacto tão significativo na forma como os nossos jovens se desenvolvem conduz a uma preocupante incongruência.

“Jovens que têm outras oportunidades fora da escola desenvolvem mais um conjunto de competências (...) aquelas que melhor os habilitam para o exercício de uma cidadania plena. É um paradoxo, pois um dos papéis da escola devia ser, de facto, a redução das diferenças. O próprio sistema educativo tem de ser capaz também de fazer o upgrade e mudar as suas práticas para criar condições de igualdade efetiva de oportunidades de desenvolvimento” (A)

Embora tenha sido reconhecida a importância e necessidade de mudança de paradigma, não deixam de ser mencionados consideráveis obstáculos à sua concretização. Foi referido, de antemão, o peso de um longo historial que caracteriza uma parte muito significativa da escola dos últimos dois séculos, tornando todo este processo de mudança muito longo, dada a complexidade inerente à mudança de mentalidades, desde logo, a dos professores, pela dificuldade de adaptação a modelos pedagógicos inovadores, que não se consegue resolver de um momento para o outro e, depois, a da sociedade em geral. Outra condicionante admitida pelos participantes, a qual contribui para a morosidade desta transição de paradigma, diz respeito a aspetos específicos da classe docente, cuja carreira tem vindo a ser desvalorizada, refletida na elevada sobrecarga do papel do professor para além do tempo letivo, na perda de respeitabilidade e, também, na pressão que enfrentam por parte das famílias. Na análise dos obstáculos à transformação da escola foram também partilhadas

algumas percepções relativamente aos próprios alunos, pois paralelamente a um evidente decréscimo do abandono escolar precoce, muitos alunos revelam atitudes de alienação e desmotivação, permanecendo na escola pela ausência de clareza em relação ao seu futuro profissional, cenário que leva a conjecturar uma nova forma de abandono escolar.

“Não é fácil (...), há um historial bastante grande e mudar algumas mentalidades, desde logo a dos professores e depois a da sociedade em geral, vai demorar ainda algum tempo. (...) Há jovens que por não conseguirem encontrar uma profissão que gostariam de fazer, acabam por ficar na escola (...) ainda que os alunos estejam na escola, não estão a construir aprendizagens significativas porque não querem saber e isso, de alguma forma, pode ser entendido como abandono escolar” (B)

“Não é fácil... a um professor que esteja a dar aulas há 30 anos de uma maneira não lhe peçam para de um dia para o outro ele inventar um modelo completamente inovador porque ele não sabe, não tem competências para isso, nem se sente confortável em fazê-lo. Vai ser um caminho de transição. E os pais também não estão a ajudar (...). É uma carreira que não tem sido propriamente valorizada nos últimos tempos e cria até um problema de falta de vontade de as pessoas virem trabalhar para este setor. (...) E tudo isto é muito bonito dizer se os alunos estiverem interessados nas aulas, isso eles não dizem aí, porque muito possivelmente os que se queixam são os primeiros a estar completamente alienados, desmotivados e desengajados da atividade que se pretende fazer e em alguns contextos socioculturais então é uma autêntica zona de guerra em que o professor muitas vezes tem medo de entrar na sala de aula” (C)

Não obstante a necessidade de transformação da escola, foi proferido um alerta no sentido de acautelar a interpretação destes dados, assente no entendimento de que existirá sempre um descompasso entre o que a escola representa e proporciona e o que os jovens percebem e esperam dela. Deste modo, o desiderato da escola não passará pela supressão desta diferença, mas sim, pelo seu encurtamento. Ao mesmo tempo foi feita alusão à dimensão territorial, pois apesar das reformas no domínio educativo efetuadas nos últimos anos, persistem graves problemas em termos de adaptação das políticas educativas a cada território. Quer isto dizer que, mesmo com a descentralização de competências, a comunidade local parece não estar a assumir, de modo efetivo, um papel ativo na determinação das estratégias educativas, pois, caso contrário, este desfasamento entre o que os jovens querem e o que a escola oferece, não se faria sentir de uma forma tão significativa.

“O tempo da educação não é nem nunca vai ser igual ao tempo das necessidades quotidianas (...). Portanto, a educação vai estar sempre desfasada da realidade. Queremos é de alguma forma encurtar esse desfasamento” (B)

“Não estou a dizer que não há aqui, obviamente, uma mudança que as escolas têm de fazer, agora este gap nunca se vai resolver, a escola vai estar sempre atrás daquilo que os jovens necessitam e querem, das suas expectativas. O desafio da escola não é resolver esse gap, é encurtá-lo. (...). Só chamaria a atenção para a necessidade de ponderar uma maior localização e territorialização das políticas educativas para resolver esta e outras problemáticas que são

relevantes no domínio desta transição escola-trabalho (...). O que eu sinto é que estamos muito longe das comunidades terem um papel efetivamente ativo (onde se incluem os jovens) na definição das prioridades educativas de cada território” (E)

2.4. Reconhecimento e valorização do ensino profissional

O confronto com as narrativas dos jovens sobre a importância e necessidade de reconhecimento do ensino profissional viabilizou uma perspectiva otimista traduzida na assunção de uma grande evolução no modo como a sociedade e os próprios jovens percecionam o ensino profissional, enquanto primeira opção e não como última oportunidade. Tal constatação é corroborada não só pela redução abrupta da idade média de acesso dos jovens ao ensino profissional, como também, pela sensação generalizada de que esta via oportuniza uma melhor preparação para o prosseguimento de estudos.

Contudo, apesar da evolução sentida, foi também reconhecido um movimento de “ir atrás do prejuízo” com muita coisa já feita e outra tanta ainda por desenvolver. A ambição pelo alcance do retorno empreendido não se dissocia, pois, da urgência de um novo paradigma educativo e formativo em Portugal. Ao mesmo tempo, foi identificada uma pressão social persistente, em especial por parte das famílias, que impelem os jovens a seguir a via do ensino superior, desprestigiando o ensino profissional, razão pela qual foi concebida a premência de um trabalho com as famílias e, também, com a própria escola neste sentido.

“Há poucos anos, a maior parte dos jovens que estavam no ensino profissional tinham acumulado pelo menos uma retenção ou mais e, em muitas situações, o ensino profissional era a última oportunidade. Hoje, a maior parte dos nossos alunos tem 15 anos, portanto, quer dizer que o ensino profissional é mesmo uma opção, é aquela primeira escolha dos alunos. (...) muitos dos alunos vão para o ensino profissional, mas querem ir para o ensino superior e eles próprios assumem que o ensino profissional os prepara melhor para o prosseguimento de estudos. (...) Mas há uma pressão ainda muito grande das famílias e há um trabalho grande a fazer com as próprias escolas, mesmo do ponto de vista da formação inicial” (A)

“Na questão da valorização do ensino profissional estamos a fazer o nosso caminho, a ir atrás do prejuízo e estamos a conseguir reduzir a distância que nos separava da esmagadora maioria dos países da EU. Isto é um trabalho de duas ou três gerações, há muita coisa que foi feita, há muita coisa que é preciso fazer e há instrumentos que foram criados e não estão a ter, propriamente, o resultado pretendido” (D)

Apesar do caminho desbravado, o qual terá impulsionado o despertar para uma nova perspectiva do ensino profissional, certos contributos vieram reforçar e recuperar o impacto da estigmatização a que os cursos técnico-profissionais, duradouramente, foram sujeitos, ao gerarem complexas dinâmicas no próprio mercado de trabalho. Encontramo-nos, pois, perante uma inquestionável escassez de mão-de-obra num vasto conjunto de áreas técnicas para responder às

necessidades do mercado, pelo que, na senda da lei da procura e da oferta, áreas anteriormente “depreciativas” são agora alvo de remunerações acima dos valores expectáveis.

“Atualmente há uma série de vertentes técnicas para as quais os nossos jovens não foram preparados para exercer. Existe uma falta grande a nível técnico numa série de áreas que não eram bem vistas e que, neste momento, são pagas a peso de ouro porque não há ninguém que as possa fazer. É comum um electricista ou canalizador ganhar mais de 3000€ e um licenciado ganhar menos de 1000€” (C)

Numa tentativa de resposta a todos estes desafios é anunciado que o município tem vindo a apostar em estratégias promotoras do reconhecimento e progresso desta via, corporizadas não só pela oferta de cursos profissionais nas escolas, como também pela concretização de projetos mais ambiciosos, como é o caso da criação da Escola de Segunda Oportunidade, através da qual os jovens em situação de abandono escolar (ou em risco de tal desfecho) ou que tenham trajetórias anteriormente marcadas pelo insucesso, possam encontrar um novo rumo.

Outros contributos deram conta da criação de mecanismos capazes de assegurar aos jovens provenientes das vias profissionalizantes (ensino secundário) uma continuidade em termos de ensino superior, como é o caso dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), com uma maior componente prática comparativamente aos cursos superiores tradicionais. Por fim, recuperando modelos já em desenvolvimento no terreno, importa mobilizar uma partilha defensora de uma maior articulação entre o tecido empresarial e o sistema educativo, no sentido da criação de sistemas de aprendizagem de dupla certificação dentro das próprias empresas que, certamente, contribuirão para a mudança cultural.

“Para além da existência de cursos profissionais, têm a Escola de Segunda Oportunidade (...) é uma forma de mostrar aos jovens que é possível proporcionar-lhes uma experiência de escolarização diferente e mais alinhada com as suas necessidades” (B)

“Quando conseguirmos trazer mais modelos destes, mais empresas de maior projeção a apostar, elas próprias, no sistema profissional, eu acredito que esta visão da falta de reconhecimento do ensino profissional (que atualmente ainda predomina) possa mudar. Mas isto não se consegue por decreto, consegue-se com avanço geracional, cultural (...). Portanto, o chip tem de mudar, mas não é só ao nível das escolas e do sistema formativo português” (D)

2.5. Reconfiguração do mercado de trabalho e desafios atuais

A falta de experiência profissional, um dos obstáculos mais reportados pelos jovens na transição para o mercado de trabalho, constituiu uma das primeiras dimensões de análise por parte dos participantes, face ao carácter inesperado de tal perceção. Uma das intervenções admitiu uma certa incongruência entre a posição do tecido empresarial e as perceções dos jovens, asseverando que, hoje em dia, as empresas valorizam, essencialmente, a capacidade de trabalho e de

aprendizagem dos seus colaboradores. A perspectiva do representante da autarquia, dada a parceria que esta vem criando com o tecido empresarial, demonstra que mais do que competências técnicas, os empresários estão preocupados e valorizam, sobretudo, a formação integral, muito associada às competências pessoais e socioemocionais.

Portanto, a questão das competências transversais é, efetivamente, um tema nuclear que atravessa todo o percurso do indivíduo, sendo notório o impacto que esta lacuna, tão bem ilustrada pelos jovens, apresenta no processo de transição para o mercado de trabalho. Neste contexto, considera-se que muitos dos fatores individuais que possam estar a condicionar uma integração profissional bem-sucedida (e.g. falta de responsabilidade, baixa resistência à frustração, entre outros aspetos) têm uma clara origem na fragilidade encontrada ao nível de um importante conjunto de competências pessoais e sociais, que o próprio sistema educativo e comunidade deveria disponibilizar aos jovens, minimizando as dificuldades na transição para a vida adulta.

De igual forma, a interpretação em torno da segunda barreira percebida pelos jovens no acesso ao emprego – escassas oportunidades existentes no mercado de trabalho – expressou uma sensação de contradição, dada a existência de ofertas de emprego (IEFP) que, atualmente, não conseguem ser satisfeitas. Portanto, o tópico da experiência profissional, dada a real desadequação entre aquilo que a economia necessita e as qualificações dos jovens, está imbuído numa grande complexidade, cuja explicação poderá estar na mudança completa de paradigma do mercado laboral associada à reconfiguração dos perfis de jovens anteriormente explorada. Foi revelado que, muitas vezes, as ofertas não estão em linha com os interesses e vontade dos próprios jovens, que acabam por rejeitar vínculos laborais (muito comum na área hoteleira), ansiando novas experiências.

“É curioso porque do lado das empresas o que é mais pedido são recursos humanos com capacidade para trabalhar, aprender, mais do que a valorização da experiência profissional propriamente dita. Cada um de nós pode consultar o site do IEFP e avaliar as ofertas disponíveis e que não conseguem ser satisfeitas. Neste momento, em alguns setores de atividade estamos, de facto, a ter de olhar para outros mercados lá fora porque cá dentro começa a ser bastante complicado. Ouço o setor da hotelaria dizer-me que, neste momento, são os próprios jovens que não querem assinar contratos de trabalho efetivos, querem estar em freelancers (...), querem ir viajar, aproveitar a vida de uma outra forma” (D)

“(...) preocupem-se em criar miúdos responsáveis, com inteligência emocional, pensamento crítico, ou seja, competências que vêm muito bem expressas no perfil do aluno e que todos nós no nosso discurso mais ou menos teórico já integrámos, mas depois na prática ops... como é que isto se faz? Andamos aqui há não sei quantos anos a discutir o ensino profissional a especialização dos alunos e a generalidade dos empresários vem dizer: 'ok, isso é importante, mas mais importante é o perfil do jovem' ... os empresários dizem que, à primeira contrariedade, os jovens desistem, portanto, são jovens muito pouco preparados para fazer percurso” (A)

A falta de apoio sentida pelos jovens no processo de procura de emprego constituiu um relevante tema de reflexão e partilha sendo, na verdade, acompanhado de alguma surpresa por parte

de alguns participantes. Num dos contributos é assumindo que o apoio neste processo representa uma incumbência dos serviços públicos de emprego e, contrariamente às convicções anteriores ao conhecimento das perceções dos jovens, foi admitida uma falha que pode e deve ser colmatada através do desenvolvimento de ações formativas de Técnicas de Procura de Emprego e do reforço da atuação junto dos Gabinetes de Inserção Profissional, mediante a disponibilização de uma intervenção específica para estes jovens (até aos 29 anos). Uma outra partilha refletiu uma preocupação por parte da escola, que tem vindo a dar o apoio possível neste âmbito.

“Relativamente à falta de apoio na procura de emprego eu acredito que seja verdade, se bem que, na nossa realidade em concreto, nós tentamos sempre que os nossos professores possam dar o maior apoio possível” (B)

“A questão da falta de apoio na procura de emprego... se calhar está na altura de voltarmos a apostar nas Técnicas de Procura de Emprego (...) honestamente achámos que já estava muito mais interiorizado do que pelos vistos está. Aqui confesso que me surpreende um bocadinho este 3º lugar de obstáculos, mas sim, aqui claramente podemos fazer alguma coisa” (D)

Iniciativas como os estágios promovidos pelo Serviço Público de Emprego foram alvo de opiniões diferenciadas que importa elencar. Na verdade, o descontentamento dos jovens em relação ao programa de estágios do IEFP foi também visto com alguma surpresa, dado ser entendido, de modo inequívoco, como uma mais-valia, aliás demonstrada pelos interessantes resultados obtidos ao longo dos anos, ainda que com taxas de empregabilidade variáveis. A nível empresarial, foi confiada a complexidade e dificuldade de resposta às numerosas solicitações de estágios por parte dos jovens, acrescentando, ainda, situações recorrentes em que, mesmo após o início do programa, com todos os trâmites e tempo de preparação envolvidos, os jovens abandonam a experiência pelo facto de esta não ir ao encontro das suas expectativas ou interesses.

“Nós somos bombardeados com pedidos de estágios e é difícil para as empresas. E acontecem situações caricatas em que se recebe o estagiário, preparam-se planos e, ao fim de três dias, o jovem desaparece e diz que não era bem aquilo que queria ou que não lhe apetece. E se for preciso ainda dizem mal da empresa” (C)

“Em termos de programa de estágios continuamos a tê-lo, a ter grandes empresas a vir a jogo, médias e pequenas empresas, é um programa todo ele muito democrático (...). Confesso que também fico surpreendido com este descontentamento dos jovens” (D)

Ainda a respeito da insatisfação dos jovens com os estágios e, também, das suas perceções sobre o obstáculo da falta de experiência profissional, importa mobilizar o ponto de vista particular de um dos participantes. Foi retratada uma forte componente cultural que, invariavelmente, influencia o modo como os jovens e famílias se posicionam em termos de preparação para o mercado de trabalho, num movimento de desresponsabilização e até de negligência em relação a cruciais etapas de aprendizagem em contexto laboral, mesmo que por curtos períodos de tempo

(e.g. estágios de verão), atirando para a escola e outras entidades essa incumbência. Esta reflexão direciona-se, posteriormente, para as diferenças encontradas a nível de desempenho profissional entre jovens licenciados que, regra geral, nunca trabalharam, e jovens dos cursos técnico-profissionais que, pela natureza prática do seu percurso formativo, chegam ao mercado de trabalho com um leque de competências mais sólido para as exigências do quotidiano laboral. Mesmo do ponto de vista da promoção das competências pessoais e sociais é mencionada a importância de os alunos contactarem o mais precocemente possível com o mercado de trabalho ao longo do seu percurso educativo, no sentido de suavizar os “choques” na transição.

“Claro que isto também se consegue, e aí concordo com os jovens, com o contacto dos alunos com o mercado de trabalho ao longo da sua formação, com experiências de estágio, voluntariado que permitam aos jovens ter uma perceção mais adequada do que é a realidade do trabalho para que não existam estes choques na transição” (A)

“Culturalmente, nós aceitamos muito o facto de os jovens terem direito a todos os seus períodos de descanso e não usamos a ferramenta de eles começarem a estagiar o mais depressa possível para ganhar competências que depois lhes facilite a entrada no mercado de trabalho (...). É da responsabilidade deles, dos pais deles (...). Acabam uma licenciatura, fazem um estágio obrigatório no final e com 22/23 anos estão menos preparados do que alguns alunos de 16/17 anos dos cursos técnico-profissionais que vêm habituados a pôr a mão na massa. Este paradigma tem que mudar” (C)

2.6. Um olhar pelas políticas públicas

Confrontados com o descontentamento dos jovens em relação às políticas públicas existentes no nosso país, os parceiros equacionaram a possibilidade de o leque de medidas de incentivo à contratação não estar a chegar ao conhecimento geral, influenciando a apreciação dos jovens nesta matéria. Pois, efetivamente, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), as negociações com a Comissão Europeia em termos de apoios à contratação deram origem a um pacote financeiro bastante generoso, tendo duplicado o valor do financiamento às empresas que celebrem contratos de trabalho sem termo, com jovens e cujas remunerações são mais vantajosas. Neste sentido, não deixaram de ser transmitidas algumas recomendações do ponto de vista da disseminação das linhas de apoio existentes (e.g. apoios à contratação e estágios), mesmo em contexto escolar, pois a garantia de que esta informação chegue, realmente, a todos, constituir-se-á uma mais-valia no processo de candidatura a uma eventual oportunidade de trabalho.

“De alguma forma, a escola poderia fazer chegar esta informação dos apoios existentes, eventualmente, aos pais dos próprios alunos para que eles estivessem informados, pois eu sinto que eles não têm conhecimento destas linhas de apoio. E nós aqui insistimos com os jovens para que quando eles fazem os currículos já incluam as medidas de apoio que existem à sua

contratação, mas são muito poucos os que o fazem, e isso pode ser determinante no processo de seleção. Muitas vezes, o empregador também não sabe” (C)

“(…) está a ser feito um esforço grande no sentido de criar incentivos adicionais de apoio às empresas a essa mesma contratação, sobretudo, quando estamos a falar de salários mais generosos, de um público mais jovem e de um vínculo que não seja precário” (D)

Tomando uma perspectiva assente em ações de natureza local, um dos contributos veio expandir o tema de debate e respetivas posições assumidas pelos restantes participantes, mediante um novo olhar, diretamente associado à transição para a digitalização da administração pública que, naturalmente, colocará novos desafios relativamente ao impacto na organização dos serviços nos próximos anos, particularmente, dos serviços públicos de emprego. Mais cedo ou mais tarde, instalar-se-á a pressão para a incorporação de determinadas ferramentas de inteligência artificial, inclusivamente na definição de perfis e na sua compatibilização com as oportunidades de trabalho e, nesse momento, há que garantir que os próprios técnicos tenham os recursos e competências necessárias à adaptação a esta nova realidade, em prol do apoio que grupos como os jovens NEET requerem.

“Uma das medidas principais que existe ao nível dos serviços, que pode ter impacto nos jovens, nomeadamente, nos jovens NEET, e que está definido no PRR, tem a ver com a digitalização de serviços. (...) inevitavelmente isto vai acontecer em Portugal. Já há reformas e investimentos previstos que vão muito no sentido de... o front desk dos serviços ser cada vez mais um computador. (...) aumentando a capacidade de libertar os técnicos para outro tipo de ações por via da digitalização, que ações, então, vão ser desenvolvidas, como é que elas podem ser desenvolvidas e até que apoio é que estes técnicos precisam no sentido de readaptar as suas competências a essa realidade” (E)

Foram, ainda, mencionados alguns obstáculos e constrangimentos no âmbito das políticas para as novas gerações, inclusive nas políticas ativas de emprego (contempladas no PRR), que podem estar, em grande medida, a influenciar e a determinar o descontentamento dos jovens em relação às mesmas. Um dos aspetos diz respeito à falta de especificidade dos grandes pacotes legislativos que, ao estarem incorporados em “políticas de banda larga” acabam por negligenciar um programa político singular e ajustado às particularidades dos distintos subgrupos do território, essenciais a uma atuação bem-sucedida por parte das organizações locais. Nesta linha de pensamento foi reconhecido que Portugal contém muita legislação dispersa no âmbito das políticas ativas de emprego (Garantia Jovem, outra legislação nacional, PRR...), facto que poderá estar a gerar grandes contradições.

“(…) estas grandes reformas, muitas vezes, olham para os jovens em geral e não promovem políticas específicas para subgrupos que depois no território podem ser úteis para as escolas da rede pública, escolas profissionais e serviços de emprego. (...) na base de dados das políticas ativas de emprego da União Europeia, Portugal é o campeão legislativo. Eu não sei até que ponto

isto é indicativo de uma grande capacidade de reformas ou se, por outro lado, está a criar grandes contradições, inclusivamente dentro de diferentes mecanismos de financiamento. É preciso ter atenção a isto e, depois, também tem reflexo na visão que os jovens têm das políticas, como foi mencionado” (E)

No que se refere à visão dos jovens sobre as políticas, o mesmo parceiro reportou o expectável prejuízo em torno de uma conjuntura de definição de medidas de urgência (no âmbito do PRR) que, pelos contornos assumidos, inviabilizou uma real participação e auscultação das populações e dos jovens. Este cenário parece reunir as condições perfeitas para a eclosão de grandes dificuldades de implementação, mesmo em termos de políticas ativas de emprego ao nível local. Portanto, esta perceção negativa evidenciada pelos jovens explica-se pelo facto de muitas vezes estes grandes quadros financeiros, com impacto nas suas vidas, não promoverem uma verdadeira auscultação na definição e avaliação dessas políticas.

“(…) os Estados tinham que reagir depressa, mas o que é que aconteceu do ponto de vista da definição de políticas? Houve algumas auscultações, muitas delas meramente formais, e temos um pacote legislativo massivo, com biliões de euros, em que as populações não participaram e os jovens não foram ouvidos (...). Os municípios, os serviços de terreno vão ter dificuldades de implementação porque ou não vão ter tempo para as ambições que existem ou os regulamentos não são suficientemente claros ou vêm muito tarde em cima do prazo de execução. Portanto, se queremos que os jovens mudem a sua perceção sobre as políticas, então vamos pô-los a participar nesse processo de definição e avaliação das políticas. E não é só chamar os representantes das associações de jovens, porque esses só representam uma camada dos jovens, não representam aqueles que mais dificilmente chegam aos serviços. Temos de ter atenção a como selecionamos os jovens. Temos muitos mecanismos, mas eles têm de ser articulados e garantir participação” (E)

Por fim, importa elencar a visão trazida pelo representante da autarquia, a qual retrata o caminho percorrido pelo município de Sintra no âmbito das políticas locais respeitantes à relação dos jovens com o mercado de trabalho, evidenciando-se a criação do Conselho Estratégico Empresarial, formado por um conjunto de estruturas locais (e.g. empresários dos diferentes setores de atividade económica, IEFP, sindicatos, ACT...) que têm ou podem vir a assumir competências ou ação numa estratégia local de promoção da empregabilidade. De acordo com a visão da autarquia, a resposta aos desafios elencados pelos jovens remete para três frentes de trabalho distintas, sobre as quais o município tem vindo a atuar.

Num primeiro nível situa-se a preparação das futuras gerações, estreitamente ligada ao trabalho com as escolas no sentido do desenvolvimento de um currículo de competências e, também, com outras entidades que influenciam os jovens ao longo do seu crescimento. Neste nível de intervenção é assumida a preponderância do efetivo trabalho em rede criado pelo município, mediante a cooperação entre diversas entidades do território – Ministério da Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, ISCTE, Rede Nacional de Escutas, Conservatórios de Dança e de Música,

entre outros – na formação holística das crianças e jovens, privilegiando um processo de diagnóstico, delineamento de uma estratégia e consequente avaliação do impacto.

“E depois, ainda, no processo de formação das crianças e dos jovens com atuação clara e concreta em contexto de educação formal nos currículos das escolas. Não falo só no currículo do conhecimento, falo no currículo das competências. As escolas têm de ter um currículo das competências para trabalhar com os alunos. (...) A este nível estamos com um programa de desenvolvimento de competências sociais e emocionais (...) estamos a fazer esta reflexão ao nível dos Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas... que formação temos de dar aos jovens para que o perfil do aluno se cumpra?” (A)

Num segundo nível encontra-se a atuação junto dos jovens que já têm uma formação (ensino secundário ou ensino superior), em estreita articulação com o tecido empresarial. É mencionado o trabalho que o município tem vindo a desenvolver, num movimento de cooperação e parceria (e.g. Associações Juvenis) e, também, de auscultação dos próprios jovens, destacando-se o grupo de trabalho criado no âmbito do Conselho Municipal de Juventude, orientado para o desenvolvimento de uma política municipal de apoio à empregabilidade.

Asseverando a importância da conjugação de esforços e iniciativas entre os Centros Qualifica, o IEFP e outros parceiros como a Startup Sintra, é feita alusão a um conjunto de ações que iniciaram a um nível experimental e que, agora, se encontram a desenvolver em pleno. Trata-se, portanto, da oferta de um conjunto de formações complementares para estes jovens, mesmo em contexto empresarial, muito ligadas ao desenvolvimento de competências digitais (e.g. *Bytes4Future*) que, inevitavelmente, acabam por ter um impacto muito significativo ao nível do desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Não deixa de ser interessante constatar, uma vez mais, a importância atribuída pelos jovens a este domínio das competências transversais, sendo confidenciado que na avaliação final de programas como o *Bytes4Future*, grande parte do impacto positivo é atribuído à vivência que tiveram enquanto grupo, à relação desenvolvida com as empresas e ao nível de maturidade que a experiência formativa lhes proporcionou.

“Há trabalho a fazer, quer com os jovens que já tenham formação (...) quer com as empresas para melhorar esta adequação. Temos também feito um trabalho do ponto de vista da auscultação dos jovens e a questão do trabalho é uma das grandes dificuldades que os jovens apontam, precisamente nesta vertente da transição e da habitação. (...) Os Centros Qualifica podem ter um papel fundamental do ponto de vista da disponibilização de um conjunto de formações complementares (...) que tem a ver com o desenvolvimento de competências digitais e não só, pois há competências sociais e emocionais muito trabalhadas ao longo deste percurso. E é engraçado que os jovens no final da formação valorizam as competências digitais, mas valorizam sobretudo a maturidade do ponto de vista emocional e social que eles atingiram” (A)

Num terceiro e último nível é enunciada uma intervenção direcionada à população ativa que, mesmo estando integrada no mercado de trabalho, requer um *upgrade* essencial do ponto de vista da sua qualificação. Considerando os indicadores existentes, Sintra representa um dos

concelhos com menos população com o ensino superior, e ainda com muitos cidadãos que não concluíram a escolaridade obrigatória, indiciando a necessidade um trabalho muito significativo em contexto de trabalho. Neste sentido, tendo por base os principais *clusters* estratégicos do concelho – Turismo, Indústria das Rochas Ornamentais, Saúde e Serviços – o preconizado trabalho em rede estende-se a esta dimensão, no sentido da articulação da rede da oferta formativa, sendo mencionado, inclusive, a preparação de uma Rede Local de Formação e Empregabilidade.

Favorecendo uma gestão integrada de recursos e considerando a existência de quatro Centros Qualifica no município, conjetura-se que estes possam especializar-se em áreas concretas e, assim, disponibilizar oportunidades de certificação profissional (para além da escolar) em articulação com as próprias empresas. Numa lógica de responsabilidade social e empoderamento dos cidadãos, é partilhada a ambição da autarquia no sentido de identificar todos os trabalhadores que não possuem a escolaridade obrigatória, e de desafiar as próprias empresas a assumirem a responsabilidade de os qualificar em contexto e horário laboral. De salientar, por fim, um projeto com o ISCTE de sensibilização dos jovens para a continuidade de estudos de nível superior, dado o reconhecimento da importância de aumentar o número de jovens que prosseguem estudos.

“Trabalhamos em rede com todas as escolas, quer públicas, quer privadas para fazer a articulação da rede da oferta formativa e estamos, neste momento, a preparar uma Rede Local de Formação e Empregabilidade (...) para que consigamos, efetivamente, trabalhar em rede e, em vez de duplicar a oferta, consigamos complementar a oferta. (...) se nós tivermos trabalhadores mais qualificados enquanto pessoas, temos trabalhadores com mais capacidade de reflexão, participação. Estamos com um plano interno na CMS de identificação de todos os trabalhadores que ainda não têm a escolaridade obrigatória e de os desafiar... e cada empresa assumir essa responsabilidade social de os qualificar” (A).

Apresentadas as principais convicções e reflexões geradas a partir deste *focus group*, em resposta à questão de investigação elencada, cumpre-nos afirmar que os agentes locais, de um modo geral, foram sensíveis às perceções dos jovens. Reconhecemos, no entanto, que em determinados tópicos as perceções dos jovens foram acolhidas com alguma admiração, levando os agentes locais a reposicionarem-se em torno de novas estratégias políticas e práticas de socialização profissional. Este exercício veio reforçar o quão imprescindível é ouvirmos e envolvermos os jovens num processo tão importante como o da procura de soluções para as suas trajetórias de vida.

Ainda que este estudo tenha partido da visão dos jovens, elucidativa dos grandes desafios experienciados nos seus processos de transição, as perspetivas trazidas pelos agentes locais permitiram construir uma compreensão mais alargada, fundamentada e contextualizada da problemática NEET, interligando distintas dinâmicas globais e locais que caracterizam a relação dos jovens com a educação e o trabalho.

3. Notas conclusivas

Concluído o momento de abertura da discussão de resultados aos agentes locais, do qual emergiram contributos de um valor imensurável para a compreensão da problemática NEET em Sintra, cumpre-nos refletir sobre algumas das principais convicções construídas após o cumprimento de todas as etapas da investigação. Primeiramente, é importante asseverar o fator diferenciador da discussão alargada trazida para a fase final do estudo, reconhecendo-se, nesta oportunidade, a coexistência de novos posicionamentos e olhares sobre a temática e de perspetivas concordantes com as conclusões geradas nas etapas precedentes. Esta conjugação virtuosa abriu espaço à (re)construção de uma estrutura de conhecimento e compreensão mais coesa, contextualizada e orientada para a consolidação de um conjunto de recomendações, consentâneas com a natureza multidimensional do fenómeno NEET.

Embora reconhecida a evolução francamente positiva das tendências de transição escola-trabalho na última década, a nível europeu, o legado da crise pandémica vem colocar um travão nesta dinâmica e inverter, de modo significativo, alguns dos progressos económicos e sociais alcançados, reforçando a especial permeabilidade dos jovens aos efeitos de flutuações estruturais. Ora, considerando a expressiva atividade turística do município de Sintra e a significativa inserção profissional de jovens neste setor, muito suscetível à precariedade laboral, facilmente se depreende o impacto nos números do desemprego mal eclodiu a pandemia, perante a quebra brutal da atividade durante os períodos mais críticos de confinamento. Ainda que, posteriormente, o retomar da atividade económica e turística tenha impulsionado a diminuição do desemprego, é fundamental clarificar que a conjuntura NEET e todos os condicionamentos enfrentados pelos jovens na transição escola-trabalho não se tratam de um efeito da pandemia, mas sim, de um efeito de condições estruturais que a pandemia veio ampliar e intensificar. Portanto, ultrapassada a crise pandémica, as dificuldades e dilemas dos jovens persistem e requerem uma incessante busca de soluções.

Inquestionavelmente, a Covid-19 trouxe consequências severas para a vida dos jovens, abanando e fragilizando uma série de estruturas internas e externas essenciais ao bem-estar mental e ao planeamento e concretização dos seus projetos de vida. Contudo, seria um erro menosprezar o convite subliminar trazido por esta crise, num desafio indutor de desenvolvimento e metamorfose pessoal. A coexistência de efeitos negativos para o bem-estar e saúde mental dos jovens e de efeitos positivos, como por exemplo, a melhoria das relações interpessoais e do sentido de responsabilidade e organização, conduz-nos à clarificação deste aparente contrassenso. Se, por um lado, as perturbações mentais e emocionais tiveram origem na perda de independência e na incerteza em relação ao futuro, por outro lado, aspetos positivos como a melhoria das relações interpessoais justificam-se pela oportunidade de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal encontrada por alguns jovens, que terá impulsionado novas formas de pensar, sentir e agir.

A conjugação deste processo interno com a retaguarda familiar que, como vimos, constituiu um pilar crucial para muitos destes jovens, parece-nos ter resultado em atitudes mais empáticas, numa melhor regulação emocional e no fortalecimento dos laços familiares. No entanto, ainda que a casa dos pais tenha constituído um verdadeiro porto seguro para estes jovens, será legítimo intuir a coexistência de eventuais efeitos contraproducentes, levando-nos a indagar até que ponto este “ninho” não poderá, em alguns casos, ter contribuído para o perpetuar de uma proteção e dependência excessiva, impossibilitando os jovens de “abrir as asas” e trilhar o seu próprio caminho, cenário que deverá ser objeto de compreensão em futuros estudos. Esta circunstância é, também, reveladora da importância de uma abordagem multidimensional que, não se limitando à promoção da qualificação e do emprego, equacione estratégias políticas em torno da proteção social (e.g. apoios ao mercado de arrendamento e ao desemprego jovem).

A inevitabilidade do recolhimento espoletado pela crise pandémica deu origem a duas vias distintas: quem tem ferramentas aceita este convite à reflexão sobre esta dimensão mais subjetiva da vida, encarando o momento de crise como uma oportunidade de aprendizagem e evolução orientada para um futuro por construir; quem não tem ferramentas cai num emaranhado do qual é difícil sair, ficando ainda mais fragilizado do ponto de vista mental e emocional e sem quaisquer perspetivas de presente e futuro. A necessidade de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal impulsionada pela pandemia veio demonstrar a importância das competências socioemocionais, pois perante qualquer manifestação de crise (como a Covid-19) ou, simplesmente, momentos desafiantes (como a conjuntura NEET) para os quais a vida, inevitavelmente, nos convida ao longo do nosso percurso, o desenvolvimento destas competências constitui uma forma de capacitação e empoderamento pessoal determinante para a contínua (re)construção pessoal. A consciência da existência e do impacto de tal lacuna sustenta uma ação inadiável que garanta que estas ferramentas estejam, de facto, ao alcance de todos. Haverá tempo e espaço melhor do que a escola para encetar este processo e impulsionar uma verdadeira transformação?

Retomando um passado mais recente, reconhecemos a relevância das reformas educativas que têm vindo a ser implementadas e que permitiram recuperar anos de retrocesso, porém, não é razoável continuar a aplaudir o mérito dessas iniciativas numa base de inércia e acomodação. Insistir nesta dinâmica apenas perpetua “paliativos” do velho paradigma, adiando uma rutura necessária e impreterível. As mudanças empreendidas são insuficientes e as evidências científicas demonstram que a escola (ainda) permanece um berço de desigualdades, pois embora o acesso à escola esteja democratizado, sabe-se que a igualdade de sucesso educativo constitui, ainda, uma realidade distante. É verdade que Portugal rompeu com um sistema educativo fortemente centralizado e que, agora, dispomos de um novo modelo traduzido pela transferência de competências administrativas e de gestão para o poder local e para os estabelecimentos escolares, contudo, a conquista de tal autonomia de nada serve se, efetivamente, não for aplicada em todo o seu potencial. Será a herança do antigo sistema um fardo demasiado pesado para professores e

restante comunidade educativa? Estarão realmente preparados para acolher as responsabilidades e o convite inadiável à transformação?

O questionamento da cultura da própria escola reflete o desalinhamento entre os modelos tradicionais (ainda tão) enraizados e as exigências dos novos tempos, bem como a premência de uma total transformação dos modelos pedagógicos. Mais do que a mera transmissão de conhecimentos, aprisionada a métricas de sucesso, importa criar verdadeiras condições para que os alunos, progressivamente, se tornem capazes de mobilizar nos diferentes contextos de vida, respondendo aos desafios emergentes ao longo das suas trajetórias pessoais e profissionais, e construindo uma identidade e um projeto de vida realista e desafiante.

É essencial repensar os espaços e as dinâmicas de aprendizagem, dando lugar a práticas e estratégias pedagógicas inovadoras, ativas e flexíveis que atendam às diferentes necessidades, curiosidades e talentos dos alunos. Num mundo cada vez mais global, a capacitação individual pressupõe a estabilização de um currículo de competências comprometido com a formação integral dos alunos, da qual faz parte a assunção da sua individualidade e responsabilidade na construção ativa do conhecimento rumo a aprendizagens verdadeiramente contextualizadas e significativas. A abordagem estratificada de ensinar tudo a todos e da mesma forma já não se coaduna com os desafios atuais e, na verdade, tal perspetiva parece estar a asfixiar um importante leque de competências essencial à afirmação dos jovens na desafiante sociedade do século XXI, reprimindo as suas capacidades individuais e destruindo a sua vontade de aprender.

O presente estudo demonstrou que os jovens terminam os seus percursos educativos sem uma base de autoconhecimento que lhes permita conhecer os seus talentos e traçar, de modo confiante, uma direção para as suas vidas. Se os jovens não se sentem preparados e seguros para tomar decisões sobre os seus próprios percursos, como é que se vão sentir aptos a participar ativamente na sociedade em pleno exercício da sua cidadania? Acreditamos que eventuais fatores individuais (e.g. alienação, desmotivação, baixa resistência à frustração) que possam estar a concorrer para as dificuldades dos jovens na transição para o mercado de trabalho têm na sua génese este grande “vazio” existencial, ávido de um trabalho categórico em torno das competências pessoais e sociais, assente em dimensões como a inteligência emocional, o pensamento crítico, a criatividade, a liderança, entre tantas outras, essenciais ao desenvolvimento holístico dos indivíduos. No epicentro de uma base humanista, a grande missão da escola é proporcionar uma educação integral que vai ao encontro da multidimensionalidade do ser humano, abraçando um importante conjunto de competências, bem explícito no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Logo, a transformação do modelo de organização da escola constitui um repto inadiável, estando em causa um propósito basilar – a concretização plena de projetos de vida.

Todos estes pressupostos confluem para a importância de implementar estratégias de desenvolvimento pessoal o mais precocemente possível, com foco na exploração identitária e talentos dos alunos e no desenvolvimento de competências socioemocionais. Neste contexto, torna-

se também fundamental repensar os modelos de orientação vocacional, numa ação promotora de melhores níveis de autoconhecimento, favorável ao efetivo empoderamento e tomadas de decisão mais seguras, conscientes e informadas, tanto a nível académico, como a nível profissional. O incontornável valor atribuído pelos jovens à exploração identitária e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, na manifestação de uma falha da missão da escola nesse âmbito, conduz-nos a lançar sementes para futuros estudos, indagando até que ponto a escola, com o incremento do *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, abraçou verdadeiramente este propósito e inverteu as perceções dos jovens.

As dificuldades inerentes ao processo de transição escola-trabalho, retratadas ao longo do estudo, indiciam, mesmo com a descentralização de competências, a persistência de dificuldades de adaptação das políticas educativas ao território, as quais parecem requerer um papel mais ativo, consistente e concertado em relação à determinação de ações estratégicas mais comprometidas com o sucesso da geração jovem. Admitimos que sempre existirá um descompasso entre o que a escola proporciona e o que os jovens esperam dela, sendo também verdade que a escola, a par da sua desafiante missão, apresenta muitos condicionamentos e resistências à mudança (e.g. limitação de recursos, complexas conjunturas socioculturais dos territórios, longo historial que cristalizou uma cultura profissional, desvalorização da carreira docente, entre outras), porém, é impensável que a escola cesse os seus esforços na tentativa de encurtamento desta distância que se faz sentir cada vez com maior intensidade.

Recuperando a formulação de Paulo Freire, *a educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo*, logo, a resposta a esta necessidade de transformação terá de partir da escola e das comunidades de que são parte integrante. Considerando os três grandes contextos educativos – família, escola e sociedade – uma nova construção social da aprendizagem e da educação pressupõe projetar as escolas como comunidades abertas e caracterizadas pelas relações de cooperação e confiança, criadas pelo envolvimento, compromisso e participação de todos os que, direta ou indiretamente, possam contribuir para um modelo de sociedade mais justo e coeso. Com efeito, não poderemos continuar a alimentar uma relação meramente instrumental, é necessária uma relação estratégica ancorada na genuína responsabilidade social, promovendo aprendizagens significativas e, concomitantemente, o desenvolvimento do território, assegurando plenas condições de participação da comunidade na escola e da escola na comunidade. Se queremos que os jovens e as famílias aumentem os níveis de responsabilização pelos seus processos individuais nas diferentes áreas, assumindo um papel mais ativo nas comunidades em que inserem, a culpabilização individual deve ser rapidamente substituída pela criação de mecanismos e condições de capacitação e empoderamento a esta ação, reconhecendo que nem todos partem de uma mesma base económica, social e cultural.

As dinâmicas de transição escola-trabalho hodiernas anunciam um quadro de enorme complexidade para a concretização dos projetos de vida dos jovens e ainda que os níveis de decisão

política europeu e nacional tenham um impacto muito significativo nas suas trajetórias, muito pode e deve ser feito a nível local. Embora reconhecidos os persistentes desafios e (ainda) um longo caminho a percorrer, não podemos deixar de enaltecer a cultura de trabalho em rede empreendida pelo município de Sintra e o caráter inovador das iniciativas que tem vindo a desenvolver, especialmente desde a elaboração do seu Projeto Educativo Local.

Reiteramos que todos os esforços empreendidos pelo município devem prosseguir no sentido da contínua (re)construção de um ecossistema local orientado para a geração jovem, nas suas múltiplas dimensões, criando condições para que os diferentes atores e estruturas locais assumam um verdadeiro compromisso na conceção de estratégias integradas e concertadas, essenciais ao desenvolvimento e realização integral dos jovens, em condições de plena liberdade e equidade. Convocando o território como ambiente de aprendizagem e desenvolvimento, é fundamental reforçar dinâmicas de trabalho em rede, identificar e compreender as reais necessidades e barreiras enfrentadas pelos jovens e mobilizar parceiros locais não apenas comprometidos com a resposta a essas necessidades, mas também com a missão de abrir horizontes.

A transformação ambicionada não poderá limitar-se a uma abordagem fragmentada, nem tampouco partir para a infrutífera culpabilização da escola ou de qualquer outra estrutura. Um maior comprometimento do poder local na solução deste complexo problema social firma-se num modelo de atuação que considere a completude dos percursos individuais, convocando uma maior corresponsabilização e articulação entre as distintas estruturas locais, na promoção de iniciativas indutoras de boas práticas, extensíveis à generalidade do território, aproveitando em pleno os fundos comunitários e o quadro de descentralização de competências. Neste sentido, propomos futuras investigações orientadas para uma melhor compreensão da relação dos jovens com os diferentes espaços do território, tendo em conta o impacto das desejáveis dinâmicas de cooperação para as suas transições. De igual forma, é preciso tempo para que as ambicionadas mudanças se possam manifestar, daí a necessidade e importância da avaliação e monitorização dos projetos que vão sendo implementados, o que também corporiza uma interessante oportunidade para o desenvolvimento de estudos futuros.

Partindo deste modelo de complementaridade, face ao caráter multidimensional da conjuntura NEET, a atuação sobre o complexo processo de transição escola-trabalho, entendido atualmente como um percurso e uma etapa de vida, não poderá circunscrever-se ao domínio da educação e qualificação, estreitamente ligado a um movimento de capacitação das futuras gerações, pois as reformas estruturais do mercado de trabalho prefiguram uma influente chave em todo este processo. Por outras palavras, é fundamental integrar que qualquer política de autocapacitação ficará sempre aquém do seu potencial se, simultaneamente, não forem concebidas reais oportunidades de suplantação das barreiras estruturais como aquelas que encontramos nas dinâmicas de mercado.

Esta reflexão não poderá dissociar-se do cenário global das políticas para as novas gerações, nomeadamente, no que se refere ao Plano para a Recuperação e a Resiliência (PRR), em especial no âmbito da *Componente 6: Qualificações e Competências*, que traduz a prioridade da União Europeia e dos Estados-Membros no apoio às gerações mais jovens perante a complexidade das dinâmicas emergentes. Tal como alertado pelos agentes locais, o modo como as políticas ativas de emprego têm vindo a ser criadas e implementadas, carece de uma clara mudança. Acreditamos que o visível descontentamento dos jovens em relação às políticas para as novas gerações resulta da sua falta de especificidade, elevada dispersão e ausência de uma dinâmica de efetiva auscultação dos jovens, pois em confluência com o recente relatório *School to work transition in the Resilience and Recovery Facility framework* (Simões, 2022), muitas das reformas e investimentos do PRR apresentam-se sob medidas de “banda larga”, excessivamente generalistas, descurando as especificidades dos distintos subgrupos, e colocando sérias ameaças do ponto de vista da implementação, colaboração e participação.

Para que o desígnio de um efetivo apoio às novas gerações se cumpra é imprescindível ter em consideração os novos perfis de jovens na educação e no emprego. Atendendo à extensão e complexidade do fenómeno NEET, o reconhecimento dos distintos subgrupos de jovens deverá fazer-se acompanhar de uma revisão desta nova categoria social, no sentido de captar mais eficazmente a pluralidade de conjunturas em que os jovens se movimentam, mediante a coexistência de níveis de vulnerabilidade diferenciados. Se, por um lado, persistem circunstâncias de total desencorajamento e maior risco, impulsionadas por um cenário económico e sociocultural mais vulnerável, por outro lado, também nos deparamos com movimentos espontâneos de quem tem condições e recursos para aguardar por oportunidades mais ajustadas aos seus interesses ou até para se envolver num processo de reconversão de carreira, tal como demonstrado pelos jovens envolvidos no *Bytes4Future*.

Sem o rigor e compromisso de um trabalho desta natureza, alicerçado no conhecimento real das necessidades, dificuldades e interesses dos jovens do território, qualquer intervenção política a nível europeu, nacional ou local ficará à margem do seu potencial na construção de soluções ajustadas e eficazes ao incremento de transições bem-sucedidas. Neste sentido, é fundamental trazer especificidade para as novas reformas e investimentos, através de regulamentos específicos com critérios operacionais, que respondam à pluralidade de circunstâncias e aos diferentes subgrupos, tendo particular atenção aos jovens em posições de maior risco e vulnerabilidade. A este respeito, cumpre-nos advertir que, embora o presente estudo, pelos contornos assumidos na seleção dos participantes, tenha integrado uma percentagem muito significativa de jovens com o ensino secundário e superior, é extremamente importante desenvolver estudos contextualizados com subgrupos mais vulneráveis, nomeadamente, com os jovens inativos e desencorajados, oportunizando a sua auscultação e potenciando intervenções mais ajustadas às suas necessidades, dificuldades e interesses.

A abordagem aos processos de transição escola-trabalho perpetua um excessivo foco em políticas orientadas para o domínio da educação e qualificação, ao invés de incrementar mais reformas e investimentos no âmbito das medidas de apoio ao emprego dos jovens. Conforme os pressupostos assumidos anteriormente, a preparação e capacitação das novas gerações representa uma peça essencial no confronto com as exigências da sociedade do conhecimento, razão pela qual assumimos um conjunto de recomendações ao nível da transformação do sistema educativo. No entanto, esta via está longe de constituir a única solução para os problemas da transição escola-trabalho, sendo crucial uma abordagem complementar que tenha em consideração as políticas ativas do mercado de trabalho. Deste modo, a reestruturação do sistema produtivo deverá passar pela promoção da complementaridade entre políticas ativas de emprego, políticas educativas, políticas de apoio ao tecido empresarial, políticas reguladoras do mercado de trabalho e políticas de inovação.

Algumas das perceções trazidas pelos agentes locais que participaram no *focus group* convergem para três grandes implicações políticas, amplamente analisadas no relatório supracitado (Simões, 2022). Numa primeira instância, a diminuição da taxa de abandono escolar precoce e o aumento dos níveis de qualificação da população registados na União Europeia, deram origem a novos perfis de jovens na educação e no emprego, cujo excesso de qualificação poderá assumir contornos de risco. Esta conjuntura vem alertar para a importância da monitorização das tendências dos mercados, acautelando um profícuo e contínuo equilíbrio entre a oferta e a procura de emprego, ou seja, entre a obtenção de um diploma e a capacitação dos jovens com competências específicas e altamente exigidas.

Uma segunda recomendação aponta para a necessidade de as políticas educativas terem em consideração as oportunidades de trabalho além das economias verde e digital, pois de acordo com projeções internacionais, existe um amplo conjunto de setores (e.g. saúde, serviço social, educação) que podem vir a traduzir-se na criação significativa de emprego até 2030, nomeadamente, para os jovens. Será válido acrescentar as tendências demográficas, não só ao nível do envelhecimento da população, mas também ao nível da falta de professores que, como vimos, constitui uma profissão com reconhecidos condicionamentos em termos de atratividade e perceção social, relembrando a importância e urgência de repensar os modelos de formação inicial e a dignificação da mesma.

A terceira componente alerta para a consideração das disparidades regionais/locais, face à tendência geral de aumento das qualificações de nível superior, ancorada às ambiciosas metas da União Europeia. Neste contexto, atendendo à necessidade de quadros intermédios com formação profissional, por exemplo, em regiões mais desfavorecidas ou até mesmo em atividades económicas no setor da inovação, cuja atividade exige complementaridade entre trabalhadores altamente qualificados e técnicos especializados, é essencial garantir que as políticas educativas promovam diferentes vias e níveis de qualificação de acordo com as necessidades locais.

Invariavelmente, este último tópico transporta-nos para uma questão amplamente discutida ao longo do presente estudo, assente na necessidade de reconhecimento do ensino profissional. Não obstante o caminho já iniciado pelo município de Sintra (e.g. preparação de uma Rede Local de Formação e Empregabilidade, gestão integrada de recursos, aposta em projetos de requalificação e reconversão de carreira como o *Bytes4Future*, Escola de Segunda Oportunidade) é imprescindível persistir numa ação potenciadora do efetivo reconhecimento e dignificação das diferentes vias, como a do ensino profissional. Esta missão exige que se valorize e potencie um maior envolvimento dos parceiros sociais na gestão do ensino profissional, reconhecendo que a atratividade desta via depende não só do sistema formativo, mas também das condições do mercado de trabalho, do reconhecimento social das áreas técnicas, do trabalho em torno da mudança de mentalidades das próprias famílias e da orientação que é dada aos jovens. Intervenções a este nível poderiam passar por: promoção do contacto dos alunos com áreas técnicas ao longo do percurso educativo, em estreita articulação com o tecido empresarial; auscultação contínua dos alunos, divulgação e disponibilização de ofertas formativas ajustadas às suas características, interesses e talentos; sensibilização das famílias, da escola e restante comunidade educativa, no sentido da supressão de estereótipos e preconceitos, através da divulgação da importância social e económica das profissões de nível intermédio; disseminação de modelos de sistemas de aprendizagem de dupla certificação nas empresas; entre outras iniciativas.

Julgamos importante deixar uma nota de reflexão adicional alusiva a um conceito que temos vindo a realçar ao longo do estudo – o trabalho digno. Uma ação política eficaz jamais poderá limitar-se a uma simples dicotomia de emprego ou desemprego, devendo também ser dada a mesma atenção à situação de jovens que integram o mercado de trabalho em empregos com índices preocupantes de precariedade. As transições escola-trabalho bem-sucedidas apenas se cumprem se estiverem reunidas condições de trabalho seguras, justas e gratificantes. Neste contexto, tendo em conta as definições atuais de trabalho digno, o impacto das políticas ativas do mercado de trabalho não pode continuar a ser analisado em função de indicadores clássicos (e.g. integração escolar ou profissional), devendo expandir-se para indicadores individuais, como a segurança no emprego, o bem-estar e a evolução profissional. Melhorar a qualidade do emprego pressupõe, entre outras iniciativas, o fomento de modalidades de contratação permanentes, melhorando o nível de regulação e até mesmo de supervisão dos vínculos laborais mais frágeis e incertos (onde se incluem os estágios), bem como a melhoria das políticas promotoras de um maior equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, aspeto cada vez mais valorizado pelas novas gerações.

Os programas que o Estado português desenvolve em termos de negociação com a União Europeia no âmbito das respostas às problemáticas das novas gerações são extremamente importantes, todavia, é indispensável que a construção dessas políticas tenha em consideração as idiossincrasias locais e a opinião dos jovens para encontrar soluções mais direcionadas. Neste sentido, a eficácia de qualquer iniciativa política incluída no PRR depende de uma sólida

colaboração vertical e horizontal entre as partes interessadas, razão pela qual devem ser concedidos adequados níveis de autonomia ao poder local, mediante mecanismos e recomendações específicas que favoreçam uma maior territorialização das políticas e a constituição de redes colaborativas locais (Simões, 2022).

Em confluência com uma das dificuldades mais reportadas pelos jovens, assente na falta de apoio à procura de emprego, julgamos importante tecer uma recomendação em torno de um sistema público de emprego organizado que reforce uma ação mais personalizada de acompanhamento e apoio aos jovens no seu processo de transição para o mercado de trabalho. Esta missão terá, obrigatoriamente, de ter em consideração os diferentes perfis e necessidades dos jovens, que abarcam não só circunstâncias de procura do primeiro emprego, como também conjunturas de procura de um novo emprego ou até de redefinição de um plano de requalificação e reconversão profissional. Para a concretização de tal desígnio é fundamental investir na capacitação e modernização institucional, assegurando respostas consentâneas com a complexidade das transições dos jovens que, naturalmente, passam não só pela garantia de recursos adequados e pela articulação com outras estruturas do território (e.g. Gabinetes de Inserção Profissional), como também, por um adequado rácio de técnicos e respetivas competências que lhes permitam uma intervenção ajustada aos perfis e desafios emergentes (e.g. ferramentas digitais).

O contacto com os jovens NEET ao longo do presente estudo tornou ainda mais evidente a importância de escutar ativamente os jovens, dado o valor da partilha de todos os seus desafios, dificuldades, objetivos e ideias de inovação. E a verdade é que, no âmbito do PRR, a conjuntura de definição de medidas de urgência inviabilizou um real envolvimento e auscultação dos jovens, gerando condições propícias à eclosão de grandes dificuldades de implementação de políticas ativas de emprego, mesmo a nível local. Ora, não deixa de ser contraditório. Como é que queremos que os jovens sejam cidadãos ativos e experienciem vivências democráticas se, na prática, não lhes é dada a oportunidade de se implicarem no desenvolvimento e melhoria das políticas? As políticas ativas do mercado de trabalho orientadas para a geração jovem, quer no âmbito dos grandes quadros de financiamento, quer a nível local, devem priorizar um processo de auscultação dos jovens, posicionando-os como efetivos protagonistas da implementação de propostas políticas importantes para as suas vidas. Esta é, sem dúvida, uma ideia que gostaríamos de reforçar com este trabalho, pois acreditamos que a melhoria das condições de trabalho, justiça e coesão social depende, em grande medida, deste diálogo e negociação coletiva, ancorados à insubstituível representatividade e envolvimento ativo da geração jovem.

Urge desenvolver um esforço adicional de coordenação de políticas para que os diferentes níveis de decisão – europeu, nacional e local – confluem para respostas integradas e apropriadas aos desafios emergentes. A adoção de um modelo de governança integrada assente numa perspetiva que valoriza e conjuga o *know-how* das distintas estruturas locais, mediante o estabelecimento de redes colaborativas, facilitaria o desenvolvimento de soluções coletivas para os problemas sociais

complexos, como é o caso das transições dos jovens entre a educação e o mundo do trabalho, abrindo caminho à mudança, reduzindo redundâncias na implementação de programas e evitando o desperdício de recursos e oportunidades, através de uma gestão integrada e eficiente.

Finalmente, não podemos deixar de refletir, embora de modo breve, nos perigos inerentes ao rótulo negativo que a categoria social NEET tem vindo a adquirir, espoletado, em grande medida, pela abordagem individualizada que a vincula a determinados estereótipos de culpabilização dos jovens, e recomendar especial prudência à sua abordagem na comunicação pública.

Bibliografia

- Albuquerque, C. P. (2014). Transição para a idade adulta: dessincronização do ciclo de vida e (in)adequação das políticas de proteção social. In António Castro Fonseca (Ed.), *Jovens Adultos* (pp.317- 343). Coimbra: Almedina.
- Alcoforado, L. (2014). Reconhecimento, validação e certificação de saberes experienciais: desafios para a formação continuada as relações de trabalho. *Trabalho & Educação* 23 (3), 13-30.
- Alcoforado, L. (2008). *Competências, Cidadania e Profissionalidade: limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos* [Dissertação de Doutoramento]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Almeida, M. S. (2007). A transição da escola ao mundo do trabalho como período de (re)construção de identidades: percursos de jovens sujeitos a um dispositivo de formação em alternância. In Pardal, L, Martins, A., Sousa, C., Dujó, A, & Placco, V (Eds.), *Educação e Trabalho: representações, competência e trajetórias*. (pp. 321-333). Aveiro: Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.
- Alves, N. (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Alves, N. (2007). E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social? *Sísifo. Revista de Ciências da educação*, 2, 59-68.
- Alves, N. (2006). *Socialização Escolar e Profissional dos Jovens: Projectos, Estratégias e Representações*. Lisboa: Educa | Unidade I&D de Ciências da Educação.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. & Ferreira, S. (2014). A entrevista na investigação em educação. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 207-232). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. & Freire, I. (2014). Estudo de caso na investigação em educação. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 121-143). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2010). Ensinar e aprender a investigar: reflexões a pretexto de um programa de iniciação à pesquisa qualitativa. *Revista Portuguesa de Pedagogia* 44 (1), 119-142.

- Amado, J. (2000). A técnica da análise de conteúdo. *Revista de Educação e Formação em Enfermagem*, 5, 53-63.
- Beck, U. (2000). *The Brave New World of Work*. Cambridge: Polity
- Bravo, M. P. C. & Eisman, L. B. (1998). *Investigación educativa*. Sevilha: Ediciones Alfar.
- Callejo, J. (2001). *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel.
- Coelho, A. Q. (2021). *Recriar a escola pública, refundar o sistema educativo*. Edições Mahatma.
- Correia, J. A. (1996). Formação e trabalho: Contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In A. Estrela, R. Canário, & J. Ferreira (Orgs.), *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho* (pp. 3 -31). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Drancourt, N. C. & Berger, L. R. (1995). *L'insertion des jeunes en France. Que sais-je?* Paris: PUF
- Estanque, E. (2005). Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 113-140.
- Eurofound (2021). Eurofound (2021). *Impact of COVID-19 on young people in the EU*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound (2016). *Exploring the Diversity of NEETs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound (2012). *NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fonseca, A. C. (2014). Transição para a vida adulta: o papel do autocontrolo. In A. C. Fonseca (ed.), *Jovens Adultos* (pp.133 - 162). Coimbra: Almedina.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (1997). *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.
- Galland, O. (1995). What is youth?. In A. Cavalli & O. Galland (orgs.), *Youth in Europe* (pp. 1-5). Londres: Pinter.
- Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse. L'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.
- Gibbs, A. (1997). *Focus groups: Social research update*. Surrey: University of Surrey. Acedido janeiro 11, 2022, de <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU19.html>

- Girardello, G. (2008). A escrita antes do texto: de cozinhas, teares e ateliês. In L. Bianchetti & P. Meksenas (orgs.), *A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa* (pp. 287-300). São Paulo: Papirus Editora.
- Gomez, G. R.; Flores, J. & Jiménez, E. (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Malaga: Ediciones Aljibe.
- Gorz, A. (1997). *Misères du présent. Richesses du possible*. Paris: Édition Galiée.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Hewison, K. (2016). Precarious Work. In S. Edgell, H. Gottfried & E. Granter (Orgs.), *The Sage Handbook of Sociology of Work and Employment* (pp. 428 -443). London: Sage.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Poder de compra per capita por localização geográfica*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab2
- Kovács, I. (2006). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, problemas e práticas*, 52, 41-65.
- Kovács, I. (2004). Emprego flexível em Portugal. *Sociologias*, 6 (12), 32-67.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodologia de análisis de contenido: teoria e práctica*. Barcelona: Paidós.
- Lima, L. & Cosme, A. (2018). Desafios da formação de professores num contexto de mudança paradigmática na Educação. *Revista Intersaberes*, 13 (28), 65-76.
- Méda, D. (1999). *O trabalho, um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- Moore, R. & Young, M. (2001). O conhecimento e o currículo na sociologia da educação: em busca de uma ressignificação. In A. F. Moreira (org.), *Ênfases e Omissões no Currículo* (pp. 195-22). Campinas: Papirus Editora.
- Ortega, M. S. (2005). *El grupo de discusión, Una herramienta para da investigación cualitativa*. Barcelona: Laertes.
- Pacheco, J. A. (2009). Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. *Revista Portuguesa de Educação*, 22 (1), 105-143.

- Pais, J. M. (2016). *Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro* (4th Ed.). Berlin: GD Publishing / Edições Machado.
- Passeron, J-C. (1990). Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue Française de Sociologie*, 31(1), 2-22.
- Patacho, P. (2021). *Pensar a Educação – Escola, Justiça Social e Participação*. Porto: Porto Editora.
- Patton, M. G. (1990). *Qualitative evaluation methods*. California: Sage Publications.
- Peneff, J. (1990). *La méthode biographique*. Paris: Armand Colin
- Projeto Educativo Local de Sintra (2018). *Sim(tr)a: aprender e viver melhor num território inteligente e sustentável. Projeto Educativo Local 2018-2025*. Câmara Municipal de Sintra/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Queiroz, M. I. (1991). *Variações sobre a técnica de gravador no registo da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.
- Rebelo, G. (1999). *A (In)Adaptação no Trabalho: uma perspectiva sociorganizacional e jurídica*. Oeiras: Celta Editora.
- Schoon, I. (2014). Parental worklessness and the experience of NEET among their offspring. Evidence from the Longitudinal Study of young people in England (LSYPE). *Longitudinal and Life Course Studies*, 5 (2), 129-150.
- Simões, F. (2022). *School to work transition in the Resilience and Recovery Facility framework*. Brussels: European Union, Economic Governance Support Unit.
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Standing, G. (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 9-24.
- Stoer, S. (1986). *Educação e mudança social em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Sue, R. (1999). Dinâmica dos tempos sociais e processo educativo. In P. Carré & P. Caspar (Eds.), *Tratado das Ciências e Técnicas da Formação* (pp. 103-120). Lisboa: Instituto Piaget.
- Trindade, R. & Cosme, A. (2010). *Educar e Aprender na Escola - Questões, desafios e respostas pedagógicas*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manoel Leão.

UNESCO (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos - Um novo contrato social para a educação. Relatório da Comissão Internacional sobre os futuros da educação*. Paris: UNESCO/ Fundação SM.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & M. Pinto (Orgs). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 102-128). Porto: Afrontamento.

Walker, R. (1983). *La realización de estudios de caso em educación. Ética, teoría y procedimientos*. Madrid: Narcea AS

Yin, R. (1994). *Case study research: design and methods* (2nd Ed) Thousand Oaks: Sage Publications.

Zuccotti, C. & O'Reilly, J. (2018). Ethnicity, Gender and Household Effects on Becoming NEET: An Intersectional Analysis. *Work, Employment and Society*, 1-23.

Anexos

Anexo I

Q_NEET. Percorso Escolar e Profissional

No âmbito do desenvolvimento de uma Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, pela Universidade de Coimbra, gostaríamos de recolher alguns indicadores relativos ao seu percurso escolar e profissional. O anonimato e confidencialidade estão assegurados, não devendo, por isso, colocar qualquer identificação ao longo do questionário. O seu contributo é muito importante para este estudo. Não existindo respostas certas ou erradas, solicitamos que responda a todas as questões de forma espontânea e sincera.

Muito obrigada pela sua colaboração!

A. Dados Sociodemográficos Gerais

1. Idade

2. Sexo

Masculino

Feminino

3. Nacionalidade

Portuguesa

Outra. Qual? _____

4. Estado Civil

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)
- Divorciado(a)

5. Tem filhos?

- Não
- Sim

6. Tem alguma doença ou incapacidade?

- Não
- Sim

7. Situação familiar atual

- Vivo sozinho(a)
- Vivo com os meus pais
- Vivo com o meu cônjuge [marido/mulher ou namorado(a)]
- Outra situação. Qual? _____

8. Zona da residência atual

- Zona Rural
- Zona Urbana

B. Caracterização do Contexto Familiar

1. Selecione o nível de escolaridade do seu pai:

- Sem estudos
- 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
- 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro: _____

2. Selecione o nível de escolaridade da sua mãe:

- Sem estudos
- 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
- 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro: _____

3. Indique a situação profissional atual do seu pai:

- Empregado
- Desempregado
- Reformado
- Outra situação: _____

4. Indique a situação profissional atual da sua mãe:

- Empregada
- Desempregada
- Reformada
- Outra situação: _____

5. Em algum momento o seu pai esteve desempregado?

- Não
- Sim

6. Em algum momento a sua mãe esteve desempregada?

- Não
- Sim

7. Selecione o valor do rendimento mensal do seu agregado familiar:

- Abaixo dos 1000€
- Entre os 1000€ e os 2000€
- Entre os 2000€ e os 3000€
- Acima dos 3000€

C. Percurso Educativo e Expetativas

I. Assinale o seu nível de escolaridade:

- Sem estudos
- 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
- 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro: _____

2. Frequentou a educação pré-escolar?

- Não
 Sim

3. Reprovou algum ano?

- Não
 Sim

4. Considera que teve um percurso escolar bem-sucedido?

- Não
 Sim

5. Como classifica o acompanhamento, interesse e apoio dos seus pais ou encarregados de educação ao longo do seu percurso escolar?

- Muito negativo
 Negativo
 Razoável
 Positivo
 Muito positivo

6. Na generalidade, como classifica a sua experiência na escola?

- Muito negativa
 Negativa
 Razoável
 Positiva
 Muito positiva

7. Faz parte dos seus planos voltar a estudar?

- Não
 Sim

8. Caso tenha respondido "Não" à questão anterior, explique o porquê.

9. Na sua perspectiva, qual o grau de importância dos níveis de escolaridade para uma inserção bem-sucedida no mercado de trabalho?

- Nada importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Muito importante
- Extremamente importante

10. Para cada um dos aspetos que se seguem, indique o grau de importância que atribui à escolaridade.

| | Nada importante | Pouco importante | Indiferente | Muito importante | Extremamente importante |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Valorização e realização pessoal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Reconhecimento social | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Melhores perspectivas de emprego | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Salários mais elevados | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ocupar um posto de trabalho adequado aos meus interesses | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

D. Percurso Profissional e Expetativas

1. Atualmente, qual a sua situação face ao emprego?

- Desempregado(a)
- À procura do 1º emprego
- Outra situação: _____

2. Assinale o seu grau de concordância relativamente à seguinte afirmação: “Considero que tenho todas as competências necessárias ao meu sucesso pessoal e profissional”.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3. Assinale o seu grau de concordância relativamente à seguinte afirmação: “Julgo que encontrarei emprego adequado às minhas expetativas”.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

4. Assinale o seu grau de concordância relativamente aos obstáculos que poderão estar a dificultar a sua integração no mercado de trabalho.

| | Discordo totalmente | Discordo parcialmente | Não concordo nem discordo | Concordo parcialmente | Concordo totalmente |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Falta de experiência profissional | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Competências insuficientes ou inadequadas às exigências do mercado de trabalho | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Nível de escolaridade insuficiente ou inadequado às exigências do mercado de trabalho | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Falta de apoio no processo de procura de emprego | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Mercado de trabalho com poucas oportunidades para os jovens | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

E. Usos do tempo e do espaço

1. Tendo em consideração a forma como ocupa o seu tempo, indique com que frequência participa nas atividades que se seguem.

| | Nunca | Raramente | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Fazer voluntariado | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Participar em atividades de cariz social ou cultural | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Conviver com amigos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Praticar desporto | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ver televisão | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ler um livro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aceder à internet | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

2. Indique com que frequência costuma visitar ou passar o seu tempo nos seguintes pontos de interesse da sua localidade/cidade.

| | Nunca | Raramente | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Centros comerciais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Espaços desportivos ou ao ar livre | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Cafés, bares ou discotecas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Bibliotecas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Museus | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Cinema ou teatro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Associações Culturais e Recreativas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

3. Indique com uma cruz (X), com que frequência utiliza a internet, tendo em consideração as diferentes opções que se seguem.

| | Nunca | Raramente | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Redes sociais (ex: Facebook, Instagram, Twitter...) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Redes profissionais (ex: LinkedIn...) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Jogos online | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Jornais ou revistas online | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Sites de procura de emprego | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Pesquisa de informação diversa | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

F. Impacto das Políticas Públicas de Emprego e Formação

1. Como avalia as políticas de emprego e formação existentes no nosso país?

- Muito inadequadas
- Inadequadas
- Indiferentes
- Adequadas
- Muito adequadas

2. Que sugestões daria aos responsáveis políticos para facilitar a transição dos jovens entre a educação e o emprego?

FENÓMENO NEET E DINÂMICAS DE TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

MAFALDA FRIAS, LUÍS ALCOFORADO & ANTÓNIO ROCHETTE

JOVENS NEET – TRANSIÇÕES E DESAFIOS

Desde sempre no âmbito das preocupações da escola, mesmo não constituindo a sua missão central, a importância da relação dos jovens com o mercado de trabalho tem vindo a intensificar-se em virtude de profundas incertezas e dificuldades no seu processo de transição para a vida adulta (Alcoforado et al., 2018).

A consciência partilhada de que transformações significativas vêm ocorrendo no acesso ao trabalho e a consequente emergência de problemáticas como o fenómeno NEET (*not in employment, education or training*) desencadearam a necessidade de construção de bases sólidas de conhecimento que permitissem compreender as novas dinâmicas de transição entre a educação e o trabalho, facilitando, assim, futuras intervenções.

As vias tradicionais de transição escola-trabalho, outrora sequenciais e bem definidas, são agora substituídas por trajetórias íóio (Pais, 2016), longas e individualizadas, despoletando constantes oscilações entre períodos de desemprego, emprego precário e formação e, concludentemente, uma expectável prolação dos eventos típicos da idade adulta.

A geração NEET forma um grupo extremamente heterogéneo, partilhando, todavia, um conjunto de fatores de risco comuns, como o abandono escolar precoce, os

baixos níveis de qualificação e os contextos socioeconómicos desfavoráveis que, por sua vez, produzem efeitos limitadores que influenciam os percursos de vida dos jovens a vários níveis (Eurofound, 2012; Yuji, 2005; Bynner & Parsons, 2002; Reiko, 2006).

A compressão do fenómeno NEET requer uma cuidadosa análise dos possíveis fatores explicativos, na medida em que os percursos de transição implicam uma combinação de atributos individuais (percurso escolar e/ou profissional, género, classe social, etc.) e elementos de índole estrutural (diretrizes ao nível das políticas de emprego e educação, medidas de apoio à inserção na vida ativa, tendências de evolução global do sistema económico e dos mercados de trabalho, educação e formação, entre outros). Com efeito, parece-nos redutor, e até imprudente, atribuir, de modo exclusivo, a responsabilidade desta conjuntura às atitudes, comportamentos e escolhas, muitas vezes condicionadas, dos próprios jovens ou à sua vulnerável empregabilidade (Frias et al., 2020).

Considerando a relevância de uma abordagem contextualizada do fenómeno NEET, neste trabalho, propomo-nos apresentar alguns resultados decorrentes da aplicação de um questionário a 121 jovens NEET do município de Sintra.

METODOLOGIA

Integrada num estudo de maior abrangência, a etapa de investigação sobre a qual se dedica este trabalho tem como finalidade caracterizar os jovens NEET do município de Sintra, considerando os seus contextos e as suas experiências educativas e profissionais.

Tendo em vista a caracterização e uma reflexão mais atenta sobre a relação dos jovens NEET com a educação/formação e o trabalho, e privilegiando uma abordagem de natureza quantitativa, a aplicação de um questionário online constituiu o suporte desta etapa, dependendo, em larga escala, da colaboração e apoio de organizações locais com intervenção neste âmbito, como o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Câmara Municipal de Sintra e algumas Associações Locais, dada a dificuldade em captar indivíduos que se encontrassem numa conjuntura NEET.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), enquanto principal interlocutor de todo este processo, procedeu ao envio do questionário aos jovens NEET integrados na sua base de dados. Deste procedimento, cumulativamente com a participação de um grupo de jovens que se encontrava em processo de pré-seleção para o projeto local *Code For All_Sintra*¹, e considerando o tempo razoável para a recolha dos contributos, foram alcançadas 121 respostas de jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 29 anos, estando todos eles, no momento da recolha dos dados, afastados da educação/formação e do trabalho, enquadrando-se, portanto, na categoria NEET.

¹ Projeto-piloto entre a Câmara Municipal de Sintra, a Fundação Aga Khan e a Academia de Código, com o objetivo de proporcionar aos jovens NEET uma formação gratuita intensiva em programação

PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os indicadores reunidos aludem, de modo consensual, certos padrões evidenciados pela literatura, nomeadamente, a **prevalência de jovens NEET do sexo feminino** (63,6%) que, explicada pela dedicação das mulheres a atividades domésticas e pelas responsabilidades familiares, vem reforçar os graves bloqueios em termos de igualdade de género. Ainda que Sintra se assumia como um território marcadamente multicultural e diverso, **prevalece a nacionalidade portuguesa** (86,8%). A percentagem expressiva de **jovens solteiros** (82,6%) e **sem filhos** (77,7%) e/ou que ainda **vivem com os pais** (47,1%), reflete a dependência permanente em que muitos vivem, apresentando-se a autonomia económica e a constituição da própria família, independentemente dos significados atuais, como circunstâncias não conquistadas rápida nem facilmente por grande parte dos jovens. Tal constatação encontra-se em conformidade com dados recentes que declaram Portugal como um dos países europeus com valores mais elevados de jovens entre os 18 e 34 anos a viver em casa dos pais. Uma parcela bastante significativa dos participantes concluiu o **ensino secundário ou superior** (50,4% e 38%, respetivamente), facto que evidencia a **amplitude da categoria NEET**, pois embora os jovens com baixa escolaridade ocupem uma posição nitidamente mais desfavorável, um nível de educação superior não prefigura um passaporte para o trabalho, nem para o desenho de conjunturas profissionais sustentadas em trabalho digno. Por muito que o fenómeno NEET possa ser associado, vulgarmente, às baixas qualificações e ao abandono escolar precoce, mesmo com o incremento de 12 anos de escolaridade obrigatória, começa a revelar alguma persistência o **creoscente e significativo número de jovens com estudos de nível superior**. De salientar a predominância de **jovens desempregados** (81,8%), por comparação aos que se encontram à procura do 1º emprego (18,2%). Fonte de preocupação são, também, os **contatos socioeconómicos desfavoráveis e os rendimentos das famílias**, especialmente em Portugal, enquanto país detentor da distribuição de rendimentos mais díspar da Europa, cenário que vem concorrendo para a reprodução de

desigualdades com forte impacto na autonomia dos indivíduos, particularmente dos jovens, que enfrentam grandes adversidades no planeamento e implementação de projetos de vida realistas e desafiantes. O **papel preponderante das qualificações dos pais na predição da trajetória dos filhos** é um dos exemplos, pois tal como ficou demonstrado nos resultados do nosso estudo, os jovens cujos pais são mais escolarizados, em especial a mãe, tendem a adquirir, também, níveis de qualificação mais elevados e, consequentemente, rendimentos mais elevados. No que concerne ao rendimento do agregado familiar, mais de metade dos jovens (53,7%) relata um valor **abaixo dos mil euros mensais**.

Caracterização sociodemográfica dos jovens

| Sexo | Nacionalidade | Estado Civil | Núcleo familiar | Escolaridade | Situação face ao emprego | |
|-------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|
| Masculino 44 (36,4%) | Portuguesa 105 (96,8%) | Solteiro(a) 107 (82,6%) | Vive sozinho(a) 18 (13,2%) | 2º CEB 3 (2,5%) | Desempregado(a) 99 (81,6%) | |
| | | | Vive com os pais 57 (47,1%) | 3º CEB 11 (9,1%) | | |
| Feminino 77 (63,6%) | Outra 16 (13,2%) | União de facto 10 (8,3%) | Vive com o cônjuge 37 (30,6%) | Ensino Secundário 61 (50,4%) | À procura do 1º emprego 22 (18,2%) | |
| | | | Casado(a) 11 (9,1%) | Outra situação 11 (9,1%) | | Ensino Superior 46 (38%) |



A análise dos obstáculos a uma transição bem-sucedida entre a educação e o trabalho torna-se crucial, sendo a falta de experiência profissional, natural de um jovem em início de carreira, bem como as escassas oportunidades existentes no mercado de trabalho, os mais referenciados pelos participantes. Posteriormente, surge a falta de apoio no processo de procura de emprego, dificuldade mais referenciada pelos jovens que se encontram à procura do 1º emprego, e as competências insuficientes/inadequadas às exigências atuais, mencionadas especialmente pelos jovens com níveis de qualificação mais baixos. Sublinha-se, ainda, que são os jovens com um nível de qualificação superior que mais reconhecem as escassas oportunidades do mercado de trabalho enquanto obstáculo à sua integração profissional. Após a saída do sistema de ensino, o longo e, não raras vezes, sinuoso processo de procura de emprego resulta num prolongado período de desemprego ou numa admissão imbuída em condições de extrema precariedade, como são exemplo os sucessivos estágios, que muitas vezes perpetuam "vínculos" frágeis e incertos. Os jovens deambulam num autêntico círculo vicioso e contraditório pois, se por um lado, não têm experiência profissional, por outro lado, existe um mercado de trabalho com oportunidades francamente reduzidas para colmatar essa "lacuna".

CONCLUSÃO

A construção de uma estratégia integrada de desenvolvimento, totalmente concertada e diferenciadora, afigura-se determinante, ao favorecer o desenvolvimento de um leque de competências e atitudes que permita aos jovens, futuramente, a adaptação e a mobilidade essenciais às persistentes transformações tecnológicas e sociais, numa lógica de desenvolvimento pessoal e social e de educação e formação ao longo da vida. Uma caracterização mais circunstanciada da problemática NEET releva-se essencial, sendo os jovens inativos ou desencorajados o foco de maior preocupação, pois o facto de estarem afastados das bases de dados do serviço público de emprego compromete, seriamente, a sua sinalização e posterior intervenção.

A inconstância dos novos tempos envolve os jovens numa onda de relativização, desde a legitimidade dos diplomas à segurança no emprego, à qual se associa a dessincronização das distintas dimensões de emancipação a nível pessoal, familiar e profissional. Indubitavelmente, a relação dos jovens com o mercado de trabalho exige novas perspetivas, as quais deverão sedimentar, forçosamente, uma nova lógica de cooperação e articulação entre sistemas de ensino e de emprego, implicando não só o planeamento e adaptação da oferta formativa às especificidades do mercado de trabalho e aos interesses e anseios dos jovens, mas também um comprometimento e sensibilização do tecido empresarial e demais entidades locais com responsabilidade na educação e formação do cidadão do território, no sentido da valorização e qualificação dos seus recursos humanos.

Referências:
Alcoforado, L., Frias, M., Contieiro, A. M., Rochette, F., Fonseca, A. C. & Oliveira, M. (2018). Educação e (não) Trabalho. Indagações sobre uma relação sempre controversa, a propósito dos jovens que não estudam nem trabalham. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educativo*, 13(34), 38-58.
Bynner, J. & Parsons, S. (2002). Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training (NEET). *Journal of Vocational Behavior*, 60(2), 289-309.
Eurofound (2012). *NEETs - Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
Frias, M., Alcoforado, L. & Cordeiro, A. R. (2020). O Caso dos Jovens Nem Nem: novas trajetórias, novos desafios. *Práxis Educativa*, 16(42), 186-216.
Pais, J. M. (2016). *Ganchos, Tachos e Biscoitos: Jovens, trabalho e futuro*. (4ª edição). Berlin: GO Publishing / Edições Machado.
Reiko, K. (2006). Youth Employment in Japan's Economic Recovery: 'Freeters' and 'NEETs'. *The Asia-Pacific Journal*, 4(5), 1-5.
Yuji, G. (2005). *The 'NEET' problem in Japan*. University of Tokyo: Institute of Social Science.

